

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SILVANA GOBBI MARTINHO

Sorrisos desconfortáveis:
a representação da liderança política por meio de charges do jornal
Folha de S. Paulo

Doutorado em Ciências Sociais

SÃO PAULO

2021

Silvana Gobbi Martinho

Sorrisos desconfortáveis:
a representação da liderança política por meio de charges do jornal
Folha de S. Paulo

Tese apresentada à Banca de
Doutorado da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia
Michalany Chaia

SÃO PAULO

2021

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

e-mail _____

MARTINHO, Silvana Gobbi

Sorrisos desconfortáveis: / Silvana Gobbi Martinho – São Paulo, SP, 2021

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Michalany Chaia

Tese de doutorado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2021.

Área de concentração: Comunicação e Política

1. Charge. II. Liderança Política. III. Humor. CHAIA, Vera Lúcia Michalany. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. III. Sorrisos desconfortáveis: a representação da liderança política por meio das charges do jornal Folha de S. Paulo.

Silvana Gobbi Martinho

**Sorrisos desconfortáveis:
a representação da liderança política por meio das charges do jornal Folha de
S. Paulo**

Tese apresentada à Banca de
Doutorado da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Ciências Sociais.
Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia
Michalany Chaia

Aprovado em: ____/ ____/____

Banca Examinadora

Ao Caique, que todos os dias me ensina a ser melhor.
Amo-o até à Lua, mil vezes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudo concedida, processo número 88887.152152/2017-00, que com esforço resiste no exercício de fomentar a pesquisa científica no Brasil.

Agradecimentos

A trajetória de uma pesquisa, desde a definição do objeto de estudos, passando pela metodologia, bibliografia, problematização e hipóteses, até chegar à finalização, é construída na trajetória do pesquisador, nos encontros e desencontros, entre livros, pessoas e histórias. No meu caso não foi diferente.

Escrever os agradecimentos significa olhar para esses encontros e desencontros. Significa lembrar um domingo na casa dos meus avós. Eu tinha treze anos e pouca ou nenhuma noção sobre o cenário político brasileiro, quando meu tio Lupércio, médico, e a pessoa mais inteligente e sensata entre todos que conhecia, chegou trazendo a “Revista Bundas” e me apresentou um universo de charges, caricaturas e crônicas políticas. Nenhum dos dois sabia que aquela revista efêmera impactaria, não só um olhar, mas o desejo de refletir sobre a realidade política brasileira a partir das charges. Agradeço ao tio Lupércio por me apresentar “Bundas”, por ser um exemplo de ser humano, por demonstrar que o estudo ocorre diretamente, e por ser meu tio.

Agradeço ao grande encontro que ocorreu com duas mulheres, Mirca e Irene, ambas minhas professoras do Ensino Médio do Colégio Salgueiro. Mirca demonstrou como a história fazia sentido e me contou que existia um curso chamado Ciências Sociais. Irene apresentou-me o feminismo, a literatura, a educação como um ato político, a poesia e a amizade entre professora e aluna.

Na Puc-SP, no curso de Ciências Sociais, os encontros potencializaram-se, assim como os aprendizados. Logo no primeiro semestre, nas aulas de Ciência Política I, a Profa. Dra. Silvana Tótora colocou-me em contato com autores clássicos e debates sobre a política como um jogo de forças, apresentou-me a Iniciação Científica e foi minha primeira orientadora. Agradeço-lhe todos os diálogos, orientações e exemplos.

Foi na optativa de Ciência Política X que conheci o Prof. Dr. Miguel Chaia e, conseqüentemente, a reflexão sobre a política como tragédia e o Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Puc-SP (NEAMP). Defino o Miguel como aquele que, só de estar perto dele, a gente já aprende. Agradeço-lhe suas palavras, gestos, textos, e por fazer parte da banca examinadora deste trabalho. Participar das reuniões do Neamp era como fazer uma segunda faculdade. Quando cheguei como pesquisadora estagiária, dividi

reuniões com professores renomados e pesquisadores experientes, aprendi com mais discernimento as etapas de uma pesquisa, vivenciei a realização de pesquisas coletivas e conheci pessoas incríveis, como a Profa. Vera Chaia, o Claudio Penteado, a Rose Segurado, o Rafael Araújo e a Cristina Maranhão.

Agradeço também:

À Professora Vera Lúcia Michalany Chaia, Verinha, que me recebeu no NEAMP e me convidou a assistir sua aula como ouvinte. Em uma de suas falas compreendi que o humor e a política eram o objeto de estudos que eu buscava. Encantei-me com suas aulas, seus textos, indicações bibliográficas, os debates sobre a mídia, a campanha eleitoral e as conversas sobre séries e filmes. Obrigada por permitir que eu pudesse estudar sob sua orientação, por todo conhecimento, cuidado, competência e paciência com esta pesquisa e comigo.

Ao Claudio, que escutou diariamente as minhas dúvidas e desafios no desenvolvimento da pesquisa, e também a escolha de seguir junto comigo na rotina, nas conquistas e na vida.

À Rose que, apesar de nunca ter sido minha professora, sempre foi minha professora. Obrigada por toda amizade e carinho.

Ao Rafa, por permitir que eu conheça o tipo ideal de liderança no cotidiano das relações humanas.

À Cris, que conhece este trabalho desde o começo, que sentou comigo para ler e me ajudar com o projeto de pesquisa. Com sua amizade, conhecimento e paciência, socorreu-me em vários momentos desta pesquisa e da vida.

À Tathi e ao Leandro, que criaram os “chainhas” e que dividiram comigo as atividades da pós, a participação em seminários, a publicação de artigos e muitas risadas.

Ao professor Elias Saliba que, nesta trajetória de encontros e aprendizados, com extrema generosidade transmitiu valiosos conhecimentos.

Aos colegas do Seminário de Humor e História que, com reflexões, indicações bibliográficas e questionamentos, contribuíram para a elaboração da tese.

À Nat Rosa e ao encontro inusitado de escolhas que seguiram a mesma temporalidade. Fizemos a matrícula na graduação em 2003, no mestrado em 2007 e no doutorado em 2016, sem combinar e sem conhecer os planos de uma e de outra.

Aproximamo-nos nas angústias da realização da pesquisa em conjunto com a maternidade, a sala de aula, a pandemia, as dúvidas dos prazos e todas as outras dúvidas que acompanham a realização de uma tese.

Ao Lucas, pelo olhar dedicado e atencioso na colaboração da organização do banco de charges para a realização da pesquisa.

À Joy, pela amizade que chegou, quando do lançamento de um livro, e nas conversas sobre tudo e sobre a tese.

À Deise e à Letícia que, com palavras, vinhos, incentivos, viagens, escuta e cuidado, ajudaram-me a tornar o exercício da pesquisa menos inseguro.

À Mari, por acreditar que eu seria capaz de fazer isso, por ser minha irmã e por me presentear com sobrinhos maravilhosos.

Aos meus pais, Romeu e Silvia, por seu amor, companheirismo e paciência.

Não quero um riso de troça ou um riso que seja de desprezo, da ironia que identifica sempre e sem risco o mesmo para além das diferenças. Eu gostaria de tornar possível o riso de humor que compreende, aprecia sem esperar a salvação e pode recusar sem se deixar aterrorizar. Queria tornar possível um riso que não se abra às expensas dos cientistas, mas que possa, idealmente, ser compartilhado com eles.

(Isabelle Stengers)

MARTINHO, S. G. Sorrisos desconfortáveis: a representação da liderança política por meio das charges do jornal Folha de S. Paulo

Resumo:

Neste estudo, propõe-se compreender como os presidentes do Brasil, durante um período de certa estabilidade democrática (1995 – 2016), foram representados no seu papel de liderança política, por meio da análise das charges publicadas na mídia impressa, especificamente do jornal de circulação nacional “Folha de S. Paulo”. Estudar as representações, por meio das charges, dos presidentes do Brasil se faz importante, pois elas aparecem como parte integrante das atribuições simbólicas do período. Dentro do fenômeno da liderança política no Brasil, pretende-se contribuir para uma reflexão sobre a relação entre humor e política. O trabalho está dividido em cinco partes: (1) apresentação da pesquisa e caminhos metodológicos; (2) descrição do objeto de estudo e caracterização do jornal Folha de S. Paulo; (3) análise das charges a partir da apresentação de séries; (4) reflexão sobre o enquadramento das lideranças nas charges e, por fim, (5) as considerações finais. Pretende-se perceber como os desenhos de humor representaram as características de liderança política, as principais metáforas utilizadas e o que elas podem indicar sobre o mais alto cargo em uma República, mesmo que em diferentes conjunturas políticas.

Palavras chaves: liderança política, charges, mídia impressa e representação do poder.

MARTINHO, S. G. Uncomfortable smiles: the representation of political leadership through comic drawings at “Folha de S. Paulo

Abstract:

This study proposes to understand how the presidents of Brazil, during the period of democratic stability (1995 – 2016), have been represented like political leaderships, through comic drawings at “Folha de S. Paulo” newspapers. Study of Brazilian presidents' representations is important because they appear like an integral part of symbolic assignment of that period. Into political leadership phenomena in Brazil, aims to contribute to reflection about the relationship between humor and politics. The paper is divided into five sections: (1) discussion about the relationship between humor and political; (2) descriptions of subject study and characterisation of methodology; (3) analyse of comic drawing on presentation of series; (4) reflexion about the power representations and, at last, (5) final consideration. The intention is to understand how the comic drawing represented the president like a political leader in the most important newspaper of the country, which metaphors are used and what they can say about the most important position in the Republic, even inserts in different political circumstances.

Keyword: political leadership, comic drawing, media and power of representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Jaguar e a Tortura -----	51
Figura 02 – Sem título (1) -----	52
Figura 03 – Empreiteiras -----	59
Figura 04 – Caricatura de Fernando Henrique Cardoso -----	60
Figura 05 – Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva -----	60
Figura 06 – Caricatura de Dilma Rousseff -----	60
Figura 07 – Apanhado numa armadilha -----	61
Figura 08 – Sem título (2) -----	62
Figura 09 – Balanço -----	62
Figura 10 – Juros -----	62
Figura 11 – Sem título (3) -----	63
Figura 12 – Retrato Oficial -----	64
Figura 13 – Galeria do Presidente -----	77
Figura 14 – Estilhaço -----	77
Figura 15 – Sem título (74) -----	77
Figura 16 – Caricatura de Fernando Henrique Cardoso, por Glauco, 1995 ---	91
Figura 17 – Caricatura de Fernando Henrique Cardoso, por Angeli, 1998 -----	91
Figura 18 – Caricatura de Fernando Henrique Cardoso, por Jean, 2002 -----	91
Figura 19 – Sem título (5) -----	95
Figura 20 – Grampos -----	95
Figura 21 – Sem título (6) -----	96
Figura 22 – A vingança da Pasta Rosada -----	96
Figura 23 - Fernando, o romântico -----	97
Figura 24 - Homens de preto -----	97
Figura 25 - Mamãe Noel -----	97

Figura 26 - Dólar -----	99
Figura 27 - Sem título (7) -----	99
Figura 28 - Reunião com o FMI -----	100
Figura 29 - Argentina -----	100
Figura 30 - Nobre colega -----	101
Figura 31 - Sem título (8) -----	102
Figura 32 - Sem título (9) -----	102
Figura 33 - Uso da máquina -----	102
Figura 34 - Desemprego -----	105
Figura 35 - 1999 -----	106
Figura 36 - Brasil -----	106
Figura 37 - Sem título (10) -----	107
Figura 38 - Comida Baiana -----	107
Figura 39 - Sem título (11) -----	108
Figura 40 - Fernandão, de Deus -----	110
Figura 41 - Sem título (12) -----	110
Figura 42 - Sem título (13) -----	110
Figura 43 - Todos os chapéus do presidente -----	110
Figura 44 - Efeito Tequila -----	111
Figura 45 - Sem título (14) -----	112
Figura 46 - Sem título (15) -----	112
Figura 47 - Sem título (16) -----	112
Figura 48 - Sem título (17) -----	112
Figura 49 - Dando e recebendo -----	113
Figura 50 - Sem título (18) -----	113
Figura 51 - Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por Angeli, 2004 -----	114

Figura 52 - Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por Bennet, 2004 -----	114
Figura 53 - Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por Glauco, 2007 -----	114
Figura 54 - Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por Jean, 2009 -----	114
Figura 55 - Caricatura de Luiz Inácio Lula da Silva, por João, 2010 -----	114
Figura 56 - Sem título (19) -----	118
Figura 57 - Cachoeiras -----	118
Figura 58 - Disk Pizza -----	119
Figura 59 - Pizza Zero -----	119
Figura 60 - O homem na bolha -----	120
Figura 61 - O homem-bolha -----	120
Figura 62 - Sem título (20) -----	120
Figura 63 - Mensalão -----	121
Figura 64 - CPI -----	121
Figura 65 - Sem título (21) -----	121
Figura 66 - Sem título (22) -----	122
Figura 67 - Sem título (23) -----	122
Figura 68 - Sem título (24) -----	122
Figura 69 - Sem título (25) -----	123
Figura 70 - Sem título (26) -----	123
Figura 71 - Sem título (27) -----	123
Figura 72 - Sem título (28) -----	123
Figura 73 - Juros -----	123
Figura 74 - Desemprego -----	123
Figura 75 - Sem título (29) -----	124
Figura 76 - Lula -----	124
Figura 77 - Sem título (30) -----	125

Figura 78 - Conversa com o presidente -----	125
Figura 79 - Sem título (31) -----	126
Figura 80 - Gabinete do presidente -----	126
Figura 81 - No país das maravilhas -----	126
Figura 82 - Reforma Tributária -----	127
Figura 83 - Reformas -----	127
Figura 84 - O caminho de volta -----	128
Figura 85 - Arquitetura e política - -----	130
Figura 86 - Sem título (32) -----	130
Figura 87 - Sem título (33) -----	131
Figura 88 - Radicais -----	131
Figura 89 - A gosma assassina -----	131
Figura 90 - O jardineiro fiel -----	131
Figura 91 - Pacto com o mercado -----	132
Figura 92 - O amanhecer dos Deuses -----	132
Figura 93 - Sem título (34) -----	133
Figura 94 - As viagens de Lula -----	133
Figura 95 - Sem título (35) -----	134
Figura 96 - Encontros inesquecíveis -----	134
Figura 97 - Caricatura Dilma Rousseff, por Angeli, 2013 -----	135
Figura 98 - Caricatura Dilma Rousseff, por Benett, 2011 -----	135
Figura 99 - Caricatura Dilma Rousseff, por Jean, 2011 -----	135
Figura 100 - Caricatura Dilma Rousseff, por Montanaro, 2011-----	135
Figura 101 - Sem título (36) -----	142
Figura 102 - Chocolate amargo -----	142
Figura 103 - Óleo sobre tela -----	142

Figura 104 - Sem título (37) -----	143
Figura 105 - Sobre inflação e maquiagem -----	144
Figura 106 - Sem título (38) -----	144
Figura 107 - Sem título (39) -----	145
Figura 108 - Sem título (40) -----	147
Figura 109 - Sem título (41) -----	147
Figura 110 - Mais médicos -----	147
Figura 111 - Estratégicas -----	147
Figura 112 - Sem título (42) -----	148
Figura 113 - Sem título (43) -----	149
Figura 114 - Sem título (44) -----	149
Figura 115 - Selfie -----	150
Figura 116 - Sem título (45) -----	150
Figura 117 - A luta -----	150
Figura 118 - Indeciso -----	150
Figura 119 - Eminência parda -----	152
Figura 120 - Alternância do poder -----	152
Figura 121 - A diarista -----	152
Figura 122 - Sem título (46) -----	152
Figura 123 - Dilma, a bárbara -----	153
Figura 124 - Mitologia brasileira -----	153
Figura 125 - Sem título (47) -----	153
Figura 126 - Linha sucessória -----	153
Figura 127 - Sem título (48) -----	154
Figura 128 - Sem título (49) -----	155
Figura 129 - Sem título (50) -----	155

Figura 130 - Aliados não dormem -----	155
Figura 131 - Na cama com Dilma -----	155
Figura 132 - A última ceia -----	156
Figura 133 - Caça às bruxas -----	156
Figura 134 - Sem título (51) -----	158
Figura 135 - Espionagem -----	158
Figura 136 - Dilma vai à ONU contra espionagem -----	158
Figura 137 - Sem título (52) -----	158
Figura 138 - Habemus Pac -----	165
Figura 139 - Já tomaram calmantes hoje?-----	168
Figura 140 - Marolinha -----	168
Figura 141 - Sem título (53) -----	168
Figura 142 - Uso da máquina -----	171
Figura 143 - Sem título (54) -----	171
Figura 144 - Sem título (55) -----	177
Figura 145 - O poder embriaga -----	178
Figura 146 - Poder -----	178
Figura 147 - Sem título (56) -----	182
Figura 148 - Governo Dilma -----	182
Figura 149 - Sem título (57) -----	185
Figura 150 - Sem título (57) -----	187
Figura 151 - Como uma onda no mar -----	187
Figura 152 - Novo retrato oficial -----	189
Figura 153 - O poder deixa as pessoas feias -----	191
Figura 154 - Gabinete do presidente -----	191
Figura 155 - Sem título (59) -----	192

Figura 156 - A pátria educadora -----	193
Figura 157 - Onu -----	194
Figura 158 - Sem título (60) -----	195
Figura 159 - Sem título (61) -----	196
Figura 160 - Sem título (62) -----	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Charges com caricaturas ou referências diretas a Fernando Henrique Cardoso (FHC) -----	36
Tabela 2	Charges com caricaturas ou referências diretas a Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) -----	36
Tabela 3	Charges com caricaturas ou referências diretas à Dilma Rousseff -----	37
Tabela 4	Quantidade de Charges por subtemas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso -----	92
Tabela 5	Quantidade de Charges por subtemas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva -----	117
Tabela 6	Quantidade de Charges por subtemas durante o governo Dilma Rousseff -----	139
Tabela 7	Enquadramento dos presidentes da República -----	164
Tabela 8	Enquadramento de Fernando Henrique Cardoso -----	186
Tabela 9	Enquadramento de Luiz Inácio Lula da Silva -----	190
Tabela 10	Enquadramento de Dilma Rousseff -----	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo FHC (1995 -2002) -----	34
Gráfico 2	Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo Lula (2003 – 2010) -----	35
Gráfico 3	Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo Dilma (2011 – 2016) -----	35
Gráfico 4	Escândalo político -----	84
Gráfico 5	Economia -----	85
Gráfico 6	Campanha eleitoral -----	87
Gráfico 7	Governabilidade -----	88
Gráfico 8	Relações Internacionais -----	89
Gráfico 9	Subtemas Fernando Henrique Cardoso -----	92
Gráfico 10	Subtemas Luiz Inácio Lula da Silva -----	116
Gráfico 11	Subtemas Dilma Rousseff -----	139
Gráfico 12	Liderança Resoluta -----	167
Gráfico 13	Liderança Desgovernada -----	169
Gráfico 14	Liderança Personalista -----	178
Gráfico 15	Liderança Corrompida -----	179
Gráfico 16	Liderança Marionete -----	184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1. CHARGES NA FOLHA de S. PAULO	40
1.1. Caricatura, Charge ou Desenho gráfico de humor	40
1.2. Características da charges	57
1.3. Chargistas	67
1.3.1. Trajetória dos chargistas na relação com o jornal	68
1.3.2 Influências e escolha dos temas	70
1.3.3. Humor Político segundo os chargistas	73
2. DESENHOS EM SÉRIES	77
2.1. A agenda de temas das charges	79
2.1.1. Escândalos	83
2.1.2. Economia	85
2.1.3. Campanha eleitoral	87
2.1.4. Governabilidade	87
2.1.5. Relações Internacionais	89
2.2. Fernando Henrique Cardoso	90
2.2.1. Escândalos no governo FHC	94
2.2.2. A pauta econômica no governo FHC	98
2.2.3. Reeleição de FHC	100
2.2.4. Governabilidade no governo FHC	103
2.2.5. Relações Internacionais no governo FHC	109
2.3. Luiz Inácio Lula da Silva	114
2.3.1. Escândalos no governo Lula	118
2.3.2. A pauta econômica no governo Lula	121

2.3.3. Reeleição de Lula -----	124
2.3.4. Governabilidade no governo Lula -----	125
2.3.5. Relações Internacionais no governo Lula -----	133
2.4. Dilma Vana Rousseff -----	135
2.4.1. Escândalos no governo Dilma -----	140
2.4.2. A pauta econômica no governo Dilma -----	143
2.4.3. Reeleição de Dilma -----	146
2.4.4. Governabilidade do governo Dilma Rousseff -----	151
2.4.5. Relações Internacionais no governo Dilma -----	156
3. A LIDERANÇA POLÍTICA NAS CHARGES -----	160
3.1. Enquadramento das Lideranças Políticas nas charges -----	164
3.1.1. Liderança Resoluta -----	165
3.1.2. Liderança Desgovernada -----	168
3.1.3. Liderança Personalista -----	171
3.1.4. Liderança Corrompida -----	178
3.1.5. Liderança Marionete -----	182
3.2. A representação da Liderança Política nas charges -----	184
3.2.1. Fernando Henrique Cardoso: Liderança Deslocada -----	185
3.2.2. Luiz Inácio Lula da Silva: Liderança Cordial -----	189
3.2.3. Dilma Rousseff: Liderança Isolada -----	193
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	197
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	204

INTRODUÇÃO

A liderança política, que aparece como fundamental nas atividades do poder, instigou pensadores a refletirem sobre o tema em diferentes momentos da história política ocidental. Nas Ciências Sociais, tornou-se um fenômeno bastante estudado (REJAI e PHILIPS, 1997), mas, ainda assim, não há uma concepção universalmente aceita (JÌMENEZ, 2008), o que nos leva a refletir sobre o fenômeno da liderança política como resultado de contextos e temporalidades específicos.

De acordo com Rejai e Philips (1997), os estudos produzidos em torno da ideia de liderança política tendem a relacionar-se a três linhas principais. A primeira delas (a), que pode ser definida como clássica, e foi elaborada pelos pensadores que, ao se dedicarem ao estudo da vida de “grandes homens”, colaboraram para a construção de narrativas biográficas marcadas pela figura do herói, do mito e do ídolo individual (PRIORI, 2009). A segunda, (b) estruturalista, entende a liderança como parte da engrenagem do sistema capitalista, e para compreendê-la é preciso ater-se às estruturas e aos contextos sociais nos quais está inserida (MARX, 2011). E a (c) integradora visa observar as condições históricas e sociais em conjunto com as trajetórias da liderança política (JÌMENEZ, 2008).

Max Weber (2009) não compreende o líder como herói, e também não considera o elemento classes sociais como preponderante para a sua compreensão. Ele apresenta uma visão particular sobre liderança, ao colocá-la na dimensão política do fenômeno e vinculá-la à dominação carismática.

Nesse tipo ideal¹ de dominação, a autoridade baseia-se em uma devoção afetiva por parte dos dominados, e a obediência é resultado das qualidades pessoais do líder. De acordo com o autor, a dominação está no cerne das relações sociais, e o carisma é uma característica da natureza da liderança.

Para Manin (1995), o governo representativo passou por três metamorfoses, a saber: democracia parlamentar; democracia de partidos; e, democracia de público. O contexto no qual as ideias de Weber foram estruturadas correspondeu ao que Manin (1995) definiu como democracia de partidos, em que a ideologia e o programa partidário eram determinantes para a escolha dos líderes. Nesse período, a imagem

¹ Conceito criado pelo autor para orientar a pesquisa e servir como um instrumento de parâmetro, seria uma construção mental da realidade. Ao estudar as relações de dominação, Weber apresenta três tipos legítimos: dominação carismática, tradicional e racional.

política era apenas acessória, e não fundamental, nos jogos de poder. Já atualmente, não é a democracia de partidos que caracteriza as relações de poder em governos representativos, mas a democracia de público, na qual o eleitor passou a ser um espectador da disputa política entre as imagens das lideranças políticas.

A democracia de público foi substanciada pela acelerada transformação das relações sociais, resultado da crescente mediação e uso da mídia, o que provocou alterações também no espaço público. Esse, que era o lugar dos grandes relatos, passou a ser *lócus* do efêmero, da adesão a imagens e personalidades, da lógica do entretenimento (GOMES, 2007 e ORTEGA, 2011). Ela ainda é resultado da transformação dos partidos tradicionais em partidos *catch all*, do esvaziamento das ideologias e da ruptura com a estrutura de classes sociais.

É válido ressaltar que os modelos de Manin são tipos ideais, e que, na prática, a maioria das poliarquias (DAHL, 2001) ocidentais costuma ser uma mescla das democracias de partidos e de público, uma vez que são estruturadas por meio de partidos políticos e influenciadas pela ação das mídias.

As lideranças políticas serão aqui entendidas em consonância com as afirmações de Lucas e Cueva (2003), que a compreendem como uma dimensão do político que se define como uma forma particular de interação comunicativa.

Este estudo não pretendeu dizer se determinado ator político é uma liderança política; buscou compreender com quais características de lideranças políticas os presidentes brasileiros da Nova República foram representados e, também, as metáforas utilizadas para retratar as relações de poder nas charges, publicadas na mídia impressa, na página A2, do jornal Folha de S. Paulo. Essas charges foram publicadas durante um momento de certa estabilidade democrática (1995–2016), período em que os presidentes foram eleitos e reeleitos para a continuação de seus mandatos – Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) ² -, com o intuito de ampliar o debate em

² Durante o ano de 2015 foram levados à Câmara trinta e dois pedidos de impeachment; o que culminou na aceitação do 32º correspondeu menos ao seu conteúdo e mais as às disputas e jogos de poder entre, de um lado, dois projetos políticos distintos, e de outro lado, as investigações na Lava Jato. A votação do pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff ocorreu em 17 de abril de 2016, na sessão da Câmara dos Deputados, durante horas, transmitida ao vivo pela emissora Rede Globo de televisão, com um resultado já esperado, apesar da surpresa com relação a à discrepante diferença de números que definiram a continuidade do processo, e marcada por falas e atuações de deputados federais favoráveis e contrários a à votação. O resultado foi de 367 votos favoráveis ao impeachment e 146 contrários. Levado ao Senado, durante os dias 11 e 12 de maio de 2016, foi aprovado, sob a presidência de Renan Calheiros, após a relatoria de Antônio Anastasia (PSDB) e defesa do Procurador-

torno da representação da liderança política³ para além do âmbito institucional, compreendendo-as na relação entre humor e política, sem contudo, pretender esgotar o tema.

As questões principais que nortearam este estudo foram: como a condição de liderança política, dos presidentes da República, foi representada nas charges? Quais características de liderança política foram utilizadas para representá-los? No decorrer do tempo, a representação da liderança política nas charges assemelha-se ou diferencia-se, por conta dos contextos e da conjuntura política, ou devido ao ator político que ocupa o poder? Existem elementos gráficos que se repetem na produção da representação da liderança política? Quais elementos são esses e o que eles podem dizer sobre a liderança política e a política brasileira?

A escolha do estudo da representação da liderança política a partir da charge com temática política foi porque ela faz parte integrante dos elementos presentes na mídia impressa, de acordo com Mello (1994), no texto “A opinião no jornalismo brasileiro”. Aparece, pois, como um elemento eficaz de persuasão do leitor, com seu potencial sedutor a partir da inter-relação do texto e da imagem, podendo, por vezes, ser visto em um tom desafiador e, outras vezes, como um canto paralelo.

Para Saliba (2002), a representação humorística corresponde à percepção do sentimento de ruptura e contrariedade e, também, a uma forma privilegiada de narrar à história. Considera-se que as charges, ao tematizarem a sociedade, a política e os costumes, são importantes elementos para percepção dos conflitos em torno das construções de narrativas sobre as lideranças políticas.

Desenho gráfico de humor, caricatura e charge foram aqui utilizados como sinônimos. No Brasil, devido à necessidade institucional dos Salões de humor⁴, há uma distinção entre charge e caricatura, em categorias que facilitam a atividade do corpo de jurados e a seleção dos inscritos. Assim, caricatura passou a ser o retrato

Geral da República José Eduardo Cardozo, indicado pela presidente Dilma Rousseff, seguido dos discursos acalorados dos senadores, a continuidade do processo de impeachment de Dilma por 55 votos a favor e 22 contra

³ Muitos são os estudos, no campo das Ciências Sociais, sobre os políticos e seus governos em âmbito municipal, estadual e federal, considerando-os e definindo-os como lideranças políticas. Todavia, questões sobre o que de fato compõe a liderança política no Brasil e quais as características que permitem denominar determinado ator político como uma liderança política não são claras. Frente a essas e outras questões, Vera Chaia propôs a pesquisa financiada pela FAPESP: “*Lideranças Políticas no Brasil: características e questões institucionais*” (nº 12/50987-3).

⁴ Salão Internacional de Humor de Piracicaba; Salão Mdplan de Humor; Salão Internacional de Humor da Caratinga; Salão Internacional de Humor de Limeira, entre outros.

cuja essência é expressa pelo exagero como elemento caracterizador e satírico da forma e persona subjetiva; charge, o desenho que representa uma crítica relacionada ao acontecimento datado, pertencente à esfera política ou social, cujos personagens são reconhecidos por um determinado grupo; e, desenho de humor, como uma designação do cartum, que não tem como finalidade principal provocar o riso, mas representar, com os elementos da caricatura, um momento do ser humano que seja visto sobre o prisma do humor.

Neste estudo, compreende-se que a caricatura envolve as três denominações, pois é também, a charge e o desenho de humor. Por isso, ora a referência será para um, ora será para outro. Além disso, as peças humorísticas analisadas efetivamente apresentam caricaturas dos presidentes da República, durante seus respectivos mandatos, mesmo que transcendendo a ideia do retrato.

Elas aparecem como um recorte de um episódio datado, para serem lidas em diálogo com o contexto de um jornal⁵ carregado da opinião de um grupo social, persuasiva para os leitores que compactuam com a ideia daquele grupo, podendo atingir um extenso número de indivíduos, influenciando e influenciada pela construção de representações de poder.

Os desenhos gráficos de humor podem legitimar e perpetuar certas ideias na forma de representar determinado assunto em referência ao político, mas podem também trespassar as notícias diárias, quando carregam consigo códigos capazes de influenciar e de serem influenciados pelo imaginário simbólico da sociedade, podendo iluminar, por meio de padrões cômicos, o que há de mais fundo no imaginário da população.

Quando publicadas em jornal impresso, são caracterizadas por condensação dos elementos e do assunto tratado em um ou no máximo dois quadros com, na maioria dos casos, o predomínio dos desenhos, dos traços, das formas e das cores, isto é, da linguagem imagética em relação à linguagem verbal, que é a linguagem do jornal. Na mídia impressa, com poucos traços e um quadro, pode-se ter uma charge em que valores são atribuídos e ações são discutidas, podendo abrir-se em um campo de reflexões.

⁵ Apesar da importância desse estudo sabe-se que se perde muito quando deslocadas de seu tempo.

De acordo com Gombrich (1999), a inovação da caricatura está justamente nessa liberdade de traduzir conceitos e símbolos abreviados do discurso político para situações metafóricas.

A retórica política sempre fora abundante em imagens, desde os tempos em que os antigos profetas hebreus diziam que o Egito era um “junco quebrado” e a Pérsia um “Colosso de pés de barro” (GOMBRICH, 1999: 127).

Quando o olhar do caricaturista dirige-se a uma personalidade pública, duas tradições se fundem e, segundo Gombrich (1999), ocorre a simplificação da caricatura mais o simbolismo pictórico. Com isso, produz-se uma arma social que, para o autor, têm como finalidade desmascarar a pretensão dos poderosos.

As charges, geralmente, atravessam, de maneira condensada e acessível, assuntos dos quais o público de um veículo de comunicação já tem conhecimento, ou acabam de tê-lo a partir das recentes notícias. Elas traduzem questões que afetam a todos, questões por vezes bastante sérias que, por meio da linguagem humorística, são reexaminadas. São como uma fuga da seriedade dos textos e um impulso para o pensamento.

Estudar a liderança política por meio da sua representação humorística nas charges significa, ao lado de uma concepção da história cultural do humor, que amplia o conceito de “documento histórico” pela chamada “nova história cultural”, compreender que é possível, a partir das imagens, conhecer a história social de um determinado tempo, considerando que, por meio delas é possível refletir sobre acontecimentos políticos, sociais e culturais. Significa também ampliar o olhar para a agenda temática e, conseqüentemente, para a compreensão das disputas de poder em um determinado período.

As charges têm importante dimensão simbólica, uma vez que se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais úteis para quem produz e recebe determinada informação. Inseridas nos veículos de comunicação, elas colaboram para que diferentes indivíduos em diferentes espaços recebam o mesmo conteúdo simbólico.

Os desenhos gráficos de humor, ao explorarem as características e os conflitos em torno dos acontecimentos que englobam as questões políticas e dedicarem seus traços às representações dos presidentes da República do Brasil, aparecem como importantes elementos para manutenção de uma cultura política em torno das construções de narrativas sobre lideranças políticas.

Herman Lima (1963) lembra que é próprio da caricatura fazer com que a liderança política caricaturada seja temida e não estimada, e que seria injusto condenar o abuso a que qualquer arte está sujeita como um argumento contra a própria arte.

Para julgar com isenção o mérito dessa que tencionamos falar, não devemos esquecer também que ela é um elemento da pintura satírica e que, como a poesia desse gênero, é talvez empregada com maior êxito em vingar a virtude e a dignidade, ultrajadas, apontando os culpados ao público, único tribunal a que eles não podem fugir; e fazendo tremer à simples ideia de ver suas loucuras, seus vícios, expostos à ponta acerada do ridículo, aqueles mesmos que enfrentariam com desdém censuras atrozes (LIMA, 1963: 05).

Nesse sentido, no cenário contemporâneo, rescaldado com os projetos políticos de transformação global, é importante observar, o quanto o humor foi utilizado de diferentes modos.

De acordo com Saliba (2017), o humor:

[...] incentivou traços de sociabilidade, sublimou agressões ou ressentimentos, administrou o cinismo ou estilizou a violência. Mas, também, foi arma social e política dos impotentes, contribuindo para criar uma cultura de divergência ativa e oculta (SALIBA, 2017:19)

Assim, a hipótese geral que atravessa esta tese corresponde à ideia de que as charges publicadas na página A2 do jornal Folha de S. Paulo, entre 1995 e 2016, ao terem a temática política como assunto mais recorrente e como principal ator político caricaturado aquele/a que ocupava o papel de presidente da República, em sua condição de liderança política, corroboram a manutenção de uma ideia de liderança política do Brasil marcada por uma cultura da política nacional centrada no personalismo, replicando, mesmo que com posturas críticas ao governante, a ideia de atribuir a ele um papel principal na solução dos problemas e no modo de governar.

O personalismo consolidou-se, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2003), em *Raízes do Brasil*, como um traço característico da cultura política brasileira de herança ibérica, modelou as relações políticas na colonização e no Império, e permaneceu na história política do Brasil, apesar de mudanças na esfera pública.

Mesmo que os chargistas invertam a relação de dominação descrita por Weber, para quem a existência de uma devoção e lealdade ao caráter sagrado do líder não é ressaltado a partir de suas características pessoais para agregar em torno de si adeptos, mas sim, seu contrário, que explora as antíteses das qualidades que um líder deveria possuir, há, nas charges, um reforço da valorização dos atributos pessoais e

do culto à personalidade, subjugando os interesses dos partidos políticos, das ideologias, das instituições políticas e do governo constitucional.

O desenvolvimento da caricatura, no Brasil, acompanhou o desenvolvimento da mídia impressa e, em um contexto imagético, mantém-se presente até os dias atuais, a partir de traços que sintetizam situações de um período e visões de seus autores, grupos ou instituições, na expressão de referências advindas de diferentes fontes.

Para entender a representação da liderança política nas charges, em um contexto marcado pela redemocratização, novas perguntas aparecem, dentre elas: Qual é a concepção do humor, para os artistas que produziram as charges que fazem parte do escopo desta pesquisa? Essa concepção de humor conversa com as teorias de humor que conhecemos? Quando o assunto é a presidência da República, sujeito a ambiguidades, como equilibrar-se no risco de esbarrar em reafirmações de referências presentes na sociedade e na imprensa e, por vezes, afastar-se da possibilidade do solavanco mental, contribuindo para a crise de representação?

Como menciona Burke (2004), as charges podem ser uma importante fonte histórica para o debate político, devido, de um lado, à desmistificação do poder, e, de outro, à aproximação de pessoas comuns aos assuntos relativos ao Estado.

A delimitação do período deveu-se à compreensão de que, em contextos democráticos, as charges têm maior liberdade de publicação, e de que o período de maior estabilidade política ocorreu, pós-ditadura civil/militar, na “Nova República”, de 1995 e 2016, quando os três governantes foram eleitos e reeleitos respeitando os processos e as instituições democráticas⁶.

A partir dessas considerações, a tese foi dividida, além da introdução, em outras quatro partes. O primeiro capítulo foi organizado com o objetivo de perceber o lugar que a charge ocupa na trajetória do jornal Folha de S. Paulo, periódico que concede extenso espaço às seções de editorialistas, articulistas e colunistas, no caderno de opinião, no qual se encontram as charges selecionadas para o estudo.

A análise dos desenhos gráficos de humor publicados no jornal Folha de S. Paulo no período selecionado deveu-se ao fato de que, segundo dados da Associação

⁶ Nesta tese, considera-se que o processo de impeachment de Dilma Rousseff foi articulado em torno de um golpe.

Nacional de Jornais (ANJ)⁷ e do Instituto de Verificação de Circulação (IVC)⁸, ela permaneceu entre os cinco jornais com maior número de tiragem em âmbito nacional. Além disso, ela manteve circulação contínua; utilizou ao menos dois chargistas para se revezarem nas publicações durante o período estudado, e apresenta, desde sua primeira publicação, o uso tradicional da charge como elemento de opinião do jornal⁹.

Quatorze foi o número de artistas que compuseram a sessão Charge, na página A2, do jornal Folha de S. Paulo, no período 1995 – 2016: Glauco, Angeli, Jean Galvão, João Montanaro, Aroeira, Benett, Spacca, Fido Nest, Lulipena, Laerte, Mandrade, Cláudio, Scabini e Airon.

Entre 1995 e 2010, a publicação das charges ficava sob a criação de três chargistas e alguns convidados. Com a morte de Glauco¹⁰, a Folha passou a ter cerca de cinco colaboradores fixos.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995 – 2002, os chargistas que compuseram as publicações foram Glauco e Angeli, com participações esporádicas de Spacca¹¹ e Claudio. Já nos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Glauco e Angeli passaram a contar com a colaboração mais constante de Jean Galvão, mas Bennet, João Montanaro, Scabini, Aroeira e Airon também publicaram seus desenhos gráficos de humor. Durante o governo de Dilma Rousseff, e com o falecimento de Glauco, em 2010, novos nomes passaram a compor a sessão de desenhos gráficos ao lado de Angeli e Jean de forma mais assídua, principalmente Bennet e João Montanaro.

⁷ Associação Nacional dos Jornais. ANJ – Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/> Acesso em: 05.03.2018.

⁸ Instituto Verificador de Comunicação. IVC - Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/> Acesso em: 05.03.2018.

⁹ Os jornais O Estado de São Paulo e O Globo, apesar de responderem a alguns desses quesitos, não tiveram suas charges analisadas sistematicamente. O primeiro, porque só passou a utilizar a charge como elemento de opinião a partir de 1970, nos chamados “anos de chumbo”, e o segundo, porque, durante muitos anos, apenas um único chargista publicou nele seus desenhos gráficos. Apesar de não fazerem parte do escopo da pesquisa, com o objetivo de tornar mais compreensiva a análise e as características das charges publicadas na Folha, há, vez ou outra, para efeitos comparativos, a apresentação de algumas características das charges do Estadão e do Globo, por exemplo, a relação com o editorial ou as características de utilização da charge como um elemento de opinião, e não como mera ilustração.

¹⁰ Glauco e seu filho foram vítimas de homicídio doloso, em 12 de março de 2010. Estava em sua residência, dentro da comunidade Céu de Maria, que reúne adeptos do Santo Daime, quando o estudante Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, armado, entrou na casa e exigiu que Glauco afirmasse para a família de Carlos que ele era Jesus Cristo, em meio a uma discussão, Carlos disparou 10 tiros, dois se perderam e os outros atingiram Glauco e seu filho Raoni. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/cartunista-glauco-criador-do-geraldao-assassinado-em-sao-paulo-3040186>. Acesso em: 20.20.2018.

¹¹ Spacca, João Spacca de Oliveira, foi chargista político da Folha entre 1985 e 1995. Desse período, apenas o ano de 1995 fez parte do corpus de análise. Foram 65 charges publicadas, dentre as quais 47 apresentaram a temática da política, e 25 eram caricaturas ou referências diretas a FHC.

Ao identificar os que publicavam na página A2 e a frequência das caricaturas com referências aos presidentes, percebeu-se a importância de se traçar o perfil dos chargistas, pois, assim como na fotografia (MARANHÃO, 2013), a charge pode ser interpretada como resultado de uma estrutura complexa, de aspectos subjetivos relacionados a questões de âmbito pessoal e profissional de cada artista. Ao refletir sobre tal fato ou assunto e repensá-lo, a partir do desenho/arte gráfica, o chargista carrega consigo seu repertório de vida, sua relação cultural, sua análise política, sua estética e a técnica usada, sem esquecer a linha editorial do jornal.

Para compreender o chargista para além de seus traços, foram realizadas entrevistas que, nos estudos das Ciências Sociais, aparecem como uma técnica para coletar dados subjetivos, pois são eles que se relacionam com os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados. O tipo de entrevista escolhida foi a semiestruturada, devido à compreensão de que um roteiro elaborado com perguntas básicas e definitivas para atingir os objetivos pretendidos poderia guiar o processo de interação com os diferentes entrevistados.

Dentre os chargistas que publicaram na página A2 do jornal Folha de S. Paulo, foram realizadas entrevistas com Angeli, Bennet, Jean Galvão, João Montanaro e Laerte. Apesar de contatados, não conseguimos realizar entrevistas com Spacca e Claudio. Devido à morte de Glauco, buscou-se coletar informações sobre ele a partir de referências bibliográficas, entrevistas por ele concedidas e, também, por projetos como “Ocupação Glauco”¹², realizado pelo Itaú Cultural, em 2016.

Já Aroeira¹³, Airon¹⁴, Mandrade¹⁵, Luli Penna¹⁶ e Scabinni¹⁷ apresentaram um baixo número de charges com caricaturas ou referências aos presidentes em exercício, e nenhuma delas inserida nas séries temáticas e, por isso, optou-se pela

¹² Exposição realizada na sede do Itaú Cultural, entre os dias 9 de julho e 21 de agosto de 2016. O projeto era um convite para conhecer aspectos fundamentais da trajetória do artista – dos seus anos de formação à sua conversão em líder espiritual à frente do Céu de Maria, igreja do Santo Daime, fundada por ele em Osasco, na Grande São Paulo. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/glauco/>. Acesso em: 07.11.2019.

¹³ Renato Aroeira publicou apenas uma charge em 2010, tematizando o presidente em exercício. Atualmente, realiza uma intensa produção de charges políticas com divulgação nas mídias digitais.

¹⁴ Airon Barreto de Lacerda colaborou na Folha em 2007, e na Editora Abril, como diretor de animação dos Estúdios Maurício de Sousa.

¹⁵ Marcelo de Andrade, jornalista, publicou, em 2011, charges tematizando principalmente os costumes sociais.

¹⁶ Luciana Artacho Pena, Luli Pena, colaboradora da Folha de S. Paulo nos cadernos Folhateen, Ilustrada, Imóveis, Saúde e Revista da Folha, publicou, dentro do período estudado, uma única charge sobre política para a Folha, em 06.02.2015, tematizando a crise na Petrobras.

¹⁷ Rafael Cesar Scabin, Scabini, historiador e chargista, publicou duas charges em 2010.

não realização das entrevistas e, conseqüentemente, pelo não aprofundamento de seus perfis e ideias.

Assim, no primeiro capítulo foram também apresentadas considerações sobre o termo charge, referências, características e importantes nomes do desenho gráfico de humor. Apresentaram-se também: a transição das revistas de humor para a charge editorial e do olhar sobre a imprensa brasileira, incluindo o período do Regime Militar, a imprensa alternativa e o processo de reorganização do jornal Folha de S. Paulo, com a redemocratização do país e, por fim, o olhar dos chargistas sobre o humor, a mídia e a política, para, com isso, responder por que se pode afirmar que a Folha de S. Paulo é uma imprensa propícia para a charge.

No segundo capítulo buscou-se apresentar uma descrição da trajetória política de cada uma das lideranças estudadas, atrelada à análise da agenda de temas presentes nas charges publicadas no jornal. O olhar para a agenda deve-se à compreensão de que a grande mídia estrutura a representação da realidade que chega aos cidadãos em uma leitura secundária.

A hipótese de que a produção de notícias demanda uma operação de enquadramento, que se realiza na rotina produtiva da imprensa por meio da adoção de critérios de relevância para organizar acontecimentos, temas, aspectos e problemas, é definida como agenda-setting, ou agendamento da notícia (McCOMBS, 2009).

Agendamento é um subproduto inesperado da necessidade dos noticiários de focar a atenção em apenas alguns tópicos. Os telejornais têm a capacidade limitada, e mesmo os jornais com suas dezenas de páginas tem espaço para apenas uma fração das notícias que está disponível a cada dia (McCOMBS, 2009: 45).

Nesse sentido, faz-se importante descrever o processo de seleção das charges que compuseram o corpus da pesquisa, que ocorreu em duas etapas: (1) seleção do material e (2) agenda de temas.

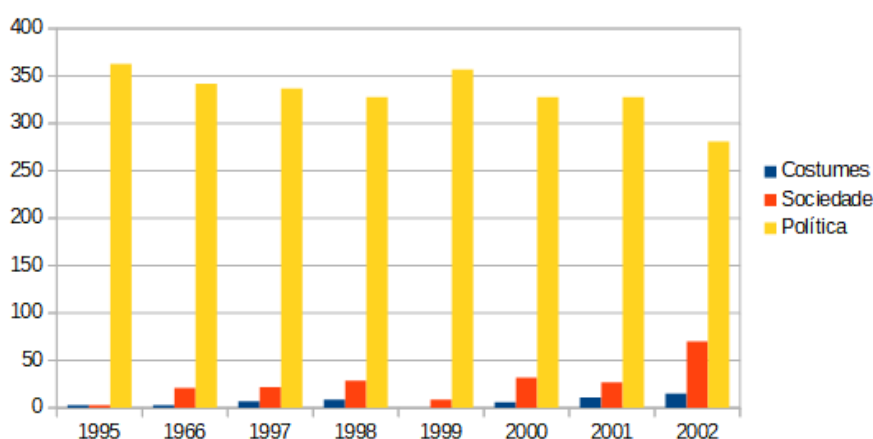
Para a realização da primeira etapa, seleção do material, olhou-se para a página A2 de cada uma das edições do jornal, dentro do período selecionado (foram 8040 edições no período 1995 - 2016), para identificar os assuntos abordados nas charges. A partir desse primeiro olhar, elas foram separadas em três categorias: (a) costumes, (b) política e (c) sociedade.

A categoria *costumes* foi definida como aquela presente nas charges que direcionavam o olhar para as ações humanas tidas como regras sociais, devido ao uso repetitivo do processo de suas práticas enraizando-se na cultura social e, raramente, questionadas.

Já *política* é aqui entendida, de maneira geral, como toda charge que expressa a atividade ou o conjunto de atividades que tiveram, de algum modo, como termo de referência, o Estado.

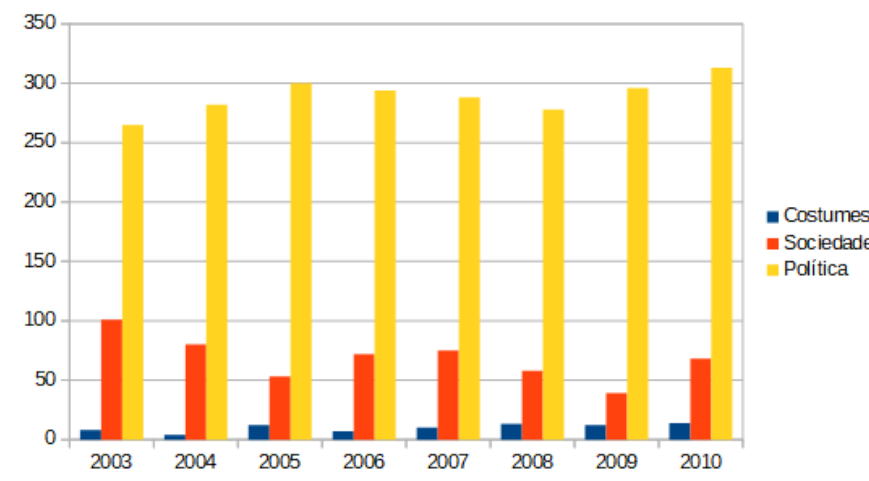
Por fim, *sociedade* compreendeu a categorização dos desenhos gráficos de humor que dialogaram com questões relacionadas a situações que atingiam vários indivíduos que estabelecem uma vida organizada em conjunto, e as condições mínimas de qualidade para a sobrevivência deles.

Gráfico 1: Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo FHC, 1995 -2002



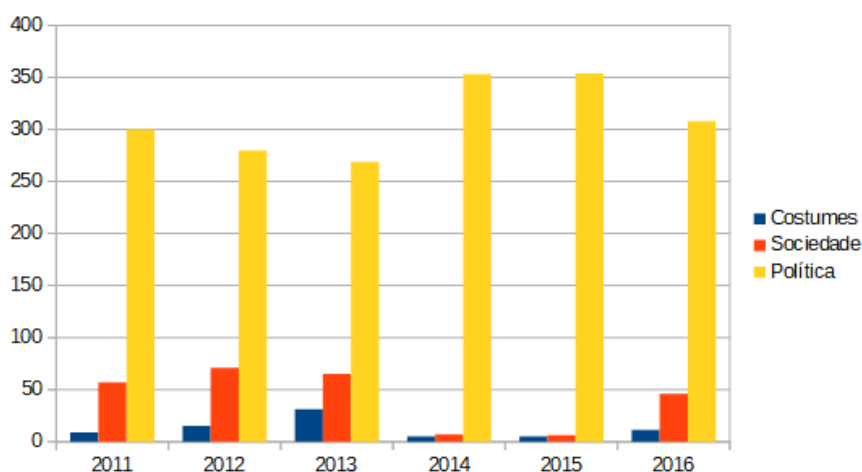
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Gráfico 2: Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo Lula (2003 – 2010)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Gráfico 3: Charges publicadas, no jornal Folha de S. Paulo, durante o governo Dilma (2011 – 2016)



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Essa primeira seleção permitiu identificar que a temática política foi predominante. Foram publicadas, nos seis mandatos estudados, 6844 charges com a temática da política.

A partir desse dado, buscou-se perceber quais eram as principais instituições ou atores políticos mais caricaturados.

Ao todo, 3243 apresentaram caricaturas dos presidentes em exercício, ou referências diretas. Delas, 1035 de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro mandato (1995 a 1998) e 840, no segundo mandato (1998 a 2002); 616 de Luiz Inácio Lula da Silva, no primeiro mandato (2003 a 2006) e 427 no segundo (2007 a 2010); e, 203 de

Dilma Rousseff, no primeiro mandato (2011 a 2014) e 121 no segundo mandato (2015 e 2016), conforme indicado nas tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1: Charges com caricaturas ou referências diretas a Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Anos	Temática Política	Caricatura ou referência direta a FHC	%
1995	363	296	81.54
1996	342	279	81.6
1997	337	256	75.97
1998	328	204	62.2
1999	357	330	92.4
2000	328	273	83.23
2001	328	136	41.46
2002	281	101	35.95
Total	2664	1875	70.38

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Tabela 2: Charges com caricaturas ou referências diretas a Luiz Inácio Lula da Silva (Lula)

Anos	Temática Política	Caricatura ou referência direta a LULA	%
2003	247	141	57.08
2004	175	135	77.14
2005	296	169	57.09
2006	282	98	35,75
2007	260	81	31.15
2008	272	94	34.55
2009	294	99	33.67
2010	308	107	34.74
Total	1852	924	49,95

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Tabela 3: Charges com caricaturas ou referências diretas à Dilma Rousseff

Anos	Temática Política	Caricatura ou referência direta a Dilma Rousseff	%
2011	298	50	16.10
2012	263	31	11.78
2013	261	58	22.22
2014	209	66	31.57
2015	275	87	31.63
2016	185	34	18.37
Total	1491	324	21,73

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Esses primeiros dados apontam que houve predomínio de charges com caricaturas ou referências diretas a Fernando Henrique Cardoso, principalmente nos primeiros e segundos anos dos dois mandatos. Uma queda significativa do número de charges ocorreu nos dois últimos anos do segundo mandato. Pode-se dizer que essa queda foi resultado da temática da campanha eleitoral para presidente da República, quando o principal político caricaturado foi o candidato de oposição do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva.

A partir de 2006, as charges com referência ao presidente em exercício diminuíram, dividindo a temática política com o debate em torno das questões políticas com parlamentares e instituições. Uma primeira interpretação poderia dizer que essa alteração foi reflexo dos escândalos políticos envolvendo o Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente o “Escândalo do Mensalão”. Estariam as charges acompanhando ou refletindo o debate em torno da crise da liderança política?

Durante o governo Dilma Rousseff, as charges que tinham como temática a política acompanharam a diminuição das referências ou caricaturas da presidente da República. Em comparação com as charges sobre os outros presidentes, o número de charges com caricaturas ou referência a Dilma Rousseff foi três vezes menor. Esses dados impulsionam novos questionamentos para o estudo proposto, como: Quais motivos permitem responder a esse índice? Ou, ainda: Há dificuldade em caricaturá-la, por ser mulher?

Pode-se apresentar como hipótese que o novo, o desconhecido, o feminino e a eleição marcada pelo “padrinho político” levaram os artistas a experimentarem rostos e formas, optando, aparentemente, por um distanciamento para captar os traços da presidente eleita. Talvez tenha sido esse o motivo de ter sido pouco expressiva a produção gráfica nos primeiros dois anos de seu mandato. Mas, o que explicaria que, mesmo com um crescente número de charges, de 2013 a 2016, devido às dinâmicas conjunturais, a campanha eleitoral e o desgaste de seu governo, o número de charges representando Dilma tenha se mantido baixo?

Para responder a essas e outras perguntas e compreender com quais características de lideranças políticas os presidentes da República, de 1995 a 2016, foram representados, partiu-se para a segunda fase da seleção das charges, buscando-se perceber os agendamentos presentes nas charges.

Poucos foram os temas que fugiram dos traços desses artistas: as relações de poder dentro das instituições, os pequenos poderes, os vícios da classe média, a violência, fatos da atualidade, o povo, a arte e, no caso de Angeli, nem mesmo ele escapou de si mesmo.

Para compreender as características da representação da liderança política nas charges, nessa segunda fase de seleção do corpus de análise revisitaram-se apenas as charges do eixo temático da Política, para organizá-las em séries temáticas denominadas subtemas. Foram identificados cinco subtemas: (1) escândalo; (2) economia; (3) campanha eleitoral; (4) governabilidade; (5) relações internacionais.

Dessa forma, muitas vezes as obras dos diferentes artistas que publicaram no jornal Folha de S. Paulo e apresentaram um mesmo conjunto de argumentos foram organizadas em um mesmo bloco analítico, fazendo com que, por vezes, a ordem cronológica ficasse em segundo plano.

A seleção dos temas baseou-se na incidência, pois se acredita que, a partir dos mais recorrentes, pode-se perceber os eixos centrais do debate político em um determinado período.

Acredita-se que a organização das charges, em séries temáticas, permite a compreensão de qual lugar a liderança política ocupou na relação com os temas abordados, qual papel desempenhou, como isso se repetiu ou se alterou nos diferentes governantes e quais recursos do humor gráfico foram utilizados.

A partir da seleção do corpus de análise da pesquisa, no segundo capítulo pretendeu-se apresentar as lideranças políticas a partir de uma breve descrição

bibliográfica, seguida das séries temáticas de cada um dos governantes em diálogo com as teorias sobre o desenho gráfico de humor; destacaram-se as principais características de liderança utilizadas para representá-las e procedeu-se a uma análise comparativa entre elas. Observou-se, principalmente, como, no decorrer do tempo, a representação da liderança política nas charges se assemelhou ou se diferenciou, por conta dos contextos e da conjuntura política ou do ator político que ocupava o poder.

Especialistas em Comunicação Política (TANKARD, J., SEVERIN, W. 2001) afirmam que analisar só o agendamento da mídia não é o suficiente; deve-se, também, analisar o enquadramento que, segundo Porto (2004), corresponde a seleção, ênfase e apresentação da notícia, por parte dos jornalistas, na organização da notícia e na interpretação dos fatos. Nesta pesquisa, foram incluídos também os desenhistas/artistas, pois se entende que as charges podem aparecer como estruturas que orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos sobre ela.

Os estudos sobre enquadramento geralmente pautam o período eleitoral. Raros são aqueles que buscam compreender o enquadramento de um veículo de comunicação durante todo o mandato de um governante, e mais raro ainda é olhar para o enquadramento das charges durante os mandatos de três presidentes da República, o que demonstra o ineditismo deste estudo.

Assim, no terceiro capítulo ocorre uma conceituação do termo enquadramento, seguido da análise do enquadramento das charges com o objetivo de caracterizar os tipos de lideranças políticas nelas representados.

Para avaliar o enquadramento do/a presidente/a nas charges, não se questionou a valência positiva, negativa e neutra, usualmente utilizada no âmbito dos estudos de comunicação e política, pois se considera próprio da charge desestabilizar a condição de liderança; o objetivo foi identificar os tipos de enquadramento e o tipo de liderança que emerge das charges.

Por fim, nas considerações finais foram apresentadas as respostas para as questões propostas, relacionando os dados com os referenciais teóricos que orientaram este estudo.

1. AS CHARGES NA FOLHA DE S. PAULO

A espontaneidade na política deixou de existir. Tudo é medido e ponderado para que a liderança se saia bem em todos os atos de sua vida política (CHAIA, 2012). Neste sentido, a busca da visibilidade é fundamental, e o modo como o político aparece na mídia é um dos itens mais importantes na construção e manutenção de uma liderança política.

As charges, nesse contexto, podem burlar o controle da visibilidade por parte do político, ao criarem outra imagem, chamando a atenção justamente para aquilo que ele desejava esconder, uma vez que são mais dedicadas aos adversários, raramente aos líderes admirados.

Neste capítulo, pretende-se explicar por que o jornal Folha de S. Paulo é uma imprensa propícia para a charge. Para isso, buscou-se esquematizar o estudo sobre charges, suas primeiras referências e como a influência europeia e as revistas foram importantes para a formação da charge editorial.

É apresentada, também, a trajetória da imprensa brasileira, o uso da charge em diferentes contextos políticos e seus principais elementos, para, em seguida, expor as particularidades do jornal Folha de S. Paulo e dos chargistas que nele publicaram desenhos gráficos de humor com caricaturas ou referências diretas às lideranças políticas eleitas e reeleitas presidentes do Brasil, entre 1995 e 2016.

1.1 Caricatura, Charge ou Desenho gráfico de humor

Qual o segredo desta arte quase primitiva, capaz de sobreviver na era da imagem – da foto, do cinema e da televisão?
Por que ela continua mais corrosiva do que o realismo da fotografia, ela que é a arte da deformação?
Que força é essa que tem a caricatura que, na era da tecnologia, continua precisando apenas da ponta de um lápis e de toda a liberdade do mundo?
(Zuenir Ventura)

De acordo com Fonseca (1999), a caricatura corresponde à representação plástica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia, interpretada, voluntariamente, de forma distorcida sob seu aspecto de ridículo ou grotesco. Pode-se, a partir do traço, acentuar ou revelar importantes características de uma pessoa ou situação, das quais geralmente o público leitor já tem conhecimento ou, por vezes, buscará saber mais sobre determinado episódio ou sujeito.

Como já apontado neste trabalho, o termo utilizado para designar o objeto de estudo ora é charge, ora caricatura e ora desenho gráfico de humor, pois se considera que caricatura permanece como designação genérica para as diversas formas de humor gráfico, apesar de, no Brasil, ser sua irmã gêmea – a charge – a mais utilizada para representar o desenho de crítica e sátira política. Além disso as peças de humor analisadas apresentam caricaturas das lideranças políticas, críticas e sátiras políticas e, ainda, podem, assim como o desenho de humor, não ter como finalidade principal provocar o riso, mas representar um momento do ser humano sob o prisma do humor.

Gombrich e Kris (1968), em texto colaborativo, propuseram uma trajetória da caricatura e questionaram sua aparição tardia como representação humana. Para isso, retomaram ensaios de crítica de arte do século XVII, traçaram definições e compararam seus elementos com a arte do retrato. Essa espécie de genealogia os levou para a definição da função da caricatura que, segundo eles: “[...] compreende em buscar ridicularizar um tipo ao invés de transformar um indivíduo em um tipo ridículo” (GOMBRICH e KRISS, 1968: 144)

Inseridas nos jornais impressos e diários, tornam-se colunas gráficas que, veladas pela ironia ou explicitamente opinativas pela sátira e pelo sarcasmo, mostram com traços o que não poderia ser dito com menos de uma centena de palavras; portanto, como uma fuga da seriedade dos textos e como um impulso para o pensamento.

A palavra caricatura tem origem no verbo italiano *caricare*, que significa carregar, sobrecarregar, com exagero. Fonseca (1999) afirma que foi Mosini¹⁸, em uma coleção lançada em 1646, sobre uma série de gravuras realizadas a partir dos desenhos dos irmãos Agostino e Annibale Carracci, que satirizavam os bolonheses, quem utilizou o termo pela primeira vez.

Há consenso sobre Giovanni Lorenzo Bermini ter possivelmente inserido a expressão na França, onde compartilhou o mesmo sentido: carregar, em francês, *charger*. E, na Inglaterra, quem introduziu a definição dessa arte que tem o excesso como importante característica, ainda de forma exótica, foi Thomas Brown, para descrever os trabalhos de arte italianos, mas foi somente no século XVIII que o termo foi reconhecido sob sua forma atual, *caricature*.

¹⁸ Giovanni Atanasio Mosini, em 1646, no prefácio da obra *Diverse Figure*.

Ainda segundo Fonseca (1999), acredita-se que Francis Grose foi o primeiro a percorrer de forma sistemática sobre a caricatura, na obra *Rules for drawing Caricatures, with an Essay on Comic Painting*¹⁹. Em uma tentativa de proclamar a *antiuniversalidade* da estética, afirmou que as emoções estéticas emergem de um específico ambiente cultural e que ela não é inata nem universal, mas formada pelo seu contexto social.

Sem demora, em 1792, de acordo com Duprat (2004) no contexto da Revolução Francesa, o jornalista Jacques Marie Boyer Brun, Boyer de Nîmes, lançou um panfleto intitulado *Histoire des caricatures de la révolte des français*, no qual, como um empreendimento pedagógico, buscou apresentar alguns dos cartuns patrióticos mais bem-sucedidos, para explicar os signos e os acontecimentos do período, além de difamar e mostrar os erros da Revolução.

Pode-se dizer que o começo da caricatura esteve vinculado ao Renascimento, um movimento cultural intenso que teve início no século XIV, nas cidades italianas e que se propagou por várias regiões da Europa, resultado de importantes mudanças materiais, sociais e políticas²⁰. Esse movimento tinha como algumas de suas principais características a valorização do passado greco-romano, o antropocentrismo, o enaltecimento da capacidade individual, o talento e/ou a criatividade de cada um e uma nova visão do tempo. Os valores do Renascimento e a centralização do indivíduo foram importantes influenciadores do desenvolvimento da caricatura.

No entanto, segundo Herman Lima (1963) foi no contexto das Revoluções Burguesas do séc. XVIII, na Inglaterra²¹, que ocorreu o amadurecimento da caricatura política, que, em um contexto de crítica ao absolutismo, influência das ideias

¹⁹ Regras para desenhar caricaturas, com um ensaio sobre pintura em quadrinhos publicada em *Analysis of Beauty*, de William Hogarth,

²⁰ A partir do século XI, a Europa Ocidental passou por uma série de mudanças, como o aumento da produção de alimentos devido à expansão de áreas agrícolas e às novas técnicas de cultivo da terra. Com o aumento da produção de alimentos, a qualidade de vida passou a ser melhor e, consequentemente, o índice de natalidade aumentou, assim como a expectativa de vida. Ao mesmo tempo, ocorreu o crescimento do comércio com o Oriente e a busca por prestígio social por parte da burguesia. Pintores, escritores e cientistas consideravam que na Idade Média a cultura tinha praticamente desaparecido e que, ao ignorar a produção medieval e valorizar as obras da Antiguidade Clássica, estavam fazendo renascer a cultura, daí o nome Renascimento.

²¹ Fonseca (1999) afirma que, ainda no século XVII, a Holanda, devido ao regime de liberdade e a sua posição geográfica, tornou-se um refúgio para aqueles que estavam descontentes com o absolutismo político de outras regiões, principalmente da França, que era governada sob a tirania de Luís XIV e que foi palco de importantes manifestações de *estampas satíricas* contrárias ao monarca e a membros do seu governo. Romain De Hoogde era o chefe de um grupo de artistas holandeses que reproduziam seus desenhos em larga escala, para a época, e a um baixo custo.

iluministas e do desenvolvimento da imprensa, teve um ambiente propício para ganhar o público. Por mais que a caricatura trabalhe com a dinâmica do simbólico, pode-se dizer que carrega em si elementos de uma racionalidade crítica a partir da modernidade.

Lima (1963) afirma que nomes como Hogarth, Rowlandson, Gillray e a família Cruiksshank, com seus traços, realizaram importantes ataques à monarquia e à nobreza britânica. A partir da Inglaterra, a sátira política foi ganhando destaque, expandindo-se para o resto da Europa, primeiro em álbuns com folhas soltas, depois nas revistas de humor, contribuindo para aceitação universal e ampla popularidade da caricatura.

Na França, Charles Philipon²² e suas revistas, *La Caricature*, *Le Charivari*, *Le journal pour rire*, fizeram escola e influenciaram a produção humorística na imprensa no resto do mundo. Fonseca (1999) afirma que esses periódicos, também foram um importante espaço para outros grandes nomes da produção francesa, como Grandville, Daumier, Gavarni, Traviés, entre outros.

E complementa que Daumier, por exemplo, inaugurou um estilo do uso da caricatura para combater as instituições, além de explorar uma linguagem multifacetada para fugir das possíveis perseguições e censuras daqueles que representavam o poder e eram alvos de seus traços. Suas produções litográficas são consideradas um registro inesquecível das ironias do comportamento humano, e suas pinturas, um importante elo com a arte moderna.

Pode-se dividir a trajetória de Daumier em três fases. A primeira corresponde ao seu ingresso na revista *La Caricature*, de Philipon, tornando o rei Louis Philippe o principal objeto de seus traços e transformando-o em Gargântua, o monstro rabelaisiano. Esse desenho gerou para o artista um processo jurídico e seis meses de prisão. Depois que saiu da prisão, inaugurou uma segunda fase: passou a assistir às sessões parlamentares ou das cortes de justiça e a modelar pequenos bustos que serviram de modelos para seus retratos satíricos, tornando os parlamentares e a prática política, cada vez mais, objeto de crítica.

A Constituição francesa de 1830 garantia a liberdade de imprensa e de expressão, entretanto o governo podia processar os jornais por “ofensas” à autoridade

²² Famoso por transformar o rei Louis Philippe em uma pera, termo que em francês, quando aplicado a pessoa, significa burro ou estúpido. A consequência foi a represália, o fechamento da revista, a prisão de Philipon e a aprovação de leis contrárias à liberdade de imprensa.

real, com condenações e multas altíssimas. Em 1835, com as Leis de Setembro, a censura prévia à caricatura voltou a vigorar, e uma de suas consequências foi o fim da *La Caricature*.

Daumier, com menos liberdade artística, iniciou o que pode ser denominada terceira fase, na qual passou a se dedicar a questões em torno dos costumes.

Fonseca (1999) afirma que se, em um primeiro momento, a sátira inglesa inspirou a francesa, com as revistas de humor, o inverso também ocorreu. Revistas como *Monthly Sheet of Caricature*, *Fígaro* e *Punch* foram influenciadas pelas revistas francesas, devido ao seu estilo gráfico visual ou ao uso da litografia.

Alemanha, Suíça e Espanha aos poucos também foram criando suas próprias revistas humorísticas e questionando os mandos e desmandos do poder, além dos costumes e, em alguns casos, com certa identidade em relação aos movimentos filosóficos, literários e artísticos da época.

O desenvolvimento da caricatura esteve atrelado ao desenvolvimento das técnicas de impressão e difusão da mídia impressa. Em um primeiro momento, a transição da água forte e do buril para a pedra litográfica²³ permitiu a reprodução com baixo custo. Eram as revistas os principais veículos para a divulgação das caricaturas.

As revistas de humor atravessaram o oceano Atlântico e encontraram na América um ambiente propício para sua produção, marcado pelo desejo de liberdade de pensamento e de ação. Assim, a imprensa, atrelada ao desenvolvimento de novas técnicas de impressão e ampliação constante do número de tiragens, impulsionou a rotina dos novos imigrantes, tanto como consumidores das revistas quanto como produtores de novos padrões de linguagens de charges político-sociais.

Thomas Nast, inaugurador do estilo norte-americano de caricatura política na imprensa, iniciou seu trabalho nas revistas *Illustrated Newspaper* e *Harper's Weekly*. Teve como alvo de seus traços a máquina política administrativa de New York e os costumes das famílias norte-americanas. Além de fazer de seus desenhos um instrumento político para a campanha pela Guerra civil norte-americana, foi um importante adepto do uso de um bestiário político, como o burrinho do Partido Democrata e o elefante do Partido Republicano.

²³ Técnica de desenhar às avessas com lápis gorduroso na pedra calcária. Deixavam-se úmida as partes cobertas pelo desenho para posteriormente receberem a tinta que, por ser incompatível com a água, concentrava-se sobre a área seca.

No Brasil, devido a uma trajetória política marcada pela privação e censura da imprensa, apenas em 1837, no contexto do Período Regencial²⁴, ocorreu o registro da primeira caricatura brasileira²⁵, de autoria de Manuel de Araújo Porto Alegre²⁶.

O letramento tardio definiu parte singular da história brasileira. Em uma sociedade privada de conhecimentos básicos para seu desenvolvimento, coube à caricatura diminuir os abismos do conhecimento com imagens, a partir de linguagens humorísticas que apontavam dramas, questionavam desmandos, informavam, divertiam, faziam rir e, também, incomodavam o pensamento.

Alguns anos depois, em 1844, já no governo de D. Pedro II, foi o mesmo Araújo Porto Alegre quem lançou a revista *Lanterna Mágica*, inserindo sistematicamente a caricatura no país.

Mais tarde, em 1864, a revista *Diabo Coxo*, de Angelo Agostini, dono de um estilo único e irreverente, deu à caricatura no Brasil um novo movimento. Com traços inconfundíveis, posicionou-se de forma libertária e contrária à força da Igreja Católica. A criticidade de seus desenhos e as dificuldades econômicas, provavelmente foram responsáveis pelo efêmero de suas revistas, mas, ainda assim, foram significativas. Agostini criou publicações e colaborou em outras, como: *O Diabo Coxo* (1864), *O Cabrião* (1866), *O Arlequim* (1897), *Vida Fluminense* (1868), *Revista Ilustrada* (1876), *Dom Quixote* (1898), *Gazeta de Notícias* (1904), *O Tico-Tico* (1905) e *O Malho* (1902), ou seja, ele esteve vinculado à maior parte das revistas de seu tempo e pode ser considerado um dos nomes mais importantes da imprensa brasileira.

Havia, na transição do século XIX para o XX, novas formas de pensar a sociedade e um ávido desejo por informação que, substanciados pela industrialização e atrelados ao desenvolvimento da imprensa e ao aperfeiçoamento das técnicas de reprodução, como a fotomecânica²⁷, aceleraram a impressão e desencadearam a revalorização das sátiras visuais. Vale lembrar que grande parte do público não tinha

²⁴ Nesse período, o Brasil experimentou um liberalismo quase republicano e permitiu a proliferação de inúmeros pasquins, influenciando que influenciaram, inclusive, as revoltas do período.

²⁵ Magno afirma que, em 1822, no periódico pernambucano “O Marimbondo” é possível encontrar uma charge que retrata um corcunda representando os portugueses, pulando acossado por um enxame de marimbondos, os brasileiros; entretanto, considera-se Manuel Araújo Porto Alegre o primeiro profissional e aquele que apresentou suas publicações impressas e em maior escala.

²⁶ Teve uma carreira vinculada ao governo do Rio de Janeiro, iniciou no serviço militar, foi diretor da Academia Imperial de Belas Artes e nomeado Pintor da Câmara de D. Pedro II. Recebeu o título de Barão de Santo Ângelo. Foi também vereador e escritor.

²⁷ Reprodução que possibilitou o uso do meio tom e que não exigia a presença de um gravador ou técnico, pois a reprodução do desenho era direta.

o conhecimento das letras, fosse no Brasil, na Europa ou nos EUA, o que aumentava sua disposição à contemplação das imagens frente à leitura.

O século XX teve como divisor de águas a Primeira grande Guerra Mundial (1914-1918) que, no âmbito da caricatura, serviu de impulso para o surgimento de novas revistas. Entre as disputas imperialistas, a guerra e o período entreguerras, a caricatura passou a ter novos formatos, a abranger outros temas e a utilizar novas técnicas. Nos moldes capitalistas, com formação e organização empresarial de estruturas comunicacionais diárias, novas revistas surgiram, dentre elas: *Le Rire* (1911), *New Yorker* (1925) e *Krokodil* (1922).

Nas charges, a linguagem visual passou a ser cada vez mais predominante, com redução das legendas de cinco para apenas uma linha e com o uso do meio tom. A temática passou a abranger, não só os políticos, mas também aqueles que tinham grande visibilidade midiática. Os cantores, empresários e atores de cinema são exemplos dessas alterações.

Foi nesse contexto que ocorreu, nos EUA, o desenvolvimento da estereotipia²⁸, e, a caricatura, para além das revistas, passou a fazer parte da imprensa diária, com os jornais, como exemplos, *Washington Post*, *Chicago Tribune*, *New Yorkword*, desenvolvendo-se um novo estilo, a chamada caricatura editorial.

No Brasil, o desenvolvimento da caricatura editorial ocorreu somente no final da Primeira República, no período 1921 - 1928. Com a consolidação tardia da industrialização no país, estruturou-se, definitivamente, a organização empresarial da imprensa com publicação contínua. Ao lado de um discurso sério, a charge esteve presente como um elemento de opinião do jornal e substanciada pelo viés humorístico.

Jornais como o *Jornal do Brasil*, *O País*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* utilizaram-se de técnicas de impressão que garantiam a qualidade dos desenhos e a tiragem em massa. Assim, a charge deixou de ser somente um produto de escolha do leitor a partir de revistas específicas, pois passou a atingir um público generalizado, em âmbito nacional. Ademais, pôde-se identificar o aparecimento de novas gerações de artistas para além de Julião Machado, como Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro, Gil, Bastos Tigre, Bambino, Amaro do Amaral, Luís Peixoto, J. Arthur, Correia Dias,

²⁸Processo de reprodução, em chapa ou clichê único e inteiriço, de uma forma de composição tipográfica obtida por metal líquido moldado.

Belmiro, Crispim, Celso Hermínio, Whidopff, Amaro Amaral, Storni, Yantok, Voltolino, Vasco Lima, Rian, J. Carlos, Romano, Seth, Francisconi, Fritz, Osvaldo, Néri, Vieira da Cunha, entre outros.

A estrutura social e política brasileira, em permanente instabilidade, marcada por incoerências, desigualdades e conflitos, serviu de matéria-prima para a produção do desenho gráfico de humor no país. De acordo com Saliba (2002), a linguagem do humor no Brasil é fortemente paródica, não em seu sentido original, mas a paródia da própria vida, pois ela já é engraçada, já é cheia de incongruências; para fazer humor, basta parodiar a vida real.

Mesmo quando caricaturistas de outras regiões ganhavam destaque, isso ocorria porque eles atuavam em jornais do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Apesar do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e das alterações no campo de produção das imagens, nesses dois estados havia o maior número de tiragens²⁹ e referências para outras regiões do país, assim como o ininterrupto uso tradicional da charge como elemento de opinião dentro do jornal³⁰.

A Folha da Noite, por exemplo, desde a sua fundação, em 1921, buscou ter, ao lado dos textos, caricaturas que representassem de forma regular e rápida as notícias, editoriais e a conjuntura política de um mundo em transformação, em uma cidade que se tornava uma metrópole industrial. Benedito Bastos Barreto, mais conhecido como Belmonte, cartunista diário durante 26 anos, foi o criador do personagem-tipo Juca Pato, símbolo do jornal.

De acordo com Nogueira (2003), Juca Pato era a representação de um homem comum que não se conformava com os que queriam diminuí-lo, era um personagem que poderia fazer com que o público leitor se identificasse, pois expressava o desabafo de uma população esquecida pelos poderes públicos, maltratada e dizimada.

Com a implementação do Estado Novo, em 1937, e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), as caricaturas passaram a ser alvo da censura à

²⁹ Segundo o Rank 2014 - 2015 da ANJ (Associação Nacional dos Jornalistas), os jornais O Globo e Folha de S. Paulo ocupam respectivamente a segunda e terceira posição, com média de circulação de 193.079 e 189.254 jornais impressos. Em primeiro lugar está o Super Notícia de MG, com média de circulação de 249.297 jornais impressos.

³⁰ O jornal Super Notícia não faz parte do corpus de análise desta pesquisa, pois começou suas publicações em junho de 2002, não correspondendo ao recorte temporal, e também porque se entende que não apresenta uso contínuo de charges na sessão opinião.

imprensa pelo governo Vargas, e a produção do desenho gráfico de humor como temática da realidade política nacional foi abafada pelas forças totalitárias vigentes.

A entrada do Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos Aliados, em 1942, permitiu à imprensa posicionar-se contrária ao nazifascismo, e foi quando aproveitou esse espaço para questionar as características do Estado Novo. Assim, gradualmente, propiciou uma renovação da produção de caricaturas.

Essa virada política permitiu aos caricaturistas, principalmente Belmonte e Nássara, a utilização de seus traços para questionarem o nazismo e ganharem maior visibilidade, inclusive na América do Sul. Théo, Álarus, Mendez, Luis Sá, Hilde Weber, Augusto Rodrigues, Appe, Estevão, Penna, Péricles, Millôr e Lan foram alguns nomes que publicaram suas charges nos jornais e revistas da época.

A partir dos anos 50, com o advento da TV, diversas revistas e jornais tiveram suas publicações encerradas, ou passaram a fazer parte de redes complexas que reuniam jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão.

Apesar disso, o espaço que as charges ocupavam no jornal não diminuiu. Foi apenas com o uso crescente da fotografia e com a valorização do realismo que, em um primeiro momento, o interesse pelas charges foi alterado. Entretanto, ao lado do realismo está sua deformação, o que fez com que a caricatura se mantivesse como uma expressão humorística e elemento de opinião dos jornais impressos até os dias atuais, inclusive em um contexto que assiste ao uso crescente da digitalização. Em conjunto com o desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação, elas estão presentes nas mídias sociais, nas práticas de interação e compartilhamento, destacando-se em virtude da linguagem rápida e líquida desses espaços.

Ao publicarem sua versão digital, os jornais potencializam a visibilidade das charges, ampliando assim sua interação e compartilhamento também por meio das mídias sociais.

Foi, a partir dos anos 60, com a fusão da Folha da Manhã e Folha da Noite³¹, que o território onde se encontra o objeto deste estudo foi delimitado. Isso não quer

³¹O jornal Folha de S. Paulo é resultado da fusão entre a “Folha da Noite” (fundada por um grupo de jornalistas que faziam parte de “O Estado de S. Paulo” - Olival Costa e Pedro Cunha; em um contexto de crise da Primeira República, sua primeira publicação foi em 19 de fevereiro de 1921, com uma linguagem simples, voltado mais para a notícia que para o gênero opinativo) a “Folha da manhã” (quatro anos depois do início da circulação da “Folha da Noite”, uma estabilidade financeira no segmento possibilitou a criação da “Folha da manhã”, em 1º de julho de 1925, caracterizando-se pelo oposicionismo ao governo) e a “Folha da Tarde” (criada em 1949, representou uma proposta de modernização, passando a ser orientada por uma manual de redação que padronizou a rotina do jornal). Em 1960, com a posterior venda para os empresários Octávio Frias de Oliveira

dizer que na Folha da Manhã e na Folha da Noite não eram publicadas as charges; pelo contrário, para Nogueira (2005) tanto uma quanto outra sempre privilegiaram o uso de imagens, charges, tiras, fotos ou ilustrações, com o intuito de valorizar o aspecto imaginário para ampliar seu alcance no mercado, de uma forma a ressemantizar as demandas e expressões sociais e garantir sua hegemonia no mercado.

A conjuntura social e política do país, nos anos subsequentes à unificação das Folhas, foi marcada pelo autoritarismo e repressão do Regime Militar. O processo que culminou no novo governo foi, a princípio, bem-visto pela imprensa.

O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil e O Globo temiam os possíveis caminhos do governo de João Goulart e apoiaram os militares, nomeando esse processo de ‘revolução’, o que indica uma referência positiva e uma busca por legitimidade. Em seus editoriais, afirmavam que os objetivos dos militares ao assumirem o poder estavam calcados na defesa da liberdade e, em nome dessa liberdade, nas primeiras semanas pós-intervenção militar, apoiaram as medidas repressivas do novo governo, demarcando a ambiguidade do posicionamento da imprensa.

Com a consolidação do Regime Militar, os jornais foram adotando diferentes linhas de apoio, o que refletiu, também, na publicação das charges.

A Folha de S. Paulo dedicou, aos primeiros meses do governo do general Castelo Branco, esperança e otimismo, sentimentos que foram, segundo Motta (2013), reafirmados nas charges de Orlando Mattos e Nelson Coletti, com caricaturas que buscaram retratá-lo como uma liderança simpática aos valores liberais, à reconstrução do país e à realização das eleições. Ele era afastado da ala mais radical do governo e visto como aquele que seria capaz de lutar para conter o avanço do autoritarismo.

e Carlos Caldeira Filho, o jornal ganhou dimensão nos debates políticos do período e passou a disputar a liderança de distribuição e publicidade com “O Estado de S. Paulo”. Em 1991 os dois sócios separaram-se e a família Frias passou a ser a única proprietária do jornal. Hoje, o Grupo Folha é um conglomerado de mídia composto por cinco segmentos: Jornais (Folha de S. Paulo e Agora São Paulo); Revistas, livros e Guias (A revista da Folha S. Paulo, Serafina, guia Folha, Revista da Hora e Publifolha); Distribuição e impressão (Plural indústria gráfica, Transfolha, São Paulo distribuição e logística e FolhaGráfica); Internet/ TI (UOL, Folha – on-line, Livraria da Folha, UOL Diveo, Pagseguro, UOL Educação, UOL HOST, GO4Gold) e Serviços (acervo Folha, Folha Digital, DataFolha, FolhaPress, Banco de Dados Folha).

O Estado de S. Paulo acreditava que um governo militar seria o único responsável pela erradicação dos problemas do país³² e capaz de restabelecer as instituições liberais democráticas. Todavia, considerava que a intervenção deveria ser intensa, mas não duradoura.

Diferentemente da Folha de S. Paulo, O Estadão não via como positiva a postura moderada de Castelo Branco e, pode-se dizer, ele atuava como um representante da linha dura³³. Edmondo Biganti e Hilde Weber foram os responsáveis pelas charges do período e, como pontuou Motta (2013) suas publicações eram em consonância com os editoriais, apoiaram as cassações, as medidas repressivas e os expurgos com certo ímpeto.

O jornal O Globo noticiou e abordou os acontecimentos do período com entusiasmo em seus editoriais, que afirmavam, entre outros aspectos, que a intervenção militar inaugurava um período de honestidade e decência. No entanto, optou pela não utilização de caricaturas políticas³⁴.

Com os Atos Institucionais 2, 3 e 4³⁵ e a consequente Lei da Imprensa³⁶, a relação entre os periódicos O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo com Castelo Branco se alteraram. Para a Folha, a Lei da Imprensa era a expressão do aumento do

³²Entendia como problemas: *o getulismo, o comunismo e a corrupção*.

³³Ainda que de forma velada, as charges da Folha de S. Paulo criticavam a postura de apoiador da linha dura de seu principal concorrente, o jornal O Estado de S. Paulo.

³⁴Em certas ocasiões, republicou charges de jornais estrangeiros.

³⁵Decretos de leis normatizados entre 1964 – 1969, editados pelos Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com respaldo do Conselho de Segurança Nacional. Esses atos não estão mais em vigor. Foram ao todo 17 Atos Institucionais. O AI nº 2, de 27 de outubro de 1965, modifica a Constituição de 1946, quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos três Poderes; suspende garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em: 03.06.2019. O AI nº3, de 5 de fevereiro de 1966 estabelece eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permite que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, exerçam o cargo de Prefeito de capital de Estado; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-03-66.htm Acesso em: 03.06.2019. O AI nº4, de 7 de setembro de 1966: convocação do Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm Acesso em: 03.06.2019.

³⁶Lei nº 5250, de 9 fevereiro de 1967. Regulação da mídia em relação a liberdade de imprensa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm Acesso em: 03.06.2019.

autoritarismo, que tornava visível seu distanciamento dos valores liberais defendidos pelo jornal³⁷.

Já para o *Estado* (O Estado de São Paulo), o distanciamento do projeto político de Castelo Branco ocorreu com relação às leis eleitorais que tornavam indiretas a eleição de governadores, aos quais cabia a escolha dos prefeitos. Essa lei afastava Carlos Lacerda do poder e, por isso, não era bem-vista à família Mesquita, proprietária do jornal.

Atrelado aos militares, O Globo considerava o AI-2, por exemplo, necessário para a manutenção da “democracia”, e acreditava na conservação de um governo autoritário e liberal.

Nem só do apoio da grande imprensa puderam beneficiar-se os primeiros anos do Regime Militar. Jornais como a *Última Hora*³⁸ e o *Correio da Manhã*³⁹ foram críticos aos militares desde o primeiro momento. Nas charges, Jaguar, Claudius e Henfil foram incisivos em seus traços, denunciando os desmandos do governo e contrariando os discursos, por exemplo, sobre a declaração do, até então, general Ernesto Geisel ao visitar as instalações militares do Nordeste e declarar que não havia práticas de torturas no País (fig. 1).



Fig. 1
Jaguar e a Tortura

Fonte: JAGUAR. Jornal *Última Hora*, 19.09.1964.

³⁷Na edição de 22 de janeiro de 1967, por exemplo, ao lado do editorial, a charge de Orlando Mattos buscou denunciar as características da *Lei de Imprensa*, ao representar a imprensa como uma mulher submissa às escolhas de seu marido, Castelo Branco, sobre o que vestir.

³⁸Fundado em 1951, com o objetivo de apoiar Getúlio Vargas, tornou-se janguista e apoiou os grupos nacionalistas de esquerda no contexto pré-regime militar.

³⁹Jornal tradicional, construiu uma história de embates contra vários governantes da República. Em 1963, passou ao controle de Niomar Sodré, que buscou autonomia diante do Estado.

Sem demora, de acordo com Laurenza (2008:203) os colaboradores do jornal vivenciaram as consequências: a sede da Última Hora foi depredada e invadida, e dificuldades financeiras, rapidamente, passaram a fazer parte das preocupações do proprietário do jornal Samuel Waimar, que fechou os escritórios anexos e manteve apenas a sede do Rio de Janeiro.

Pode-se dizer que o Correio da Manhã foi, a princípio, ambíguo em seus editoriais; de um lado, favorável à retirada de João Goulart do governo e à consequente tomada do poder pelos militares, e de outro lado, defensor das reformas sociais. Mas, ao discordar das medidas autoritárias do Regime Militar, colocou-se como crítico ferrenho e, no âmbito das charges, Fortuna, Jota, Claudius, Mem de Sá, Rajão, Senna e Redí, engajados na luta contra o governo ditatorial, fizeram de seus traços instrumentos de denúncia da violência policial, das práticas de tortura e da influência norte-americana. Suas charges valorizavam as mobilizações de rua e a defesa da liberdade, como exemplo, o desenho de Mem de Sá (fig.2) que retrata um forte e grande policial militar acorrentado, enquanto crianças, senhoras, padres e estudantes manifestam-se livremente com bandeiras favoráveis à UNE e às pautas democráticas.



Fig. 2.
Sem título (1)

Fonte: MEM DE SÁ. Correio da Manhã, 27.06.1968.

Com endurecimento do Regime, ainda em 1967, a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e o Jornal do Brasil passaram a se posicionar criticamente ao autoritarismo do Estado. No âmbito das caricaturas, pode-se dizer que foram menos

incisivos que as publicações do Correio da Manhã e da Última Hora, pois evitavam a liderança de Costa e Silva e se dedicavam, em seus traços, aos ministros e ao governo de forma geral, mas, sempre os tratando como ineficazes.

As diferenças entre as charges publicadas em 1964 e 1968 são bastante significativas para compreender as mudanças no posicionamento dos periódicos e o distanciamento ao Regime Militar. Pautas como a ação da Polícia Militar, a violência do Estado, as torturas e a atuação do Departamento de Ordem Policial e Social (Dops), incluindo o Esquadrão da Morte⁴⁰, que antes não pertenciam à agenda de notícias, passaram, ao lado da defesa à democracia, a ser temas das charges políticas de Orlando Mattos, Lan, Biganti e Hilde.

O Globo, todavia, não se contrapôs ao autoritarismo crescente. Mantendo-se alinhado à política dos militares, clamou à ordem e reafirmou os ideais do que ele denominava “Revolução de 64”, ainda sem incluir caricaturistas em sua equipe.

Com o Ato Institucional nº 5, em 1968, diversas garantias constitucionais foram extintas⁴¹, e a imprensa foi obrigada a cessar qualquer debate político em suas páginas, passando a ter, a princípio, censores improvisados e, a partir de 1969, profissionais da Divisão de Censura da Polícia Federal⁴² para aprovar ou desaprovar o conteúdo jornalístico e controlar as notícias.

A consequência, por parte da *Folha*, do *Estadão*⁴³ e do *JB*⁴⁴, apesar da contrariedade frente ao AI-5, foi a adoção de uma postura amigável e esperançosa com relação ao novo governo Médici e à promessa do crescimento econômico.

Com um editorial simpático ao AI-5, *O Globo* sustentou seu posicionamento favorável aos militares e à necessidade de medidas autoritárias para reordenar o país, tornando desnecessária a presença de censores em sua sede.

Já para o Correio da Manhã e o jornal Última Hora, a atuação dos censores profissionais foi cada vez mais intensa, e a opção pela tentativa constante de burlá-

⁴⁰Organização paramilitar, criada em 1960, com o objetivo de perseguir e matar qualquer cidadão considerado “perigoso” para a sociedade brasileira da época.

⁴¹Cabia ao Presidente: fechar o congresso; fazer leis; ordenar a intervenção nos estados e municípios; cassar políticos eleitos pelo povo; demitir, transferir e aposentar funcionários públicos e suspender o *Habeas Corpus* de acusados de crime contra a segurança nacional.

⁴²A legislação do Regime Militar afirmava formalmente que garantia a liberdade de imprensa, exceto em situações de atentado à “moral” e aos “bons costumes” e de propaganda de ideias consideradas subversivas.

⁴³O Estadão publicou o editorial “Instituições em frangalhos”, que levou à intervenção do jornal, no qual Mesquita Filho fez duras críticas ao governo Costa e Silva, responsabilizando-o pela crise e afirmando que o governo estaria em vias de ser desmantelado.

⁴⁴Ainda que de forma cautelosa, buscava sempre criticar o excessivo cerceamento das liberdades individuais.

los levou à prisão vários jornalistas. A consequente dificuldade financeira que acometeu obrigou seus proprietários a vendê-los, e os novos proprietários, ao adotarem uma linha editorial distante da identidade dos jornais, agravaram a situação econômica e foram obrigados a encerrar suas atividades.

As caricaturas, na grande imprensa, perderam o espaço de crítica política, passando, em sua maioria, a abordar temas triviais, como o clima, a vida urbana, questões em torno do trânsito e ruas esburacadas, além de uma desesperança com relação à possibilidade de alteração do cenário político vigente. Isso não quer dizer que não tentaram, mesmo que em menor número, a partir da sutileza dos traços e do uso de metáforas, por exemplo, a utilização do carnaval, dos programas de televisão ou da figura de Tiradentes, para denunciar o autoritarismo do governo ou para incentivar a inversão da lógica do Regime Militar.

Pode-se dizer que o AI-5 foi uma fronteira na forma como se fazia charge no Brasil. Sob o código do medo, elas passaram a representar a política sob o prisma da obrigação de burlar a censura.

Aumentando a necessidade de criar outros espaços de oposição, surgiu O Pasquim, semanário carioca fundado por Tarso de Castro, em 1969, ao lado de nomes como Jaguar, Millôr, Ivan Lessa, Henfil, Ziraldo, Paulo Francis, Claudius, entre outros. O Pasquim rapidamente passou a ser um importante veículo de comunicação.

De acordo com Fonseca (1999), o Pasquim, a partir de uma linguagem metafórica e eufemística, insinuava e sugeria críticas e reflexões sobre as ações do Regime militar e sobre o moralismo da classe média, ao divulgar temas considerados tabus, como a liberdade sexual, a desmistificação do puritanismo, os direitos humanos, os questionamentos sociais, além da grande imprensa.

As charges, no Pasquim, apareciam como elemento central em uma composição gráfica que transcendia qualquer perspectiva de diagramação. As imagens compunham as páginas em igualdade com os textos nos quesitos qualidade e quantidade, com o determinante do diálogo com o acontecimento do tempo presente⁴⁵.

⁴⁵ Com a abertura política, a ditadura militar deixou de ser o grande tema do Pasquim. As divergências internas começaram a aparecer, nas eleições de 1982: Ziraldo apoiou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a candidatura de Miro Teixeira para o governo do estado do Rio de Janeiro, e Jaguar fez campanha para Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Essa divergência pode ser lida em O Pasquim. Com a vitória de Brizola, Ziraldo deixou de colaborar com o jornal. Novas divergências sobre a linha editorial que deveria ser seguida e uma crise financeira influenciaram a venda do jornal para o empresário João Carlos Rabelo, que manteve suas características humorísticas e que se posicionou contra a corrupção e o capitalismo

Na Folha de S. Paulo, no período de transição do final dos anos 70, foi o mesmo Tarso de Castro quem criou, seguindo uma linha alternativa, um espaço para a produção artística de vanguarda, o Folhetim, caderno para as produções dos desenhos gráficos de humor. Destacaram-se nomes como Jaguar, Maringoni, Luiz Gê, Glauco e Angeli. Os dois últimos foram responsáveis por grande parte das charges estudadas nesta tese.

A partir da ambiguidade de seus traços, das características dúbias de seus discursos e dos recursos da comicidade, a caricatura foi utilizada, tanto para contribuir indiretamente para a continuidade do Regime Militar, como também um importante instrumento de crítica, em um contexto marcado pelo autoritarismo, no qual era preciso driblar a censura. Os desenhos ganharam destaque como possibilidade de um discurso que traria à luz do debate argumentos que no texto seriam indizíveis.

A distensão do regime militar marcou um novo posicionamento da imprensa, que passou a valorizar os ideais democráticos e a publicitar a luta por eles.

No caso da Folha de S. Paulo, a mudança na linha editorial, com Ruy Lopes, crítico à direita, ao lado da mudança gráfica empreendida por Cláudio Abramo, defensor ferrenho da campanha pelas Diretas Já, passou a priorizar o debate de ideias e posições políticas, caracterizando a marca do jornal como um jornal plural.

Mota e Capelato (1980) salientam a presença de oscilações ao longo da trajetória do jornal, desde seus vários proprietários⁴⁶, passando pelas crises financeiras, até seus posicionamentos perante a conjuntura política que atravessaram.

Para Azevedo (2017), a Folha, do ponto de vista político e econômico, pode ser definida como liberal e caracterizada por um pluralismo interno. Nos anos 80, passou a ter comentaristas políticos e incentivou a abordagem de temas atuais sem qualquer interferência da direção do jornal. O autor define esse período como a segunda fase do jornal, sob o comando de Frias e Filho⁴⁷, e o caracteriza pela tese do pluralismo.

neoliberal, e também contra Fernando Collor. Com a alta da inflação, o jornal precisou encerrar sua publicação, em 1991.

⁴⁶ A passagem de vários proprietários está diretamente relacionada ao posicionamento do jornal em diferentes conjunturas políticas. Quando criado, em 1921, foi liderado por Olival Costa e Pedro Cunha e criticou a política dominante, em busca de representar o ideal das classes dominadas. Em 1929, como resultado da mudança de postura política, que passa a ser governista, defendendo os princípios do liberalismo econômico e adotando uma postura mais alinhada ao governo, Pedro Cunha deixa o jornal que, em 1930, foi comprado por Octaviano Alves de Lima, que inaugurou uma fase voltada para a visão ruralista. Com o início do Estado Novo, em 1937, o jornal assume uma linha varguista e oposicionista ao governo. Nesse cenário, Vargas incentivou o empresário José Nabantino Ramos a comprar o jornal, com apoio financeiro do Conde Matarazzo.

⁴⁷ A primeira, de 1960 a 1970, com posições, expressas nos editoriais, marcadas pela oposição às reformas de base de Jango, apoio ao golpe de 1964 e defesa do regime autoritário.

A partir daí, as charges da Folha foram se destacando como uma coluna gráfica e em parte pelo caderno de opinião, compondo esse pluralismo. Presente até os dias atuais, durante as campanhas eleitorais, por exemplo, o jornal não se coloca como apoiador de um ou outro candidato, de um ou outro partido, mas afirma-se crítico dos temas e posicionamentos políticos, defendendo, principalmente, a filosofia liberal.

No campo do desenho gráfico de humor, com a redemocratização O Globo passou a ter Chico Caruso⁴⁸ como chargista, publicando na primeira página. Suas charges aparecem como um elemento que salienta, pelo desenho, as manchetes ou a imagem do jornal, distantes da responsabilidade de propor outras reflexões e interpretações para seu público leitor.

Azevedo (2017) classifica O Globo como liberal, do ponto de vista econômico, e conservador e de centro-direita, do ponto de vista político. Apesar da análise do autor ter-se voltado às páginas de opinião do jornal, aos colunistas e articulistas, pode-se afirmar que essas características se reverberam nas charges, nas quais se identifica certo alinhamento à política editorial e aos valores do veículo, com pouca diversidade e pouco espaço para debate do ponto de vista político-ideológico ou presença de opiniões divergentes.

A trajetória da caricatura no Brasil pode ser traduzida em um importante instrumento comunicacional. Em uma sociedade caracterizada pelo não letramento, marcada por significativos períodos de censura, foi ganhando espaço na imprensa, tornando-se um importante meio para retratar os momentos políticos de cada período e, em certa medida, com o humor como uma importante forma de dizer através do não dito.

O estilo liberal/pluralista da Folha de S. Paulo, apontado por Azevedo (2017), pode ser, em certa medida, reverberado nos efeitos que se pretendem com as charges, que aparecem como um importante elemento de opinião e possibilidade de reflexão e novos olhares sobre um assunto que pode ou não se relacionar à primeira capa, coluna ou editorial do jornal. Ela é mais um elemento de opinião do jornal caracterizado pela liberdade de pauta, assim como de diferentes fontes de inspiração,

⁴⁸Francisco Paulo de Hespanha Caruso começou como ilustrador na Folha da Tarde no contexto do AI-5. Em 1975, passou a colaborar com os jornais Opinião e Movimento e Gazeta Mercantil e com a revista IstoÉ. Em 1977, transferiu-se para o Jornal do Brasil e, em 1984, passou a fazer charges no jornal O Globo, no qual permanece até os dias de hoje.

seja como reafirmadora da posição do jornal, seja como emissora de diferentes visões sobre o mesmo tema.

1.2. Características das Charges

Apresentada a trajetória das charges no Brasil, buscou-se descrever suas principais características estruturais, e para isso buscou-se informações no ensaio “*O arsenal do cartunista*”, de Gombrich (1999).

Para o autor, são seis os elementos que compõem a produção da arte da caricatura: (1) figuras de linguagem; (2) condensação e comparação; (3) caricatura de pessoas; (4) bestiário político; (5) metáforas naturais; e, (6) o poder do contraste. Para ele, o humor não faz parte desses elementos, ou seja, não é uma arma necessária. “*Se rimos ou não, isso vai depender da seriedade do problema*” (GOMBRICH, 1999:127). O autor afirma que o cartum não tem, necessariamente, relação com o humor, e sim com a reflexão.

Nesse ponto, Gombrich (1999) olha para o riso e para o humor como se fossem sinônimos. Já o estudo proposto estabelece uma distinção entre o riso e o humor e considera que a caricatura pode fazer emergir o riso, mas isso não quer dizer que ele é condição de sua realização. Já o humor, compreendido a partir do sentimento do contrário, de Pirandello (1996), que é a própria reflexão, ele sim é a linguagem da charge.

“Na concepção de toda obra humorística, a reflexão não se esconde, não permanece invisível, isto é, não permanece quase uma forma do sentimento, quase um espelho no qual o sentimento se mira; mas se lhe põe diante, como um juiz; a analisa-o desligando-se dele; descompõe sua imagem; desta análise, desta decomposição, porém, surge e emana um outro sentimento: aquele que poderia chamar-se, e que eu de fato chamo o sentimento do contrário” (PIRANDELLO, 1996:132);

Pirandello (1996) utiliza a metáfora do reflexo no espelho para fazer compreender o que propõe como reflexão. Contudo, não se trata de qualquer espelho; o autor fala de um espelho da natureza, descreve um espelho de água gelada que, por isso, apresenta, não apenas a imagem como reflexo, mas também uma imagem

que se adentra a esse espelho como um mergulho e que depois some, misturando-se: reflexo, espelho e água. Assim, atravessar a água é, para ele, interromper o movimento espontâneo que organiza as ideias e as imagens em uma forma harmoniosa, ou seja, o sentimento do contrário.

A partir das reflexões de Pirandello (1996), compreende-se o humor como um processo de resolução de conflito, como uma disputa em nossas mentes entre sentimentos e pensamentos, para entender essa disputa, Saliba (2002) complementa que é preciso identificar quem a causou.

Os elementos que compõem o arsenal do caricaturista são recursos cultivados pela charge desde o século XIX, mas facilmente identificados nas charges estudadas, podendo ser percebidos na combinação de dois ou mais elementos. Muito provavelmente a charge de hoje seja devedora de seu poder a esses recursos, que se pode dizer que são, razoavelmente, eternos.

O primeiro, as figuras de linguagem, seriam os recursos da língua utilizados para agregar significados às mensagens. Quando exploradas nas charges, facilitam a abordagem das abstrações como se fossem verdades palpáveis, podendo ser exemplificadas nos casos em que envolvem os três atores políticos estudados.

Jean Galvão, por exemplo, publica uma série de charges tematizando a dificuldade de Dilma para executar os projetos políticos de seu governo. Dentre elas, duas abordando o adiamento do leilão do “*Trem bala*” devido às exigências impostas ao governo pelas grandes empreiteiras e aos riscos dos investimentos nesse projeto. A figura de linguagem é a chave cômica para a charge: de um lado, a brincadeira com as palavras – paga-se com balas o Trem-bala; de outro lado, o investimento proposto pelas empreiteiras é tão pequeno que, comparado ao custo do projeto, pode lembrar ao leitor os trocos de bala dados em alguns estabelecimentos comerciais quando não possuem moedas nos valores de cinco ou dez centavos.



Fig. 3.
Empreiteiras

Fonte: JEAN Galvão. Folha de S. Paulo. 08.07.2011.

O segundo exercício corresponde a, em apenas algumas linhas, expressar uma ideia complexa, própria do cartum. A condensação de elementos em poucos traços é um recurso que, no âmbito desta análise, foi perdendo espaço para o desenvolvimento do desenho gráfico. Por outro lado, a combinação de elementos distintos, mesmo que gere um estranhamento, reverberam analogias próprias das charges e estiveram presentes no objeto desta pesquisa.

Em “Os princípios da caricatura”, de Kriss e Gombrich (1968), os autores dialogam com o texto de Freud sobre “o chiste”, quando, ao olhar para a anedota, retomam o debate em torno da condensação que acontece no inconsciente e faz com que, no sonho, duas ou mais palavras se transformam em uma única, ou duas figuras passam a ser uma mesma imagem. A diferença entre o sonho e o chiste está na intenção da condensação pela anedota que é criada no consciente com um objetivo específico que, assim como na caricatura, faz uma condensação que se realiza em um campo subentendido na linguagem. Mais do que um recurso do arsenal do caricaturista, esses elementos dialogam entre si e compõem a caricatura.

Caricaturar um personagem político é o terceiro elemento, que permite mantê-lo constantemente diante dos olhos do público. Para Gombrich, a caricatura “propicia ao artista os meios de transformar uma equiparação intelectual em uma fusão visual” (GOMBRICH, 1999:135).

A seleção do corpus de análise deste trabalho partiu de duas condições: (1) a imagem dos presidentes da República em exercício e (2) a referência direta a eles durante o período em que ocuparam o cargo. Assim, seja a redução da fisionomia a uma fórmula simples, seja o carregar de alguns traços do rosto do caricaturado, para além de um importante recurso do caricaturista foi determinante para a escolha do

material estudado o fato de poder atuar como um elemento produtor da imagem dos atores políticos.



Fig.4

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 29.10.1995



Fig. 05

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 31.01.2008.



Fig. 06

Fonte: MONTANARO Folha de S. Paulo, 07.03.2015.

As caricaturas realçam determinados atributos das lideranças políticas que contribuem para a construção e desconstrução da imagem do retratado, identificando e realçando o assimétrico e disforme, exagerando características tidas como marcantes.

A ausência de pescoço foram recursos que se repetiram na caricatura, tanto dos ex-presidentes quanto nos traços dos diferentes artistas. Em FHC, os olhos baixos, a sobrancelha grossa e contínua e a amplitude de sua boca carregada por uma verruga foram marcantes. Em Lula, a baixa estatura, o corpo rechonchudo e os elementos que compõem um estereótipo comunista e próximo do imaginário da Revolução Cubana, como o charuto e muitas vezes a boina.

Já a presidenta Dilma era considerada pelos chargistas como um tipo humano difícil de caricaturar, pois suas características demoraram a se tornar marcantes, para serem facilmente distorcidas pelos artistas. O fato de ter se submetido a cirurgias plásticas tardou a construção de uma identidade clássica, o que resultou em mudanças nas caricaturas de um mesmo chargista.

O quarto elemento, o bestiário político, os símbolos de cartum ou, ainda, nas palavras do autor, os animais do zoo do cartunista, corresponde à vinculação de alusões a estórias e a determinados animais, carregando-os de significados universalmente compreendidos. Gombrich (1999) cita “o elefante símbolo” do Partido Republicano norte-americano, de autoria de Joseph Nast, publicado em Harper`s Weekly, em 1874, simbolizando, pela primeira vez, o voto republicano em massa como

um elefante que está prestes a cair na “Armadilha do Terceiro Termo”, enquanto o burro na pele do leão simbolizava, segundo o autor, os zурros do New York Herald sobre o “Cesarismo”.

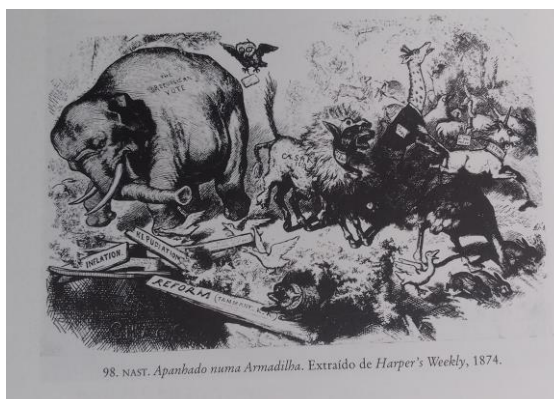


Fig. 07

Fonte: NAST. Apanhado numa Armadilha. In: GOMBRICH, E. H., 1999, Imagem 98

Um famoso caso brasileiro de utilização do bestiário político para vincular a imagem de uma liderança política a determinados animais corresponde à obra de Lan⁴⁹ que, ao caricaturar Carlos Lacerda, o transformou em *corvo*. A ave, no imaginário ocidental, representa um animal sinistro, azarento e companheiro daqueles que poderiam utilizar de forças místicas para fins não muito nobres. A charge pretendia criticar a acusação que Carlos Lacerda fazia ao governo Vargas, ao responsabilizá-lo pelo espancamento e morte de um jornalista por um policial carioca, em 1954, de uma maneira que seus adversários políticos consideraram oportunista. Mas foi com o suicídio de Vargas que essa imagem se consolidou e, de acordo com Motta (2006), ficou ainda mais convincente com a participação de Lacerda na renúncia de Jânio Quadros. Ele ainda participou do Golpe civil-militar de 1964, mas nesse momento, como sua imagem já estava mais do que vinculada à ideia de corvo, para tentar esvaziar o conteúdo crítico do ataque os defensores de Lacerda se apropriaram da representação.

⁴⁹A partir da sugestão do jornalista Samuel Wainer, em 1954.



Fig. 8.
Sem título (2)

Fonte: LAN, 1954. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Jango e o Golpe de 1964 na caricatura.

O bestiário político é presente, tanto para caricaturar aqueles que ocuparam o cargo de presidente/a da República, quanto para questionar disputas políticas em questão. Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), por exemplo, durante seu primeiro ano de governo, quando os juros estavam em 26,5%, teve uma série de três charges, publicadas no jornal Folha de S. Paulo, no segundo semestre de 2003, com o alto juro representado por elefantes, seu peso e a necessidade de controlá-lo. Quando o tema era juros, um vasto leque do bestiário político dos cartunistas, principalmente de Glauco, foi explorado, não só com elefantes, mas, também, por exemplo, com dinossauros e crocodilos.



Fig. 09
Balanço

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 01.09.2003.



Fig. 10
Juros

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 19.12.2003.

As metáforas naturais, quinto elemento do arsenal do cartunista, são aquelas tão difundidas que podem ser percebidas em qualquer contexto ou época, quando, nas palavras do autor, por exemplo, olhamos para a contraposição entre o claro e o escuro como símbolo do bem e do mal. *“A noção de luz como o símbolo visível do bem é importante em filosofia, de Platão ao Iluminismo, como o é dentro da tradição cristã”* (GOMBRICH, 1999 :138). Não é difícil encontrar representações que utilizem o uso da iluminação para representar situações alegres ou tristes (luzes para situações alegres e escuridão para situações tristes), ou a metáfora do bem e do mal, personagens como Deus e o Diabo. Assim, ao fazer a transposição dessa metáfora para as charges estudadas, identifica-se a exploração dessa e de outras metáforas naturais. Em Angeli, por exemplo, há um fascínio por desenhar diabos, e observa-se a percepção do artista de que, graficamente, ele é mais poderoso que Deus⁵⁰.



Fig. 11
Sem título (3)

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo. 19.12.2005.

Angeli explora a metáfora natural do bem e do mal na oposição céu e inferno. No desenho, o avião no qual estava o então presidente pousa no inferno e Lula desce em direção ao fogo com traços de uma caricatura diabólica. As circunstâncias representadas na charge fazem referências às características da situação política do governo que, em 2005, foi marcada por notícias de escândalos de corrupção envolvendo o Partido dos Trabalhadores.

⁵⁰Angeli 25 hrs. Angeli Night & Day. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wm62uP2rPfg>
Acesso em: 14.11.2018.

Percebe-se também, nos desenhos estudados, mesmo que em menor quantidade, o uso do que Gombrich chama de sexto arsenal, o Poder do contraste, o jogo com a escala do grande e do pequeno para representar dominantes e dominados.

Glauco e Angeli utilizaram esse recurso. O primeiro, geralmente, para infantilizar o presidente em exercício, tornando-o muitas vezes uma criança mimada que, em meio a conjunturas de disputas políticas, com dificuldades de argumentar, chorava ou era representado como um bebê em busca de atenção. Já Angeli explorou as características do próprio lugar de governante para torná-lo desconfortável, fazendo a liderança pequena frente à grandiosidade do mais alto cargo de poder em uma República democrática. Esse contraste pode ser percebido na Fig. 12: na paródia do retrato oficial, Fernando Henrique Cardoso é caricaturado na proporção de um camundongo e tomado pelo grandioso paletó sob o qual pesa a faixa presidencial.



Fig. 12

Retrato Oficial

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 20.05.1996.

Os elementos que compõem a arte da caricatura, para Gombrich, permitem mais que o domínio de uma técnica; permitem a exploração da imaginação, da criação de interpretações e a reinvenção de personagens, podendo levar o caricaturista a atingir seu objetivo ampliando o olhar sobre aquele que é caricaturado e atualizando a dimensão mágica da imagem, na construção de enunciados simbólicos.

“A caricatura é um jogo com o poder mágico da imagem; para que esse jogo possa ser praticado de maneira lícita e oficializada, é indispensável a crença na eficácia real de sua magia estar firmemente sob controle” (KRISS e GOMBRICH, 1968: 155).

Ao lado dos elementos que compõem a charge, considera-se importante lembrar as teorias clássicas do riso: *superioridade*; *alívio* e *a incongruência*. Mesmo que se referiam mais às técnicas da produção do riso e menos às questões em torno do humor, essas teorias estão presentes na maior parte dos estudos sobre o tema e aparecem entrelaçadas na forma de representar a liderança política brasileira.

Apesar de seus limites, frente à complexidade dos processos que envolvem o recurso do humor, podem abrir interessantes caminhos de reflexão para ampliar a compreensão sobre as características da linguagem humorística na representação das lideranças políticas.

O inglês Thomas Hobbes, contratualista, concebe o Estado a partir da tríade Estado de Natureza, Contrato e Estado Civil. O último é o Estado Soberano⁵¹, aquele que mais aparece nos estudos sobre humor, situado como integrante da teoria da superioridade. Essa teoria está relacionada aos motivos que levam ao riso, que seriam a concepção de sucesso frente à fraqueza.

Hobbes examinou o riso do ponto de vista psicológico, social e moral em duas de suas obras, *Sobre a natureza humana* (1987) e *Leviatã* (2003), nas quais aproximou esse riso ao poder, em um jogo de relações de força que aparece como resultado de uma superioridade inesperada: aquele que tem mais poder, ri, e ao fazer isso, aparece como superior ao objeto de seu riso. Visto sob a óptica da teoria da superioridade, o humor é considerado como uma vantagem competitiva, ou seja, uma forma de se colocar em um mesmo patamar de força com relação ao oponente.

Hobbes (2003) aponta para a relação de superioridade entre os cidadãos na disputa pela honra, e pondera que o humor pode ser uma arma dos cidadãos contra o governante. Por isso, considera que aqueles que têm o poder devem tê-lo atrelado aos humoristas, que servem como um ótimo termômetro de perda de prestígio, de acordo com o lado em que estiverem.

⁵¹A concepção do homem hobbesiano, no estado de natureza, era de um homem mau, egoísta, em um contexto em que, na busca por honra, a única razão era a guerra. Com medo de perder a vida, os homens, segundo o autor, estabeleceram um contrato social, no qual entregaram todas as suas liberdades para o Estado Soberano, que, em troca, garantiria a vida. O medo não cessou, apenas mudou de lugar, pois os homens deixam de temer uns aos outros e passaram a temer o Estado, que, para garantir seu poder e para impor obediência, utiliza esse elemento.

Na avaliação de Saliba (2017), apesar de haver limites e parcialidades na teoria da superioridade, pode-se notar a constante presença de três características: “agressão, subjugação do alvo e exploração das diferenças” (SALIBA, 2017:14)

Na teoria da superioridade o humor é visto pela tônica da comicidade e, quando analisado na perspectiva da apropriação de seu uso por aqueles que detêm o poder, o controle daquele que faz emergir o riso aparece como uma forma de legitimar o poder do governante. Em outras palavras, o poder aliado ao fazer rir pode ser um recurso para obter o consenso entre os membros de uma coletividade.

Se Hobbes é o nome da teoria da superioridade, coube à Freud o título célebre da teoria do alívio.

Freud (1905) compreende o chiste como uma formação psíquica do inconsciente. Assim como o sonho, segue a condensação e o deslocamento, expondo o inconsciente, podendo relacionar elementos distintos cujo resultado é algo novo e desconhecido, mas que por vezes esconde algum sentido.

Para a teoria do alívio, válvula ou liberação, o humor aparece como um ato que rompe o caminho previsto, e a percepção dessa ruptura é expressa pelo riso que, assim como o sonho, pode libertar as repressões reprimidas.

Aristóteles, Cícero, Schopenhauer e Immanuel Kant fazem parte dos autores da teoria da incongruência, que compreendem o humor como o resultado da dualidade entre a percepção e a representação do mundo. Na obra “Crítica à faculdade de julgar”, Kant, mais pela reflexão sobre o riso do que sobre o humor propriamente dito, afirma ser o riso “[...] uma afecção proveniente da transformação de uma expectativa tensionada em nada” (Kant, 1790, § 54). Nesse sentido, pensar sobre o riso seria um exercício para pensar sobre o próprio pensamento.

Verena Alberti (1999), na obra “O Riso e o risível”, analisa a constante relação entre o riso e o pensamento a partir de importantes e consagrados autores, dentre eles, Kant, e afirma que ele diferencia o belo e o agradável com base no olhar para a música e para o riso, sendo o agradável aquele que regozija e o belo aquele que apraz. O primeiro diz respeito à sensação, e o segundo, ao julgamento.

O cômico para Kant, na leitura de Alberti (1999), tinha no elemento de surpresa o resultado da incongruência percebida por aquele que ri. A emergência e a especificidade do riso estariam na impossibilidade de continuar a pensar. É nesse ponto que Schopenhauer, apesar de também fazer parte dos autores que compõem a teoria da incongruência, difere de Kant, pois compreende que o riso permite um

alargamento da faculdade do pensar na medida em que ele é resultado da inesperada identificação da contradição entre representação e realidade.

Deve-se olhar para as charges partindo, não só das características que compõem o arsenal do cartunista, mas também do diálogo com as teorias sobre o riso, menos para identificar essas teorias nas charges do que, talvez, para perceber suas particularidades. Como exemplo, nas charges em torno da campanha eleitoral não há a defesa de um candidato ou a exploração da superioridade de um em relação ao outro; o que há nas charges sobre a eleição é o exercício constante de demonstrar as semelhanças dos candidatos em oposição e de como seus interesses estão voltados apenas para o desejo do poder. Nesse sentido, menos a superioridade e mais a pequenez da sociedade política e dos cidadãos, incluindo aí o próprio chargista, iludidos com uma escolha de candidatos que não desejam mais que conquistar ou manter-se no poder, como há muito anunciou Maquiavel (2010). Seria a incongruência a mais comum?

As teorias da superioridade e da incongruência são mais facilmente identificadas quando se analisam as charges publicadas no jornal Folha de S. Paulo no período 1995-2016, que constituem caricaturas ou referências diretas aos presidentes em exercício.

1.3. Chargistas

O cartunista pode mitologizar o mundo ou tentar espalhar ilusões. Pode inflar a frase estúpida e dar-lhe uma vida especiosa própria, ou desinflá-la por uma comparação da retórica com as realidades que ela escreve.
(Ernest Gombrich)

O principal foco das charges publicadas na Folha de S. Paulo recai sobre as personalidades políticas, ou seja, as lideranças políticas constituem um manancial fundamental para as charges no Brasil.

Buscou-se, com o objetivo de conseguir informações para além da observação e da pesquisa bibliográfica, realizar entrevistas com os chargistas que publicaram ao menos uma série de charges com ou sobre as lideranças estudadas.

A partir da incidência dos artistas que publicaram na Folha de S. Paulo, as entrevistas foram organizadas em três blocos. No primeiro deles, buscou-se

compreender a trajetória dos artistas na relação com o jornal e os caminhos que os levaram a colaborar com as charges do caderno de opinião da Folha de S. Paulo. No segundo bloco, a relação com a escolha e abordagem dos temas traçados e, no terceiro, as visões em torno do humor.

1.3.1 Trajetória dos chargistas na relação com o jornal

Angeli, Arnaldo Angeli Filho (1956), dentre os chargistas que compõem o recorte temporal da análise proposta, é o mais antigo a publicar na Folha de S. Paulo. Sua primeira charge, no caderno de opinião, em 1975, ainda no contexto do Regime Militar, abordou a temática da disputa interna no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), único partido de oposição ao governo Militar, demonstrando. Desde seus primeiros traços, adotou o conflito como o elemento norteador de suas charges. Foi Hilde Weber⁵², no 2º salão de Humor de Piracicaba, quem gostou de seus desenhos e o indicou para Cláudio Abramo, diretor da Folha na época, para tornar-se chargista fixo no jornal.

Mais tarde, foi o próprio Angeli, o responsável por convidar Glauco e Laerte para dividirem com ele os desenhos gráficos que integrariam a página A2 do jornal e a Ilustrada, com as tirinhas.⁵³

Glauco Villa Boas⁵⁴ (1957 – 2010) começou a publicar na Folha de S. Paulo, de forma esporádica, em 1977 e, em 1984, integrou definitivamente o jornal na sessão ilustrada. Dois anos depois, ao lado de Angeli, com seus traços e seu olhar sobre a

⁵² Primeira mulher chargista a publicar na imprensa brasileira, de origem alemã, veio para o Brasil para encontrar seu pai que havia se mudado para o país após a 2ª Guerra Mundial. Publicou suas charges nos jornais Folha da Manhã, Noite Ilustrada, Tribuna da Imprensa e O Estado de S. Paulo.

⁵³ Juntos, Glauco, Laerte e Angeli criaram importantes produções de histórias em quadrinhos: Chiclete com Banana, Geraldão, a famosa série Los três amigos. Em 2017, Laerte e Angeli retomaram a parceria dos quadrinhos e selecionaram dez artistas que, durante duas semanas, se reuniram onde, atualmente, funciona o Instituto Hilda Hilst. Em um trabalho coletivo, realizaram um experimento livre que insere e mistura diferentes linguagens, como poesia, histórias em quadrinhos, prosa e fotografia. LAERTE e ANGELI. Baiacu: um passeio por gerações, pontos de vistas, perspectivas de vida, estilos e vozes.

⁵⁴ Nasceu no Pará, em 1957, publicou sua primeira tira em 1976, no jornal Diário da manhã. Foi premiado no Salão de Humor de Piracicaba e na 2ª Bienal de Humorismo y Gráfica de Cuba. Entre 1987 e 1989, editou pela Circo Editorial a revista Geraldão e colaborou com as revistas Chiclete com Banana e Circo, da mesma editora. Foi também roteirista da TV Pirata e da TV Colosso, da Rede Globo.

realidade política e social do Brasil e do mundo, passou a ocupar o espaço de opinião do jornal, até sua morte, em 2010.⁵⁵

Jean e Bennet passaram a colaborar, na Folha, por meio de concursos na categoria Charges. Jean gostava de desenhar desde criança, mas, segundo ele, ao contrário de muitos, não parou à medida que foi crescendo, pois, dentre outros motivos, via que os desenhos das revistas e dos jornais traziam junto deles uma ideia de algo, uma mensagem cômica. E era exatamente isso que o inspirava a tentar fazer o mesmo⁵⁶.

O trio manteve-se intacto até 2007, quando Benett e Airon publicaram suas charges, ainda que de maneira esporádica, principalmente, durante as férias de Glauco e Angeli. Em 2010, com a morte de Glauco, a Folha deixou de utilizar apenas três chargistas principais, e Benett e João Montanaro passaram a integrar o corpo de chargistas e a contribuir de maneira mais assídua, ao lado de Scabinni, que trouxe algumas contribuições, assim como Mandrade e Spacca, em 2012.

Benett, Benett Alberto de Macedo (1975), inspirado pelo avô e pelo irmão, contou que desenha desde sempre, mas que, a partir de 1999, tornou-se profissional, quando estava prestes a se formar em jornalismo, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Iniciou sua carreira publicando uma charge diária para o jornal da cidade e uma página de humor dominical chamada Bananas - em homenagem ao filme do Woody Allen. Durante o curso de jornalismo, ele tinha em mente apenas tornar-se chargista⁵⁷.

Passou a integrar a Folha em 2007, ao vencer um pequeno concurso para a escolha de um chargista que cobriria as férias de Glauco e Angeli. O concurso repetiu-se no ano seguinte e, mais uma vez, foi vencedor. Com isso, foi convidado para assinar um contrato, passando a ser colaborador do jornal Folha de S. Paulo.

João Montanaro (1996) iniciou na Folha aos 14 anos de idade. Profissionalizou-se como chargista precocemente. Com estilo descontraído, buscava olhar os eventos de quadrinhos que ocorriam em São Paulo e entrava em contato, por e-mail, com aqueles que admirava, para que eles opinassem sobre seus desenhos. Assim,

⁵⁵ Também criador da Igreja Céu de Maria, foi assassinado em 2010, acredita-se que por motivação religiosa.
Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2010/03/706935-criminoso-confessa-a-policia-e-a-tv-que-matou-glauco-e-seu-filho.shtml>. Acesso em 14.11.2018

⁵⁶ Entrevista realizada em 05.12.2018. São Paulo – SP.

⁵⁷ Entrevista realizada em 16.05.2018. Curitiba – PR.

acreditava que poderia aprender um pouco mais sobre traços, técnicas e materiais novos, por exemplo. Essa estratégia de Montanaro o levou a conhecer Orlando, ilustrador da Folha, que mais tarde desencadeou o convite de Fábio Marra, editor de arte, para fazer quadrinhos infantis na Folhinha⁵⁸ e, com a morte de Glauco e a reformulação gráfica do jornal, passou a compor a página A-2, aos sábados.

Laerte Coutinho integra a Folha desde 1991, com a tirinha dos Piratas e, passados vinte e três anos, em 2014, passou a colaborar com o caderno de opinião e a produzir charges. Os convites para compor a página A2 eram frequentes e a recusa baseava-se no que a artista chamou de *“falta de confiança e segurança em relação a esse trabalho, de natureza editorial.”*⁵⁹ Para ela, expressar opiniões políticas em contextos mais flexíveis, como as tiras, era uma dinâmica mais agradável. Entretanto, ao perceber que a expressão de suas ideias e imaginações estavam cada vez mais *“chargísticas”*, no espaço semanal que ocupava no caderno Ilustrada, ao lado das tiras, pensou que poderia ser o momento para uma nova investida no território da charge. Assim, em 2014, ao lado de Angeli e João Montanaro, passou a publicar suas charges no caderno de opinião do jornal Folha de S. Paulo.

Se a entrada deles na Folha seguiu caminhos por vezes diversos, salvo Bennet e Jean Galvão, não se pode dizer o mesmo sobre a influência pasquiniana nos traços e nas formas de fazer sobressaltar os temas da sociedade e da política brasileira pós Regime Militar.

1.3.2. Influências e escolha dos temas

A principal escola dos chargistas brasileiros foi O Pasquim. Jean, por exemplo, quando perguntado sobre suas influências, relembra nomes da linha pasquiniana, “[...] no Panteão estão Millôr, Henfil e Ziraldo”⁶⁰. Não se podem desconsiderar outras influências, mas, de acordo com Gonçalo Júnior (2018), era como se “O Pasquim” ditasse as tábuas da lei: pregava um humor combativo, militante, raivoso, irado é implacável, contra a ditadura⁶¹.

⁵⁸Sessão do jornal Folha de S. Paulo destinada ao público infantil.

⁵⁹Entrevista realizada em 05.12.2018. São Paulo – SP.

⁶⁰*Idem*.

⁶¹JUNIOR, Gonçalo. Um humor moderno. In: Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1303201011.htm>. Acesso em 14.11.2018.

Nos primeiros anos, Angeli foi bastante influenciado pela linha pasquiniana, mas também era admirador de Robert Crumb⁶² e Gilbert Shelton⁶³, e aos poucos construiu uma expressão gráfica própria. Artistas como George Grosz e outros expressionistas alemães inspiram seus traços, que permitem diálogo com o grotesco.

Também sugestionado pelas leituras de Pasquim e Chiclete com Banana, Bennet, com traços que buscavam mesclar influências de Millôr, Stanislaw Ponte Preta e Paulo Francis, Simpsons e o cinema dos anos 90, a MTV e a música desse período, foi criando seu estilo próprio. Atualmente, suas referências são autores que, até então admirava de longe, como Sempé, Steinberg, Tommy Ungerer, Ronald Searle, Siné, Jean Jullien e Serge Bloch. Laerte (2018) cita ainda algumas influências que considera eternas, como Johnny Hart e Charlie Schulz e outras que foi conhecendo ao longo de sua carreira, mas observa que a grande questão corresponde ao interesse do momento em que se está vivendo.

Glauco, com seu estilo “riponga” e “alucinado”, foi, segundo Gonçalves, aquele que subverteu ‘seus mestres’ e modernizou o humor gráfico no Brasil, ao olhar para os elementos que podiam fazer retornar à memória, não mais a partir da crítica ao Regime Militar, mas da sua contraposição, a afirmação e valorização dos vestígios de uma “verdadeira revolução sexual” e de uma “falsa revolução militar”. Gonçalves caracteriza o humor de Glauco como neurótico, indecente, imoral, escrachado, mas não preconceituoso.

Na produção das charges de Laerte, a linha pasquiniana também está presente. Ela inspira seus traços ao lado da busca ou focalização de temas ou um conjunto de temas como resultados de leituras, conversas, reflexões e, principalmente, elementos que vêm de fora do que denomina de jornalões e televisões empresariais⁶⁴.

Advindo de uma segunda geração de chargistas brasileiros, pós Regime Militar, João Montanaro tem em Laerte e Angeli influentes escolas, mas não deixou de citar O Pasquim como referência.

No jornal Folha de S. Paulo, a escolha dos temas, fontes e enquadramentos cabia aos chargistas, assim como as fontes de informação utilizadas para a composição das ideias.

⁶²Desenhista da contracultura com personagens como Fritz, The Cat e Mrs. Natural.

⁶³Principal nome do movimento underground comics, criador do personagem Wonder Wart-hog, paródia suína do Superman.

⁶⁴Entrevista realizada em 05.12.2018. São Paulo – SP.

Durante um bom tempo, a rotina de Angeli para fazer as tiras e as charges era guiada a partir da leitura dos jornais, principalmente a Folha e o Globo. No entanto, em um exercício constante de autopercepção, ele concluiu que estava sendo pautado por essas mídias, e passou a fazer um outro movimento: começou a acordar às oito horas da manhã para fazer “tiras” e, por volta das doze horas, entregava-as para a Folha. Com as “tiras” finalizadas, passaria a debruçar-se nas “charges” para, no fim do dia, realizar a leitura das notícias, refletir e elaborar o cotidiano e, somente no outro dia, voltar para a prancha. Há, na produção do autor, preocupação constante em não se autorrepetir, busca de ebulição, uma revolução interna na produção do autor.⁶⁵ Tem algumas ideias que ele persegue, e demora meses para traçá-las e, em uma espécie de obsessão, continua, esboça e cria.

Foi durante o governo de FHC que Angeli começou a se afastar da ideia de caricaturar políticos e a trabalhar mais no personagem a cultura política de determinado político especificamente. Sua reflexão era em torno do que ele denomina de “grande personagem da política brasileira”: o sistema político, um jeito de governar característico da cultura política brasileira desde o Império até os dias atuais.

Para Thales de Menezes (2014), no texto “Cusparada nos medíocres”⁶⁶, as charges de Angeli expressam um estilo crítico mordaz, cáustico, que não perdoa a mediocridade da classe política. O próprio Angeli considera seus desenhos uma expressão de um pensamento crítico sobre o comportamento político ou o social. Com um olhar vigilante suprapartidário sob as relações de poder, permite-se criticar qualquer lado ou posicionamento, o que não quer dizer que o faz a partir da perspectiva da neutralidade. Angeli afirma que alguns atores políticos o irritam um pouco mais e que seu trabalho não é em nome de um grupo ou outro, mas em nome do ser humano⁶⁷.

Nazareth (2014) ajuda a compreender o que era a rotina de Glauco em busca dos assuntos chave para suas produções, afirma que a dinâmica diária do chargista envolvia acompanhar o noticiário político e econômico e expor seu lado farsesco, hilário, tragicômico.

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ MENEZES, Thales. Cusparada nos medíocres. 2014. Ver: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2015/09/20/angeli-40/>. Acesso em 14.11.2018.

⁶⁷ Angeli 25 hrs. Angeli Night & Day. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wm62uP2rPfg>. Acesso em: 14.11.2018.

Benett, sobre seu exercício de criação, afirma que pensa cerca de cinco ou seis desenhos e que, para produzir, organiza sua rotina pela manhã, dissecando o noticiário, selecionando o que considera relevante, o que é patético, o que é polêmico, e depois escolhe dois ou três assuntos e passa a trabalhar neles, “[...] rabiscando folhas em branco, pensando durante a caminhada até a banca de jornal, ou enquanto preparo a mamadeira da filha e do filho”⁶⁸. Esse processo, segundo ele, dura a manhã toda e parte da tarde, e só depois passa para a prancheta.

Perguntado sobre as escolhas dos temas, Bennet afirma que alguns, como catástrofes ou morte de celebridades, ele evita, pois, mesmo que a proposta seja fazer uma charge distante do elemento risível, apenas visando à reflexão, pode-se correr o risco de interpretações imprevistas. Por outro lado, há temas dos quais não há como fugir, e por isso busca estar em consonância com o assunto do dia⁶⁹.

Jean Galvão afirma que, como um cronista, observa os acontecimentos e trabalha em cima do que acredita, daquilo sobre o qual ele tenha uma opinião formada e que vai lhe dar um bom cartum⁷⁰.

E, por fim, Laerte afirma que, para focalizar um tema, ou um conjunto de temas, busca ler de tudo, mas, principalmente, busca prestar atenção na informação que vem de fora dos jornalões e das televisões empresariais⁷¹.

1.3.3. Humor Político segundo os chargistas

Se você quiser demonstrar uma questão, conte uma história, mas
levantar várias questões e cruzar narrativas requer humor.
(Provérbio)

Platão unanimemente é considerado o primeiro teórico do Humor, devido ao conceito de *eutrapelia* (divertimento linguístico), apresentado pela primeira vez na República. É seguido por Aristóteles que, no segundo livro da Poética, faz sobressair a *teoria de superioridade*. Ainda nos clássicos da filosofia política, os estudos

⁶⁸ Entrevista realizada em 16.05.2018. Curitiba – PR.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ Entrevista realizada em 05.012.2018. São Paulo – SP.

⁷¹ Entrevista realizada em 20.05.2018. São Paulo – SP.

apresentam Cícero como aquele que primeiramente forneceu uma tentativa de categorização do discurso humorístico (ambiguidades; paronomásia; falsas etimologias; ironia, anedotas; caricaturas, entre outras). Quando as análises visam seguir certa temporalidade, grande atenção é dada ao estudo realizado por Mikhail Bakhtin (2002), sobre a obra de François Rabelais, na Idade Média, que aborda o cômico, que naquele período atravessava a todos, em todo o tempo e de diferentes formas (burlesco, sarcástico, agudo e contraditório).

A argumentação dos chargistas retomariam as teorias clássicas do riso - a transgressão⁷² da norma, pela possibilidade de remeter a opinião e o legado da superioridade⁷³?

Ao questionar sobre a compreensão do humor e sobre a relação que os chargistas estabelecem entre humor e política, direciona-se esta reflexão em torno das ideias de humor como transgressão ou manutenção do poder.

Seria o humor entendido por eles como uma forma de legitimar o poder e, assim como Maquiavel, considerariam que, quando um soberano cômico imita o soberano sério, na realização da paródia do poder, o que ocorre não é o riso do poder, mas o aumento de sua legitimidade?

Ou ainda, na linha da teoria da superioridade, como resultado de uma superioridade inesperada, aquele que tem mais poder ri e, ao fazer isso, aparece como superior ao objeto de seu riso.

Estariam eles próximos da teoria da incongruência, ao lado de Immanuel Kant, Aristóteles, Cícero e Schopenhauer⁷⁴, que compreendem o humor como o resultado da dualidade entre a percepção e a representação do mundo? Ou compreenderiam o humor a partir das liberdades individuais que, ao estabelecerem críticas, sejam elas de cunho social, religioso ou político, antes de ofender, podem, no exercício de sua liberdade, servir à reflexão na relação com a política? Para Tocqueville um dos principais sustentáculos da democracia corresponde ao exercício do juízo crítico pelos cidadãos.

Pode-se dizer que a perspectiva da liberdade e o exercício da problematização são as mais relevantes teses para compreender o humor como um fenômeno político?

⁷² De Platão aos séculos XVII e XVIII.

⁷³ De Quintiliano a Hobbes.

⁷⁴ Raskin, o nome da teoria da incongruência. A teoria da incongruência é, dentre as três, a que mais deixa aberto o diálogo interdisciplinar.

Considerando esses questionamentos, observou-se que os chargistas entrevistados apresentaram uma compreensão de humor político carregado pelo desejo de lançar questões, ou, ao menos, de “fazer cócegas no cérebro”, com a proposição de problemas.

Angeli considera como humor político a expressão de conflitos do jogo de poder, cabendo ao humor levantar discussões.

Jean afirma que o humor é uma ferramenta para uma mensagem e que, no caso da charge, uma ferramenta até mais importante que o próprio desenho. Pois bem, o humor pode ser do tema que se queira. A charge é humor político na maioria das vezes, procura lançar luz a algum problema, algum acontecimento, com graça e com crítica.⁷⁵

Benett considera o humor um contraponto inteligente em relação à estupidez dos políticos. Em referência a Montesquieu, “[...] é um sistema de freio e contrapeso para a depressão e o mau humor que a política gera”⁷⁶.

O humor, para Laerte, é uma linguagem riquíssima, de muitas possibilidades e reflexões, e seu uso editorial veio a se constituir na charge, em princípio sempre política, uma vez que sua vocação é a de comentar os fatos, pessoas e temas da atualidade, podendo expressar qualquer ponto de vista do gradiente ideológico⁷⁷.

“O humor, quase por definição, usa como combustível as ideias que já existem. É por causa dessas coisas que, muito frequentemente, o humor escorrega para dentro de visões preconceituosas. Isso não tem muito a ver com o tema de charge política, mas tem a ver com a ideia do que se espera de uma charge. Não é derrubar o governo, porque ela não tem calibre para isso, nem mudar opinião, porque ela trabalha com contextos que já existem. Eu acho que muitas vezes o papel da charge é reforçar determinadas posições.” (LAERTE,2019)

A definição do humor como um incentivador da reflexão está presente nas afirmações dos chargistas, o que permite relacioná-lo menos com a teoria da superioridade e da incongruência e mais com o “sentimento do contrário”, conceituado por Pirandello, e a metáfora do espelho d’água, que ao condensar imagem, água e

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ Entrevista realizada em 16.05.2018. Curitiba – PR.

⁷⁷ Entrevista realizada em 20.05.2018. São Paulo – SP.

reflexo, diferente do espelho, é resultado do descontínuo que se atualiza e se reorganiza em um novo.

Entretanto, quando o assunto é a presidência da República, corre-se o risco da ocorrência de ambiguidades, de esbarrar em reafirmações de referências presentes na sociedade e na imprensa e, por vezes, de afastar-se da possibilidade daquilo que Pirandello (1996) chamou de solavanco mental.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que a busca pelo aumento do seu público leitor fez com que a charge fizesse parte das páginas diárias da Folha de S. Paulo, ora reverberando o editorial, ora ampliando o canal de expressão de diferentes olhares sobre uma mesma realidade. O desejo pelo pluralismo de sua estrutura jornalística, faz com que a Folha apareça como uma mídia adequada à charge, pois nela o desenho gráfico de humor pode realizar-se como mais um entre os vários gêneros opinativos, e não como mera ilustração das manchetes da capa ou dos editoriais.

2. DESENHOS EM SÉRIES

O cartunista pode mitologizar o mundo ou tentar espalhar ilusões. Pode inflar a frase estúpida e dar-lhe uma vida especiosa própria, ou desinflá-la por uma comparação da retórica com as realidades que ela descreve.

(GOMBRICH, 1999:142)

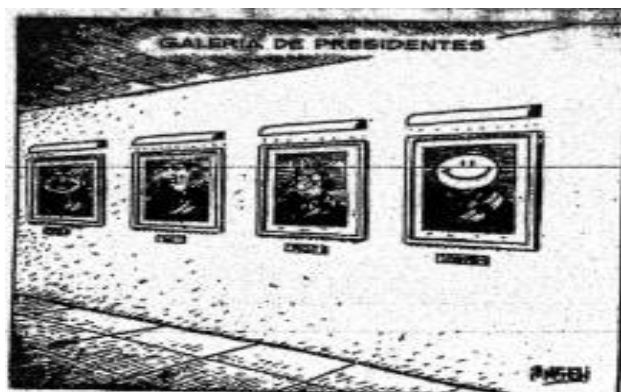


Fig. 13. Galeria dos Presidentes

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 10.04.1995.



Fig. 14. Estilhaço

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 08.08.2003.



Fig. 15. Sem título (4)

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 25.04.2016

Oficializar a história latente de cada governante a partir da seriedade de cada foto é um dos objetivos da Galeria dos Presidentes, no Palácio do Planalto, em Brasília. Na série cronológica de retratos oficiais dos Presidentes da República, realizados no início de seus governos, a imagem de todos que encerraram os seus mandatos está em preto e branco, e a do presidente em exercício é colorida. Abaixo de cada quadro há uma placa que informa o nome do presidente e o ano de seu nascimento.

Escancarar o não oficial, demonstrar a partir dos traços exatamente o que aqueles que governam e as instituições que o legitimam querem esconder é uma das principais características da caricatura política. No caso da Galeria dos Presidentes, a partir da paródia que se efetua por meio de uma repetição intencional, mas uma repetição que inclui diferenças, permitem-se discussões e debates que povoam o imaginário em torno da representação da liderança política.

Caricatura, metáfora, condensação, comparação e contraste podem ser citados como elementos utilizados pelos chargistas quando o plano de fundo era a “Galeria dos Presidentes”, seja na condensação e comparação do retrato infantilizado de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir de um *emoji* sorridente (Fig. 13), seja na metáfora da fragilidade política de Luiz Inácio Lula da Silva ao chegar ao poder, devido aos estilhaços de vidro quebrado em seu quadro (Fig.14), seja no contraste presente na substituição do quadro na parede para o pequeno porta-retratos que desloca Dilma Rousseff do poder (Fig.15). A partir de um mesmo cenário, nos diferentes governos, mais de uma vez, a Galeria dos Presidentes foi utilizada para desoficializar as imagens das lideranças políticas e colocar em disputa as narrativas sobre os acontecimentos que envolvem os presidentes da República brasileira.

Foi a partir da busca de séries como essas, com temas e estruturas comuns, que se organizou este capítulo.

Acredita-se que, ao apresentar as charges em séries com representações das lideranças políticas durante seus respectivos mandatos, publicadas entre 1995 e 2016, é possível compreender como as lideranças políticas foram parodiadas pelo desenho gráfico e responder às seguintes questões: Quais características de liderança foram utilizadas para representá-los? Como as mesmas temáticas representaram as diferentes lideranças? No decorrer do tempo, a representação da liderança política nas charges assemelha-se ou diferencia-se, por conta dos contextos

e da conjuntura política ou devido ao ator político que ocupa o poder? Quais as principais disputas de poder, no período?

É preciso lembrar que o fenômeno da liderança política é entendido, nesta tese, como resultado de contextos e temporalidades específicas. Assim, olha-se para as charges compreendendo-as, de acordo com Saliba (2002), como uma forma privilegiada de narrar a história. Por isso, acredita-se que a contextualização do período em que cada liderança ocupou o poder é um importante recurso para identificar que tipo de liderança emerge dos desenhos gráficos de humor.

2.1. A Agenda de temas das Charges

Os eventos que envolvem a política de um país são distantes do cotidiano da maioria da população, e o conhecimento sobre esses eventos se dá a partir dos veículos de comunicação.

Há, na mídia, centralidade no que se refere às relações sociais, principalmente na grande imprensa, mesmo em um contexto de amplo desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação, com as mídias sociais e a ampliação dos autores de notícias. Isso porque a grande mídia ocupa também esses espaços e tem suas publicações produzidas e reverberadas nas mídias sociais.

O jornal Folha de S. Paulo, o principal do país, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), em junho de 2020 vendeu em média diária trezentos e cinquenta mil, quinhentos e onze exemplares. O recorte temporal deste estudo inicia-se antes do desenvolvimento das mídias sociais, é atravessado por ele e inclui um período de grande repercussão e uso das mídias sociais, que foi o da eleição de 2014 (RECUERO *et al.*, 2017; PENTEADO & GUERBALI, 2016).

Lippmann (1922), no livro *Opinião Pública*, foi quem anunciou, pela primeira vez, que a imprensa tinha papel de destaque nos temas que os leitores consideravam importantes.

No entanto, McCombs e Shaw (1972) foram os responsáveis pela sistematização e nomeação do conceito de Agenda Setting como um fenômeno de influência dos meios de comunicação na agenda de temas considerados importantes

pela sociedade.

Com o objetivo de comprovar essa hipótese, os pesquisadores analisaram veículos de notícias durante vinte e quatro dias de campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, disputada entre o democrata Hubert Humphrey e o republicano Richard Nixon, em 1968. Compararam os resultados dessa análise com a agenda pública a partir de um questionário realizado com cem eleitores indecisos da Carolina do Norte. Cinco foram os temas predominantes, tanto na mídia, quanto na percepção dos entrevistados, e McCombs e Shaw (1972) concluíram que o grau de importância dado aos temas pelos eleitores está relacionado ao grau de predominância da notícia.

O curto período de análise e a pequena amostragem apareceram como limitadores do estudo. Com o intuito de sanar essas questões, os mesmos pesquisadores realizaram um novo estudo na campanha eleitoral para presidente em 1972, disputada entre o democrata George McGovern e o republicano Richard Nixon, durante cinco meses, junto a duzentos e vinte e sete eleitores. A partir dos novos dados coletados, os autores concluíram que os sete temas mais relevantes listados pelos entrevistados convergiam com a agenda da mídia naquele período. Esse resultado levou McCombs (2004) a conceituar a função do agendamento pela capacidade da mídia para definir os itens mais relevantes para a agenda pública.

Enquanto muitos temas competem pela atenção do público, somente alguns são bem sucedidos em conquistá-lo, e os veículos noticiosos exercem influência significativa sobre nossas percepções sobre quais os assuntos mais importante. (McCOMBS, 2004:19).

O autor elaborou a teoria da Agenda Setting ciente de que os indivíduos não são seres amorfos, sem criticidade. Em uma segunda fase da análise da agenda da mídia, McCombs (2004) indicou fatores psicológicos e sociológicos que poderiam influenciar ou constranger o grau de influência dos veículos de comunicação. Os resultados destacaram novos importantes pontos para o debate, como a relevância das informações, as dúvidas do público sobre o assunto e os diferentes meios de comunicação.

Além da percepção dos efeitos de agendamento, o pesquisador incluiu a análise do “agendamento de atributos”, ou seja, para cada tema há uma agenda de atributos que pode ser dimensionada de acordo com sua frequência. Para McCombs (2004), a

agenda de atributos influencia a importância dos atributos na agenda pública, ou seja, há uma transferência de valores de uma agenda para outra.

Pode-se aproximar a ideia de agenda de atributos ao conceito de enquadramento, entendido como a organização do conteúdo noticioso, que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata, por meio do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração (PORTO, 2004)

Becker e McCombs (1978), na campanha eleitoral para presidente da República dos Estados Unidos, em 1976, disputada entre o republicano Gerald Ford e o democrata Jimmy Carter, deram continuidade ao estudo proposto e estabeleceram uma comparação entre as descrições dos candidatos pelos eleitores com a agenda dos atributos da Newsweek⁷⁸. Os resultados indicaram que a mídia, a partir da agenda de atributos, tem grande influência no direcionamento da opinião pública.

Se os efeitos tradicionais da agenda setting mostram a influência da mídia em nos dizer o que pensar a agenda de atributos da mídia nos dizem como pensar sobre um tema (KIM, McCOMBS, 2007:300 - tradução da autora)

McCombs (2004) inclui em suas conclusões a existência de um interagendamento, ou seja, não há um unidirecionamento da agenda da mídia, mas situações em que ela é influenciada pela agenda pública, dos partidos, do político ou dos cidadãos.

Wu e Guo (2017) investigaram a associação e a relação entre os diferentes itens da agenda e mensuraram como a estrutura de atributos influencia as relações construídas pelo público. Concluíram que a forma como a mídia noticiosa associa diferentes agendas afeta a forma como o público faz essas associações.

Dalton *et al.* (2017) chamam a atenção para a existência de uma influência mútua entre agendas, enquanto Beckers *et al.* (2017) dedicam sua análise às similaridades entre diferentes veículos jornalísticos, e Tedesco (2005), à sobreposição das agendas de candidatos a cargos eletivos.

Os diferentes estudos sobre as relações entre mídia e política que partiram da teoria da agenda setting contribuem para a problematização da agenda da mídia no que diz respeito à construção da representação da política, assim como da liderança

⁷⁸ Newsweek é uma revista de notícias semanal estadunidense, publicada na cidade de Nova Iorque, é a segunda maior revista semanal do país, superada apenas pela revista TIME em circulação e ganhos com publicidade.

política.

Analisar a agenda da charge é fazer um recorte da agenda da mídia a partir do olhar do chargista. Mais do que a identificação de quais temas foram selecionados para chegar ao leitor como uma narrativa sobre as questões políticas que envolvem a sociedade, está a percepção de quais temas da mídia foram revistos pelo olhar humorístico, para apresentar uma nova leitura ou reforçar a leitura predominante.

Dentro da agenda humorística, os temas do campo político foram: (1) Escândalo, (2) Economia, (3) Campanha Eleitoral, (4) Governabilidade e (5) Relações Internacionais. Nos três governos, a temática em torno da governabilidade foi aquela com maior incidência.

Quadro 1 - Descrição dos Subtemas de Política:

Subtemas	Descrição
(1) Escândalo	Aquelas que colocavam os atores políticos em sete diferentes ações, a partir da definição da Organização das Nações Unidas (ONU) ⁷⁹ : (a) suborno; (b) desfalque/roubo/fraude; (c) extorsão; (d) abuso da função; (e) favorecimento/nepotismo; (f) exploração de conflito de interesse e; (g) contribuições políticas impróprias.
(2) Economia:	Consistiu na representação do conjunto de ações do governo planejadas em consonância com questões do âmbito econômico. Além daquelas que problematizaram situações de escassez do nível de produção, comércio e consumo de bens ou serviços.
(3) Campanha Eleitoral:	Aquelas que demonstraram a disputa de votos por conta dos candidatos aos cargos políticos em âmbito municipal, estadual ou federal. No caso deste trabalho, só quando, na campanha de reeleição, os presidentes foram identificados nessa categoria, pois as charges selecionadas corresponderam ao período em que eles exerceram seus mandatos.

⁷⁹ Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Publicacoes/2007_UNCAC_Port.pdf
Acesso em: 25.07.2018.

(4) Governabilidade	Compreendeu um retrato das coligações feitas, não somente no período eleitoral, mas também durante o mandato, com vistas a garantir um cenário político no qual o poder executivo fosse capaz de construir as condições para exercer, plenamente, as suas atribuições. Formulação e implementação de políticas públicas para responder às demandas colocadas na agenda política interna. Relação com a composição do corpo ministerial por parte do presidente. Além da relação com os adversários políticos na disputa pelo poder, assim como as manifestações contrárias aos seus governos.
(5) Relações Internacionais	Foram aquelas que abordaram temas políticos de outros países em referência à relação política com o Brasil.

Fonte: Elaborado, pela autora, 2021.

2.1.1. Escândalos

O escândalo político não é determinado pela veracidade do fato e não pode ser desassociado da mídia. No primeiro caso, porque a suspeita de algo pode transformar-se em escândalo, afetando a reputação dos envolvidos e, no segundo, porque ela é quem vai torná-lo público. Essa visibilidade é explorada com objetivos específicos, que seriam: desmoralizar uma liderança, condenar um político, ‘matar’ um adversário e vingança.

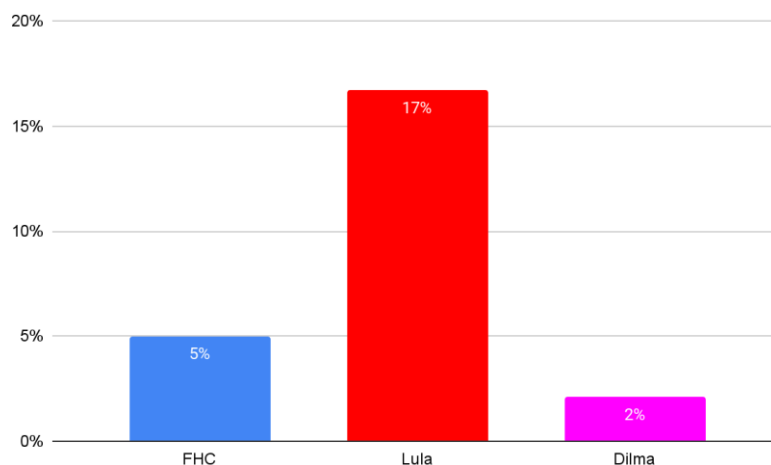
Para Chaia (2000), o Escândalo é entendido como o fenômeno que se traduz em ações ou eventos que podem afetar a reputação de pessoas. Supõe-se a existência de transgressões a valores e códigos morais que são levadas ao domínio público e que provocam reações, em conformidade com as características políticas e sociais das sociedades.

Os escândalos podem ser classificados, segundo Vera Chaia (2019), como fenômenos que englobam questões em torno de: sexo/comportamento, financeiro/corrupção e exercício do poder político/falta de decoro parlamentar.

Os resultados dos escândalos políticos não se limitam às lideranças políticas, pois, em alguns casos, para além das pessoas envolvidas, das reputações questionadas e das carreiras políticas destruídas, as instituições passam a ser

desacreditadas. Isso ocorre devido à generalização de determinadas visões substantiadas pela mídia, por exemplo, colocar como corrupta toda a categoria de políticos.

Gráfico 4: Escândalo Político



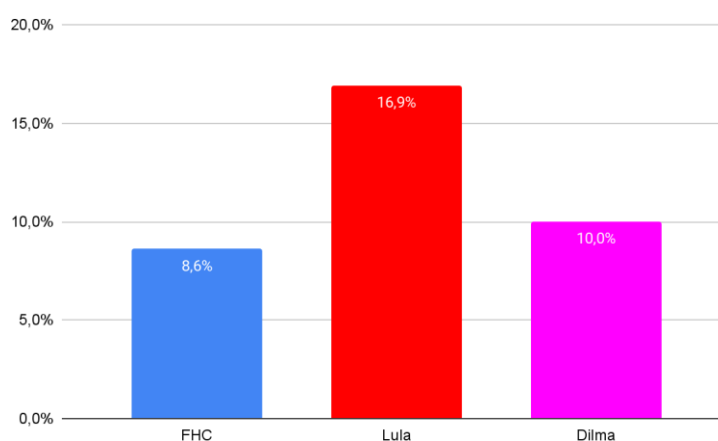
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Pode-se observar que os escândalos políticos foram tematizados em um número considerável de charges no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, expondo os efeitos políticos do escândalo do mensalão; enquanto, no governo Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, a incidência foi baixa. As charges de FHC acompanharam a dinâmica da grande mídia, mas, por outro lado, exploraram o destino que o presidente deu para os casos de corrupção. Já as charges de Dilma Rousseff atuaram na contramão da grande mídia e pouco exploraram o vínculo entre os escândalos de corrupção que permeavam o governo e a representação gráfica ou referência a sua liderança política.

2.1.2 Economia

A partir do Plano Real, a economia brasileira ganhou novos contornos no cenário nacional, e na posição do país em contexto global. Nas charges, essas representações foram classificadas como economia porque abordam o conjunto de ações do governo planejadas em consonância com questões do âmbito econômico, ou porque problematizam situações negativas referentes à produção, comércio e consumo de bens ou serviços.

Gráfico 5: Economia



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

As charges com temática econômica foram maiores no governo Lula, com questões em torno do índice da inflação, da administração do valor do Produto Interno Bruto (PIB) e, principalmente, da continuidade das relações políticas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a aproximação das respostas políticas econômicas de Lula àquelas que poderiam ser realizadas pelo seu antecessor, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

2.1.3. Campanha Eleitoral

A eleição ainda é considerada o momento mais importante da democracia, pois é nesse período que o assunto da política passa a fazer parte do cotidiano de uma população que, na maior parte do tempo, está alheia aos temas relacionados às disputas políticas.

Parte do processo eleitoral, a campanha corresponde ao período em que os candidatos se apresentam à população, divulgam suas propostas e debatem com outros candidatos em busca do voto, para, de forma legítima, alcançar o poder, dentro do regime democrático.

Essa apresentação ocorre principalmente por meio da TV, rádio, jornal e mídias sociais, a partir de estratégias de profissionais da mídia que, segundo Rubim (2000), têm conhecimento das linguagens características dos meios de comunicação e transformam os candidatos em produtos para serem “consumidos”, por meio dos votos dos eleitores.

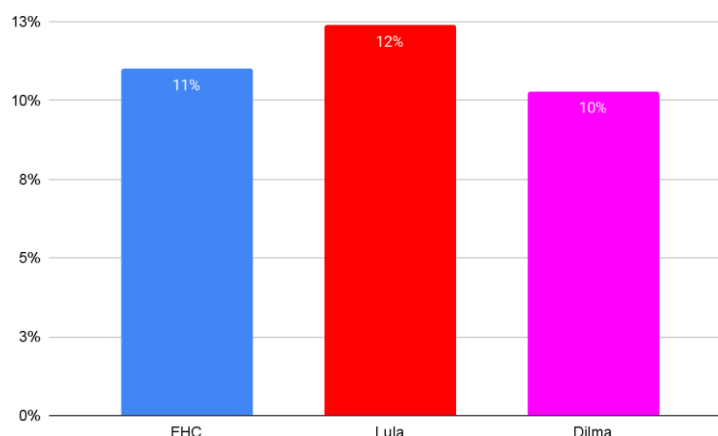
As campanhas eleitorais seguem uma legislação regulada pelo Tribunal Superior Eleitoral, assim como o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), para o qual há legislação específica.

A aprovação da reeleição ocorreu em 4 de junho de 1997⁸⁰, durante o governo de FHC, em sessão solene do Congresso Nacional, com 62 votos a favor, 14 contra e duas abstenções. Correspondeu à possibilidade da reeleição para um único e consecutivo mandato subsequente, para presidente da República, governadores e prefeitos.

As três lideranças políticas foram eleitas para continuarem seus mandatos presidenciais. Como a pesquisa direcionou a seleção do material estudado para o período em que os governantes exerciam seus mandatos, apenas as charges das campanhas para reeleição fizeram parte do *corpus* de análise.

80

Emenda Constitucional nº 16 de 1997.

Gráfico 6: Campanha Eleitoral

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

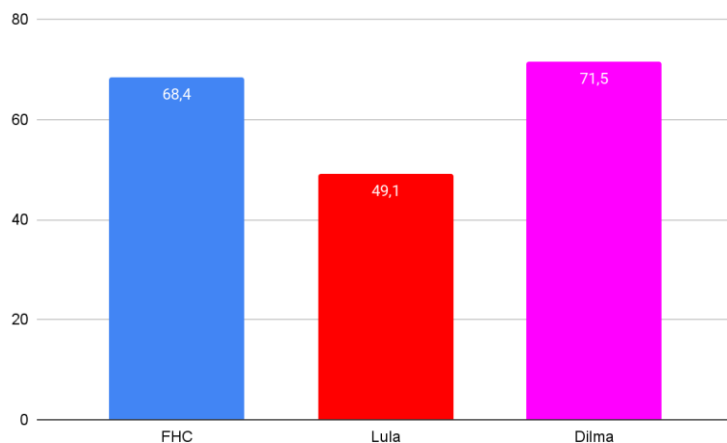
Houve uma certa proporcionalidade no equivalente de charges com a temática da campanha eleitoral. Questões em torno do apadrinhamento político; das estratégias populistas para angariar votos; da ausência de qualidade do debate político; da corrida eleitoral e da aproximação política entre os candidatos caracterizaram a campanha eleitoral nas charges.

2.1.4 Governabilidade

As séries em torno da temática “Governabilidade” advêm de um olhar sobre o termo calcado na ideia da capacidade dos governantes de tomarem decisões que possam atender às demandas dos governados e viabilizar a reprodução das condições de preservação do poder. Compreendem o retrato das coligações feitas, não somente no período eleitoral, mas durante o mandato, com vistas a garantir um cenário político no qual o poder executivo fosse capaz de construir as condições para exercer plenamente as suas atribuições. Compreendem também a formulação e implementação de políticas públicas para responder às demandas colocadas na agenda política interna e a relação com a composição do corpo ministerial por parte

do/a presidente/a. Além disso, abrange a relação com os adversários políticos na disputa pelo poder, assim como as manifestações contrárias aos seus governos.

Gráfico 7: Governabilidade



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Acredita-se que são as características de governabilidade que apresentam mais elementos para responder às perguntas propostas neste estudo, por exemplo: Com quais características de liderança os presidentes foram representados? Isso porque, ao abordarem esse tema, os chargistas caracterizam ambiguidades em torno da capacidade ou incapacidade política de decidir do governante, sua eficiência ou ineficiência em implementar suas políticas públicas e a articulação e formação de sua base aliada. Dependendo do contexto político, do presidente em mandato, as relações entre Executivo e Legislativo podem ser distintas, e a composição do Ministério pode ter características próprias.

As democracias modernas são assentadas no que Dahl (2005) definiu como pluralismo político que, organizado em partido e movimentos sociais, pode influenciar os processos de tomada de decisão.

Dentro da temática da governabilidade, a oposição apresenta um papel determinante para a democracia, pois, além de ser permissiva, é importante e institucionalizada, com regras para a sua realização. Supõe-se que a promoção de um debate político de qualidade está inserida em um ambiente marcado pela presença de diversas opções políticas.

Nos três governos estudados, quando os chargistas abordaram a questão da oposição, chamaram a atenção para a disputa de poder entre as forças políticas do período. Como exemplos, a figura de Lula durante o governo de FHC, o crescente papel dos aliados e seus atos para atravancar as pautas do governo, ou o modo como os aliados eram a própria oposição.

2.1.5 Relações Internacionais

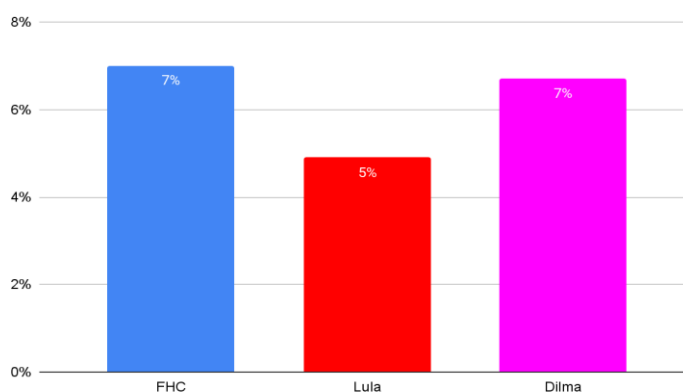
A partir do início dos anos 90, com a queda do muro de Berlim estabeleceu-se uma nova ordem global, não mais caracterizada pela bipolaridade leste/oeste.

Com a globalização houve o desenvolvimento de uma nova realidade econômica, marcada pelo aumento, em termos de quantidade e velocidade, dos fluxos financeiros internacionais, devido à convergência dos processos produtivos e de regulamentações nos estados.

Essa dinâmica fez com que ocorresse a formação de blocos econômicos, como o Mercosul, e o aumento do desequilíbrio entre as potências capitalistas e os países periféricos.

Nesse contexto, o Brasil reformulou sua política externa e incluiu em sua agenda internacional questões como meio ambiente, direitos humanos, segurança, interdependência econômica e migrações. Já na agenda das charges, foram questões em torno do Mercosul e das relações Brasil - EUA as mais presentes.

Gráfico 8: Relações Internacionais



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

O índice de charges de Dilma Rousseff com a temática das Relações Internacionais refletiu o conflito diplomático com Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos da América, reflexo das denúncias de espionagem do governo norte americano e os impactos nas relações entre os países.

As charges de FHC exprimiram o impacto econômico que as relações diplomáticas estabelecidas com o México, a Argentina e os EUA desencadearam no país e o deslumbre com relação às viagens e aos países europeus. Viagens essas também exploradas nas charges com caricaturas de Lula, destacando o distanciamento da trajetória de esquerda e uma aproximação com a postura política de Fernando Henrique Cardoso.

A partir dessas considerações, o capítulo está dividido em três blocos, cada um deles referente a uma liderança política, e está separado em dois momentos: (a) a descrição da trajetória política, (b) análise das séries que foram identificadas a partir dos assuntos relacionados em torno da temática da Política e agrupados em categorias passíveis de serem identificadas como subtemas.

2.2. Fernando Henrique Cardoso



Fig. 16

Glauco, 1995.



Fig. 17

Angeli, 1998.



Fig. 18

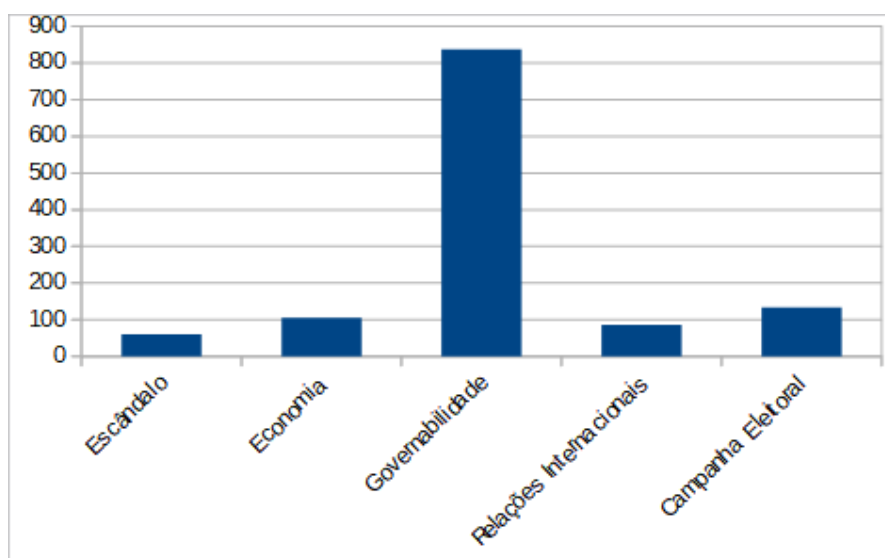
Jean Galvão, 2002.

Fernando Henrique Cardoso, o primeiro presidente eleito na década de 1990, teve uma trajetória política bastante atrelada à academia. Graduou-se na USP, em Ciências Sociais, onde foi assistente de Florestan Fernandes. Lá, concluiu seu doutorado e se tornou catedrático. No período da ditadura civil-militar, foi privado de seus direitos políticos e obrigado a exilar-se. Defendeu a criação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como um “partido para todos”, nos moldes do Partido Democrata dos EUA.

Candidato a senador e prefeito de São Paulo, em 1978 e 1985, respectivamente, foi derrotado em ambos os pleitos (contudo, conseguiu vaga de suplente de senador). De 1987 a 1988, foi senador constituinte. Ao lado de dissidentes do MDB de SP e do CE, fundou o PSDB, ainda em 1988. Como ministro do Itamaraty e da Fazenda, no governo de Itamar Franco foi o nome do Plano Real.

Nas eleições presidenciais de 1994, com o apoio da mídia, foi o candidato do governo. Para aumentar seu capital político, fez alianças com setores mais liberais, como o PFL. Essa aliança foi construída sob a justificativa de ser um setor liberal com sensibilidade social. Eleito, fez um discurso de despedida do Senado, em 14 de dezembro de 1994, e declarou: “[...] superar o legado da Era Vargas que ainda atravancava a economia”⁸¹. Em seu governo, articulou a emenda da reeleição e o segundo mandato foi caracterizado pela política de privatização – Privatização da Companhia Vale do Rio Doce, Privatização do Setor elétrico e Privatização das telecomunicações.

⁸¹ Discurso de Despedida do Senado Federal. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994/view> Acesso em: 30.08.2018

Gráfico 9: Subtemas governo Fernando Henrique Cardoso

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Tabela 4 – Quantidade de Charges por subtemas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso

Subtemas \ Anos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Escândalo	8	11	12	5	5	10	8	2	61
Economia	33	6	9	13	18	1	15	10	105
Governabilidade	68	196	179	112	143	39	72	28	837
Relações Internacionais	21	14	18	11	13	1	8	0	86
Campanha Eleitoral	0	31	32	47	7	2	8	7	134
Total:	130	258	250	188	186	53	111	47	1223

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

A principal temática das charges foi a governabilidade, com destaque para os anos de 1996 e 1997, mas é válido observar, ainda nesses anos, um alto número de charges com a temática da Campanha Eleitoral. A escolha dos chargistas por construir uma narrativa em torno das eleições ocorreu porque o que estava em jogo não era somente o mais alto cargo da República brasileira, mas também a aprovação da proposta de Emenda Constitucional para tornar legítima a reeleição e, consequentemente, possibilitar a manutenção de FHC no poder. A possibilidade da reeleição foi promulgada pela Emenda da Constituição nº 16, de 4 de junho de 1997.

O governo de FHC foi marcado por alterações nas características gráficas da disposição das charges. O jornal Folha de S. Paulo passou a utilizar cores⁸² nos desenhos gráficos de humor, mesmo que de forma esporádica. A primeira, abordando uma liderança política, publicada em 31.10.1997, de autoria de Angeli, permitiu clareza de detalhes, suavidade nos traços e certa permanência visual como documento histórico, já que as chances de publicações coloridas perderem a compreensão de seus traços devido aos borrões, próprios da cor sépia que solta do jornal, pareceu, ao longo da pesquisa, que deixou de ocorrer.

Entre 1998 e 2001 não houve publicações coloridas com caricaturas ou referência ao presidente em exercício, mas em 2002, no último ano de mandato de FHC, tornaram-se cada vez mais presentes.

As charges atuaram na perspectiva de denunciar as políticas neoliberais de FHC, com as crescentes privatizações, ausência de uma política pública voltada para as demandas sociais, mesmo com a identificação das reivindicações de grupos como o MST e a CUT. Além disso, as charges demonstraram o desejo de FHC de manter-se no poder, por meio de estruturas gráficas e comparações entre o governante e Deus, que se repetiram no governo Lula.

Outro elemento que ganhou bastante destaque correspondeu à presença e à força política que ACM e Sarney tiveram no governo de FHC, atrelado ao recurso de contraste, já descrito por Gombrich, como um dos arsenais do cartunista. Ainda sobre a presença dessas figuras, Angeli já direcionava o olhar para questionar a necessidade e os riscos das alianças políticas para a manutenção da liderança. Esse olhar esteve presente também nas charges publicadas durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

⁸² O uso de cores no jornal impresso é comum atualmente, mas mesmo depois das possibilidades tecnológicas, jornais como o New York Times hesitaram em aderir, pois faziam uma relação entre a tonalidade sépia e a seriedade do jornal. A introdução do uso de cores, no caso do jornal Folha de S. Paulo, foi gradual e, nos anos 80, como resultado de uma campanha política, utilizou-se uma faixa amarela abaixo do cabeçalho do jornal com o objetivo de incentivar a população a usar amarelo como apoio à campanha das Diretas Já. Foi, no início dos anos 90, precisamente em 30 de setembro de 1992, que, ao anunciar o Impeachment de Collor, o jornal optou por uma faixa vermelha com os dizeres “Viva a democracia” e fotos coloridas com a comemoração do Congresso e a saída do presidente. Em 1995, ocorreu a inauguração do Centro Tecnológico Gráfico, e o jornal passou a ter a maioria das páginas coloridas, o que organizou visualmente o jornal.

2.2.1. Escândalos no governo FHC

Nos oito anos de governo FHC alguns escândalos ocuparam as páginas da mídia impressa, assim como foram abordados na sessão de charges do jornal Folha de S. Paulo. Identificam-se nas charges, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, a representação de quatro casos presentes em sessenta e uma charges: “Caso Sivam”; “Pasta Rosa”; “Precatórios” e “Emenda da reeleição”.

O plano de fundo das charges que tematizaram o Escândalo era o gabinete presidencial, com Fernando Henrique caricaturado sozinho, em conversas telefônicas ou em reuniões com membros do governo ou opositores. Apenas no caso da “pasta Rosa” o gabinete foi trocado pelo banheiro, e com a chave cômica de nossa própria língua identificando “Pasta Rosa” com a pasta de dente cor de rosa e com sabor tutti-frutti.

Em 1995, dois foram os escândalos que ganharam destaque nos traços de Angeli e Glauco. O primeiro, no início da gestão de FHC, dizia respeito ao “Caso Sivam”. A visibilidade desse escândalo se deu a partir das denúncias feitas pela reportagem da revista “Isto é”, que apontava, por meio da transcrição de conversas telefônicas grampeadas entre o chefe do cerimonial da Presidência da República, embaixador Júlio César Gomes, e José Afonso Assumpção, dono da Líder Táxi Aéreo e representante da Raytheon no Brasil, um esquema de tráfico de influências no contrato para a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que favorecia a empresa norte-americana⁸³. O envolvimento do alto escalão do governo, expresso nas figuras do embaixador e do então ministro da Aeronáutica, brigadeiro Mauro Gandra, fragilizou a gestão FHC, principalmente porque provocou uma corrente de desconfiança nos vários escalões do governo⁸⁴.

Glauco e Angeli abordaram a questão do escândalo da Sivam com ênfase na proximidade dos envolvidos com a pessoa política do presidente e a representação

⁸³ Em 1996, o Partido dos Trabalhadores (PT) fez um pedido de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a questão. A CPI só foi instalada em 2001, e seu relatório não apontou culpados. O Sivam, mesmo em torno de muita polêmica, foi inaugurado em 2002, por FHC.

⁸⁴ Seis anos depois da denúncia, foi instalada uma CPI, mas ela não conseguiu realizar a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico do embaixador, além de ser considerada injustificável, já que nesse período o projeto Sivam já estava em fase de encerramento. A CPI foi encerrada com a alegação de insuficiência de provas materiais de corrupção.

de uma postura que desconhece ou finge desconhecer o caso, atrelado à inação de Fernando Henrique para resolver a disputa política em voga.



Fig. 19. Sem título (5).

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 22.11.1995.



Fig. 20. Grampos.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 26.11.1995.

O segundo escândalo, chargeado apenas por Glauco e explorado em menor número, correspondeu à “Pasta Rosa”⁸⁵, com a construção de uma narrativa de incapacidade, por parte de FHC e sua equipe, para utilizar o documento com o objetivo de diminuir e enfraquecer a presença e pressão política que Antônio Carlos Magalhães (ACM) estava exercendo no governo, e ainda a sujeição de FHC ao ACM.

Essa sujeição foi bastante caricaturada a partir da utilização da técnica de contraste, pontuado por Gombrich (1999) como um dos “arsenais” do cartunista. Mais do que explorar esse escândalo, os chargistas optaram por focar na questão em torno da influência política que ACM exercia no governo de FHC.



Fig. 21. Sem título (6).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 09.12.1995.



Fig.22. A vingança da pasta rosada.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 17.12.1995.

⁸⁵ Série de documentos que indicavam um sistema organizado de caixa 2, a partir da contribuição de cerca de 2,4 milhões de dólares do Banco Econômico para a eleição de 24 candidatos, na eleição de 1990.

Outro escândalo abordado nas charges foi o dos precatórios⁸⁶, que, mais uma vez, não ganhou destaque pelo escândalo em si, mas pela não criação de uma CPI para investigar o caso que dele resultou.

As charges abordam o tema em diálogo com a metáfora popular do “tudo acaba em pizza”⁸⁷, chamando a atenção para a questão da impunidade e propondo uma narrativa marcada pelo alívio de FHC com o desenrolar do escândalo e, consequentemente, colocando o presidente como o responsável pelo desfecho ou não desfecho do escândalo.



Fig. 23. Fernando, o romântico.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 18.03.1997.



Fig. 24. Homens de preto.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 11.10.1997.

Ainda em 1997, o escândalo sobre a compra de votos de parlamentares, para garantir a aprovação da Emenda Constitucional nº 16, conhecida como PEC da reeleição, foi pautado nas charges com FHC, longe de uma postura ética, “presenteando” os deputados Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL do Acre, que, segundo gravações telefônicas, teriam recebido duzentos milhões de reais para

⁸⁶ Emissão ilegal de títulos públicos inflada por meio da inclusão de precatórios falsos que vieram à tona no início de 1997, no começo da gestão Celso Pitta, na prefeitura de São Paulo, devido ao pagamento de títulos no Departamento de Estradas de Rodagem (Dner). Os beneficiados pela fraude pagavam 25% do valor desses precatórios para aqueles que comandavam o esquema, resultando em um prejuízo à União de cerca de R\$: 3 bilhões.

⁸⁷ Termo popularizado durante a crise política dos anos 90 para depor Fernando Collor da presidência do Brasil, contudo sua origem remete ao futebol, especificamente à crise do Palmeiras nos anos 60, em que os dirigentes do clube ficaram cerca de 15 horas em discussão para definir o futuro do time. Ao final da reunião, famintos, pediram 18 pizzas gigantes, e o jornalista Milton Peruzzi, presente na reunião, publicou, no dia seguinte, uma matéria com o título “Crise do Palmeiras termina em pizza”. O termo passou a ser utilizado em outros momentos e é aplicado em casos em que uma escolha não é efetuada.

votar a favor do projeto do governo. As charges que abordaram esse escândalo colocaram FHC no centro da operação de compra de votos.



Fig. 25. Mamãe Noel.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 27.12.1997.

Pode-se dizer que, ao parodiar os escândalos, chamando a atenção para dois pontos principais, como o envolvimento de FHC e de seus aliados no escândalo e a constante ação, do então presidente, em impedir qualquer apuração ou instauração de CPI, os chargistas indicam características de uma imagem de liderança submissa na relação com os aliados, e personalista, ao utilizar estratégias corruptas e a máquina pública para manter-se no poder.

2.2.2. A pauta econômica no governo FHC

No plano econômico, o governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato (1995 - 1998), foi pautado por uma lógica desestatizante, com um ciclo de abertura para o mercado externo e privatização da economia, atrelada à estabilização dos preços internos a partir de um regime de câmbio fixo e de elevação das taxas de juros. Como resultado, a dívida pública aumentava e os déficits comerciais também. “Para financiar os déficits, o governo aumentava ainda mais os juros, visando atrair capitais de curto prazo” (NASSIF, 2002).

Já o segundo mandato (1999 – 2002) caracterizou-se pela “dolarização” de 90% da dívida pública federal, com a desvalorização do real em um regime de câmbio

flutuante, um sistema de metas de inflação e o aumento da carga tributária. No último ano do governo de FHC, a dívida pública alcançava aproximadamente 50% do PIB.

Nas charges, o debate em torno das questões econômicas pode ser dividido em dois momentos – Alta e Baixo.

O primeiro, entre 1995 e 1997, representado pela alta do dólar, alta da inflação e alta do preço do petróleo, desenhando, literalmente, as dificuldades que estavam por vir. E, o segundo, entre 1998 e 2002, marcado pelo baixo crescimento econômico, pelo apagão e pelo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Tanto no momento de *Alta* quanto no de *Baixa*, as charges em torno da temática economia pode ser relacionada à alegoria do timoneiro: as questões econômicas, representadas pelo navio, e o timoneiro, pelo presidente da República.

A charge de Glauco, sintetiza essa representação e dialoga com a manchete da capa do jornal do dia anterior, que era sobre a alta do dólar. Nela o dólar é representado como um foguete sob o comando de FHC, que o destina para as camadas mais altas da estratosfera. A estrutura da alegoria do timoneiro responsabiliza FHC pelo descompasso econômico gerado pela alta do dólar.

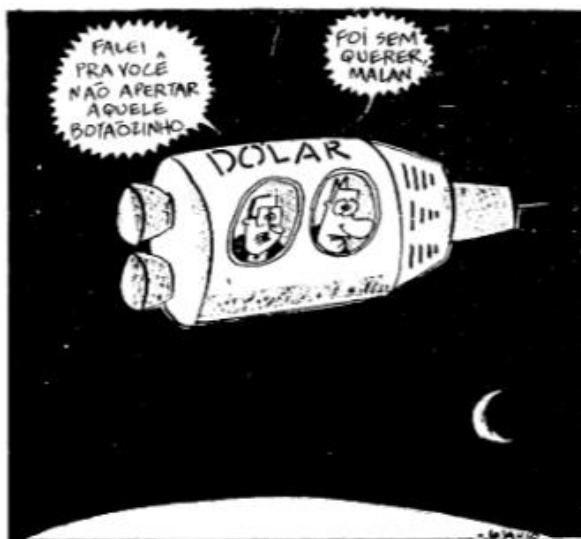


Fig. 26. Dólar.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 09.03.1995.



Fig. 27. Sem título (7).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 16.03.1995.

Não só como responsável pela alta do dólar foram pautadas as charges com caricaturas de FHC, mas também por sua incapacidade para alterar esse cenário. A Figura 27 condensa esse olhar, ao representá-lo em um cenário de âmbito privado, comprando remédios para dor de cabeça. Quando o farmacêutico lhe pergunta se

quer mais alguma coisa, ele diz: “Para a crise cambial? O que o senhor tem?”. Sua busca por uma solução farmacêutica para o problema, a imagem que está sendo afirmada é de desgoverno, em que, ao lado da incapacidade de governar, está a incerteza da escolha para a resolução da crise.

O segundo período foi marcado pela exploração, nas charges, da necessidade de diálogo entre FHC e o FMI.

Uma técnica bastante presente para representar a relação de FHC e o FMI correspondeu à do contraste, com um FHC diminuído e quase engolido pela cadeira que ocupava, pedindo um empréstimo devido aos efeitos que a crise econômica da Rússia gerou no país⁸⁸.



Fig. 28. Reunião com o FMI.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 05.09.1998.

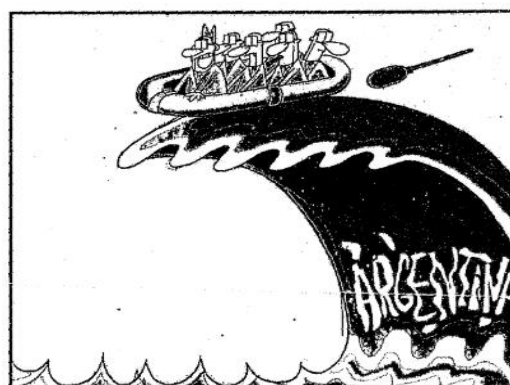


Fig. 29. Argentina.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 30.12.2001.

A série de charges em torno da dependência econômica do país com relação ao FMI se manteve até 2001, quando o Brasil caminhava para o encerramento do programa com o FMI. A conjuntura internacional (turbulências do mercado, o atentado de 11 de setembro e crise Argentina) influenciaram o governo de FHC a pedir um novo acordo e a realizar saques com valores elevados.

O desfecho proposto por Glauco (Fig. 29), também com a imagem do timoneiro, era que a dependência ao FMI faria com que o Brasil (barco governado/desgovernado por FHC) fosse sugado pela onda Argentina, com o destino da crise econômica.

⁸⁸ Esse acordo de ajuda financeira significou um empréstimo de US\$ 41,5 bilhões. Desse total, US\$ 18 bilhões foram recursos do próprio FMI, e outros US\$ 9 bilhões, do Bird (Banco Mundial) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), US\$ 4,5 bilhões de cada um desses organismos.

No período de alta, as charges que tematizavam as questões econômicas estavam em constante diálogo com aquelas que abordavam as relações internacionais entre Brasil, México e Estados Unidos, relacionando a saída da moeda americana com a ajuda que o Brasil despendeu ao México e uma certa subserviência ao presidente norte-americano. Essa subserviência foi explorada no período de baixa, na relação de FHC com o FMI.

2.2.3. Reeleição de FHC

A campanha para a reeleição de FHC começou antes da campanha eleitoral propriamente dita, pois foi preciso que ele conseguisse que o Senado aprovasse a Emenda Constitucional. Nas charges, a partir do segundo ano do primeiro mandato, Glauco e Angeli destacaram como todas as ações políticas, interesses e articulações de FHC estavam voltadas para esse objetivo, colocando-o, muitas vezes, não só como o grande articulista, mas como refém da reeleição.

Os chargistas utilizaram seus traços e espaço no jornal para denunciar a busca por votos favoráveis à emenda, representada em diálogos com os parlamentares, a partir de um “vale tudo” político e da utilização de estratégias como a compra de votos de parlamentares, que na charge “Nobre colega” é parodiada na troca de um carro “Monza”.



Fig. 30. Nobre colega.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 27.10.1996.

Em 1997, a corrida por apoio à Emenda Constitucional foi intensa. Naquele momento, aprovar a emenda significava estar na campanha. De acordo com Silva (2017), Antônio Carlos Magalhães, em declaração, no senado, afirmou que a liderança de FHC o tornava um forte candidato à reeleição.

Nas charges, FHC apareceu à frente da campanha, capaz de tudo para atingir seu objetivo e buscar novos votos, desde congelar os parlamentares no freezer para que, com a votação adiada, manteriam os votos favoráveis ao governo, até o uso de estratégias de um jogo de futebol americano, sinalizando uma atuação mais impositiva para garantir a consecução de seu objetivo (Fig. 31e 32).



Fig. 31. Sem título (8).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 11.01.1997.



Fig. 32. Sem título (9).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 16.01.1997.

A partir de 1998, com a emenda aprovada, a representação de FHC, nas charges, apareceu na disputa com os outros candidatos, principalmente Lula (PT) e Ciro Gomes (PPS).

Em período de campeonatos esportivos, os chargistas utilizam referências do futebol para abordar questões políticas e, em 1998, em plena Copa do Mundo de Futebol da França, não foi diferente. Glaucio igualou Lula e FHC com empate de salto alto e colocou os três candidatos como goleiros, aproximando as características, posturas e interesses de ocupar o poder daqueles que buscavam se apresentar como candidatos com diferentes projetos.

Angeli, mantendo o tom de denúncia, explorou o uso da máquina do Estado pelo então presidente, para ganhar a eleição.



Fig.33. Uso da máquina.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 27.02.1998.

FHC contou com a aliança dos três maiores partidos políticos do período (PSDB, PFL – atual DEM e PPB e com o apoio informal do PMDB) e foi eleito, em primeiro turno, com 53% dos votos.

A campanha de FHC nas charges foi marcada pela representação do escândalo político na aprovação da Emenda da reeleição, na utilização de elementos conjunturais como a Copa do Mundo, apresentando semelhanças entre os espetáculos e as disputas em jogo e, principalmente colocando os candidatos como semelhantes no plano político, em busca de interesses próprios, reforçando práticas patrimonialistas.

2.2.4. Governabilidade no governo de FHC

A temática da governabilidade, não só durante o mandato de Fernando Henrique, mas também de Lula e Dilma, foi a mais presente nas charges publicadas no jornal Folha de S. Paulo.

Para melhor organização e análise, o subtema governabilidade foi dividido em cinco blocos: Persona Política, Liderança, Alianças Políticas, Oposição e Sincretismo.

O bloco Persona Política é inspirado na proposição de Goffman (1983), em sua obra “A representação do eu na vida cotidiana”, na qual utiliza personas mais ou menos adequadas em um inventário subjetivo à disposição e em constante renovação.

A expressividade do indivíduo (e, portanto, sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a expressão que emite. A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a esses símbolos. Esta é a comunicação no sentido tradicional e estrito. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida (GOFFMAN, 1983, p. 12).

De forma semelhante, mas em sentido inverso ao que Goffman (1983) propôs, é possível questionar sobre quais são as personas atribuídas pelos chargistas aos atores políticos caricaturados. Se, por um lado, é possível entender que as charges dialogam com os acontecimentos vividos pela sociedade, por outro lado é impossível enquadrar as peças satíricas como mera ilustração desses mesmos acontecimentos.

É válido ressaltar que o chargista, ao figurar FHC, Lula e Dilma, não o faz como quer a fotografia; pelo contrário, atribui a eles uma gama de comportamentos, falas e signos, em suma, veste a figura pública com personas necessárias para comunicar sua ideia central imbuída de crítica. Dessa maneira, é imperioso identificar as personas mobilizadas pelo chargista, o que orbita tais escolhas e a forma como a alegoria dialoga com a imagem pública do ator político e, conseqüentemente, o debate em torno da representação da liderança por meio das charges.

Atribuir personas distintas à representação de um ator político significa abrir um caminho para sua categorização como liderança, pois a mudança de qualidade pode potencializar esse fenômeno e influenciar a formação do imaginário coletivo. Essa é a força da persona, sua presença mais ou menos emblemática nas mentes da opinião pública.

A série de Liderança correspondeu às charges que destacaram as qualidades ou defeitos, condutas e peculiaridades na relação com o líder político/ocupação de seu cargo público diretamente relacionado ao exercício de liderar, ou seja, com ações de direção e busca de resultados, para compreender que tipo de liderança pode ser identificadas nas charges sobre FHC, Lula e Dilma.

Aliança Política é a terceira série inserida na temática Governabilidade, comum na forma de coligação eleitoral, em que dois ou mais partidos se unem para aumentar sua base eleitoral, aumentarem seu tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), na captação de recursos e, assim, se apresentarem mais fortes na

disputa eleitoral. O resultado dessas alianças, quando vitoriosas, tem um preço, que geralmente é pago com a entrega de alguns cargos e funções públicas, sejam ministérios ou secretarias, e tem seus efeitos vinculados para além do jogo eleitoral, atrelando a possibilidade de governabilidade à realização de Alianças Políticas.

Oposição, quarta série em torno da temática da governabilidade, está relacionada, em contextos democráticos, à ideia de grupos contrários ao governo cujo papel é fiscalizar a administração, as atitudes do governante, catalisar as demandas e insatisfações da população, apontar os equívocos e apresentar melhores caminhos para a gestão do país.

Por fim, o último bloco corresponde à ideia de Sincretismo, próximo ao que Gombrich (1999) define como um dos elementos presentes no “arsenal” do cartunista de “Metáforas Naturais”, que seria o uso das cores que contrastam o claro e o escuro como símbolo do bem e do mal, relacionando-se com a reinterpretação dos elementos religiosos.

Nas charges com caricatura ou referência direta a FHC observa-se a construção da imagem de um presidente que se distanciava do seu passado, afastando-o da figura do acadêmico sociólogo, reflexo, em certa medida, da frase atribuída por empresários ao então presidente, “esqueçam o que escrevi”⁸⁹, além de políticas voltadas para um projeto neoliberal, em contradição com preocupações comuns à sociologia, como, por exemplo, a desigualdade social.

A imagem da relação entre FHC e seu *alter ego* foi bastante explorada. Sua caricatura como escritor de ficção e não mais como teórico acadêmico ou como a autodemissão, devido à impossibilidade de ser sociólogo e presidente ao mesmo tempo, sua resistência às suas próprias ideias de sociólogo, e uma forte infantilização, com dúvidas e dificuldades de agir sobre as demandas do jogo político, são exemplos de como a construção dessa *Persona* foram colocadas em cena.

⁸⁹Trecho que ganhou visibilidade, é reflexo da frase “*esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade hoje é outra,*” divulgada pela primeira vez na Folha de S. Paulo, em reportagem de João Carlos de Oliveira e Antônio Carlos Sedl, em 05.06.1993, durante um almoço entre empresários, no Restaurante Rubayar, na zona Sul de São Paulo, quando FHC ainda era Ministro da Fazenda do governo Itamar. Ainda polêmica, FHC nega a autoria da frase e, presentes no almoço indicam que o contexto era outro e que a frase fazia alusão à preocupação dos presentes com relação aos choques, pacotes e confiscos, já que se buscava a defesa do Plano Real sem confisco.



Fig. 34. Desemprego.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 04.05.1996.

Na série definida como Liderança percebe-se a alusão à crítica e à dificuldade do governante em dialogar e impor seus ideais e propostas, frente ao congresso, ao seu ministério e aliados. Fernando Henrique Cardoso foi caricaturado com atitudes contraditórias, na busca de trocas de favor e na dificuldade de estabelecer interlocuções dentro de seu próprio partido político, o que reforçou seu isolamento político.

Representado também a partir da alegoria do timoneiro, já explorada naquelas charges que tematizaram as questões econômicas, ao se repetir quando a pauta era governabilidade demonstrava quão desgovernado estava o veículo/governo/país com o Fernando Henrique Cardoso na direção.

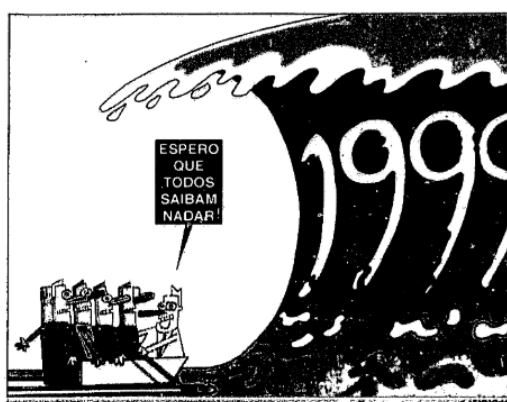


Fig. 35. 1999.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 28.12.1998.



Fig. 36. Brasil.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 13.09.2002.

A terceira série: Alianças Políticas, apresenta caricaturas de atores políticos que tiveram papel de destaque no governo e que acabaram, nas charges, por diminuir a atuação do presidente da República. Pode ser destacada a presença de

Antônio Carlos Magalhães ganhando cada vez mais espaço no governo e tornando FHC seu serviçal, questionando quem era de fato o presidente, além de José Sarney e Sérgio Motta.



Fig. 37. Sem título (10).

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 06.08.1995.



Fig. 38. Comida Baiana.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 16.08.1995.

Antônio Carlos Magalhães entrou na política em 1934, durante a Era Vargas, como deputado da Assembleia Constituinte. Desde aquela época, atuou de forma dúbia entre situação e oposição, dialogando e buscando articular-se com os diferentes regimes políticos e governantes, com o intuito de garantir a defesa de seus interesses e sua manutenção no poder.

No governo de FHC não foi diferente, apesar de, em um primeiro momento, aparecer como candidato, pelo PFL, à presidência da República, nas eleições de 1994. Seu baixo percentual nas pesquisas de intenção de voto e a possibilidade de vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva fizeram com que o PFL se articulasse com o PSDB, apoiando a candidatura de FHC e indicando o senador Marco Maciel, do PFL, como candidato à vice-presidência.

A aliança entre PSDB e PFL permitiram a ACM, eleito senador no estado da Bahia, uma crescente influência no governo FHC. Com a indicação de Raimundo Brito no Ministério de Minas e Energia e o veto com relação a Luís Carlos Bresser-Pereira para o Ministério das Relações Exteriores. Além da pressão na renegociação das dívidas dos cacauicultores, sua base principal base política⁹⁰.

⁹⁰ O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou o Banco do Brasil a renegociar 70 milhões de reais das dívidas sem limites de prazos ou juros mínimos.

No Senado, pressionou FHC com o objetivo de garantir os depósitos dos correntistas do Banco Econômico no processo de interferência do Estado a partir do Banco Central. Sem garantia do cumprimento da promessa por parte do presidente, ACM ameaçou entregar um dossiê com irregularidades do Banco Central no sistema financeiro, seguida de uma proposta, formulada por Daniel Dantas e endossada pelo PFL, que buscava a preservação do Banco Econômico da intervenção e uma possível estatização do banco pelo Estado da Bahia, com a desapropriação das ações de Ângelo Camões de Sá, controlador da instituição, mediante o pagamento simbólico de um real.

FHC aceitou a proposta de ACM sob a condição de garantias legais de que o banco poderia voltar a operar normalmente. Com o acordo, ACM deixou as ameaças ao Banco Central de lado. Entretanto, as negociações foram responsáveis por um desgaste na relação entre FHC e ACM, colocando em risco a votação de alguns projetos por parte da aprovação do PFL.

Foi exatamente essa relação de dependência a mais explorada nas charges com caricaturas e referências a FHC e ACM, principalmente por Angeli, no ano de 1995, invertendo quem exercia o papel de liderança e colocando ACM no centro das ações políticas.

O quarto bloco compõe as forças de oposição que, entre 1995 e 2002, corresponderam à figura de Lula e dos ruralistas.

Lula, derrotado nas duas eleições que disputou com FHC, simbolizava os ideais e valores opostos à política realizada pelo então presidente; entretanto, nas charges essa oposição aparecia enfraquecida, imóvel e incapaz de demonstrar uma força de resistência. Já a atuação dos ruralistas como oposição demarcou uma certa pressão ao governo de FHC.

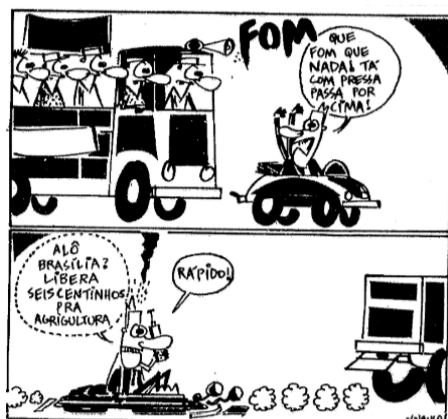


Fig. 39. Sem título (11).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
15.07.1995.



Fig. 40. Fernandão de Deus.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
05.10.1997.

Por fim, o último bloco da série sobre a governabilidade é composto das charges publicadas no segundo mandato do governo FHC, com a liderança sendo representada em torno de elementos místicos. De um lado, no diálogo com Deus, na busca por respostas e soluções do presidente por caminhos do sincretismo religioso, que não cabem na racionalidade política e, de outro lado aparece, metamorfoseado em um líder religioso, representante de Deus na Terra, ou ainda como o próprio Deus (fig. 40). Glaucio coloca em cena uma relação de subordinação do papa em relação a FHC. Ainda dentro desse simbolismo, o último ano de FHC foi marcado também por charges que demonstravam um desejo da liderança política em manter-se no poder, caricaturado pelo apego à faixa presidencial.

As questões em torno da governabilidade nas charges durante o governo de FHC reforçam características que não deveriam recair sobre a imagem de uma liderança política e demarcam um isolamento político e uma queda de popularidade, a partir de 1996.

Os blocos sobre a persona política, a liderança, as alianças políticas, a oposição e o sincretismo compuseram as questões em torno da temática da governabilidade. Esses blocos são os que mais elementos apresentam para responder às perguntas propostas neste estudo, sobre as principais características, tanto da liderança, quanto das relações políticas em voga.

2.2.5. Relações Internacionais no governo FHC

As charges que tematizam as Relações Internacionais, no governo de FHC, têm como tema central a dependência do Brasil na relação com os EUA, e abordam, também, questões em torno do Mercosul e a construção de uma política diplomática a partir das várias viagens de FHC por Londres, Genebra, China e Índia, além de ter recebido a visita de políticos da Arábia e do então presidente da África do Sul, Nelson Mandela.

A partir de 2001, após os atentados de 11 de setembro o Oriente Médio passou a ser tematizado nas charges sob a óptica do terrorismo.

No primeiro ano do governo FHC, a crise econômica do México⁹¹ e as ações políticas de FHC para ajudar esse país, seguidas dos efeitos dessa ajuda para a economia do Brasil, foram traçadas por Glauco, que, mais do que explorar a relação entre o Brasil e o México, chamou a atenção para a subserviência com relação aos EUA, principalmente devido à escolha política de FHC por estabelecer uma boa relação com os EUA, apesar da incapacidade econômica para fazer isso. O resultado foi a saída de capital e o desequilíbrio econômico no Brasil, como observado nas charges sobre Economia.

Os elementos da cultura mexicana, como as vestimentas, culinária e bebidas típicas, como a tequila, principal bebida da região, foram bastante explorados graficamente, assim como a desigualdade social, expressa no barril de madeira indicando a pobreza e lembrando a figura do personagem Chaves, da série de TV mexicana.

A crise do México, devido à influência na economia de países emergentes, principalmente da América Latina, com a desvalorização de títulos, ficou conhecida como “Efeito Tequila”.

⁹¹ A crise econômica no México estourou no final de 1994 e início de 1995. Com o peso atrelado ao dólar, houve um estímulo às importações e, com isso, ocorreu um déficit na balança de pagamento e a quebra de um considerável número de indústrias mexicanas. Como havia dependência dos capitais externos e voláteis, o fato de atrelar o peso ao dólar e emitir títulos públicos provocou o comprometimento das reservas cambiais.



Fig. 41. Sem título (12).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 29.01.1995.



Fig. 42. Sem título (13).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 30.01.1995.



Fig. 43. Todos os chapéus do presidente.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 01.02.1995.

A política neoliberal que estava em crise no México era, justamente, a proposta defendida por FHC para o Brasil. Na charge de Angeli, o “Efeito Tequila” (Fig. 46), há uma infestação de mexicanos, representando o modelo neoliberal, sugando todos os elementos possíveis do gabinete do presidente e, conseqüentemente, do país.



Fig. 44. Efeito Tequila.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 06.03.1995.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), criado em 1991, teve como objetivo estabelecer uma relação de livre comércio entre os países da América do Sul e ampliar a influência internacional do Brasil.

Durante o governo de FHC, a política externa brasileira objetivava o fortalecimento do MERCOSUL, maior projeção internacional e uma liderança do país na América do Sul.

Glauco, ao abordar as questões em torno do Mercosul, destacou a inversão do objetivo do acordo de livre comércio, devido às restrições econômicas impostas à Argentina e ao Paraguai.

O artista construiu uma série de charges tematizando a limitação da entrada de carros do país vizinho, nas quais FHC era caricaturado como se a restrição não houvesse abalado a relação entre os dois países, enquanto o então presidente da Argentina, Carlos Menem, era caricaturado enfurecido.

Essa crise durou até 1997, quando, em 27 de abril, os dois países assinaram um acordo e foi permitida a entrada, no Brasil, em condições favoráveis à Argentina, de uma frota de mais de 115 mil veículos produzidos na Argentina. Apesar desse acordo, na charge a pauta ainda eram as limitações de FHC ao país vizinho.



Fig. 45. Sem título (14).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
17.06.1995.



Fig. 46. Sem título (15).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
22.05.1995.

Outro tema presente na temática Relações Internacionais está nas charges sobre as viagens diplomáticas de FHC, com destaque, mais uma vez, para a relação de dependência com relação aos Estados Unidos, expressos, principalmente, nos diálogos com Clinton. Ao mesmo tempo, na visita do presidente norte-americano ao Brasil, os chargistas valorizaram a necessidade de FHC mostrar a força do Mercosul.

Também bastante presente foi o distanciamento do presidente da realidade política e social brasileira, na volta dessas viagens.

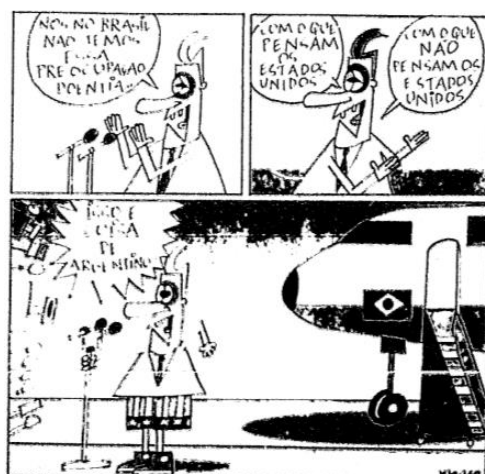


Fig. 47. Sem título (16).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 24.08.1997.

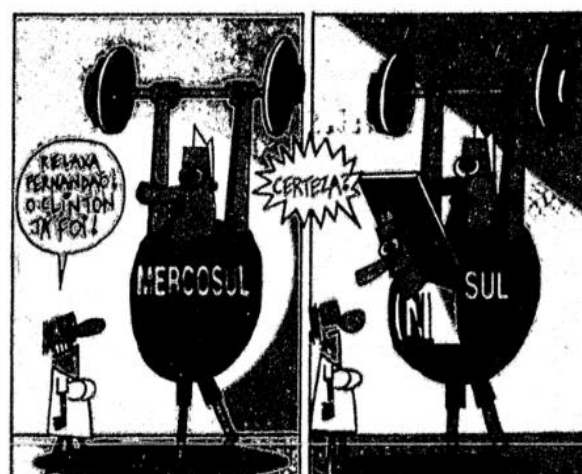


Fig. 48. Sem título (17).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 19.10.1997.

A liderança política de FHC, no âmbito das Relações Internacionais, assim como as charges que tematizaram as questões econômicas, chamaram a atenção para as questões em torno da subserviência com relação aos EUA.

Assim, as charges de Fernando Henrique Cardoso, durante seus dois mandatos, giraram principalmente em torno das relações políticas estabelecidas entre o presidente, seus ministros, aliados e a cúpula de seu governo. As charges exploraram, de um lado, como o governante cedeu aos interesses de seus “aliados” e sua incapacidade gerar uma resposta hábil para os projetos políticos do seu próprio governo e, por outro lado, destacaram a necessidade de fazer o jogo político das trocas, da compra de votos dos parlamentares e do uso de chantagem para aprovar sua agenda política.



Fig. 49. Dando e recebendo.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 01.12.1996.



Fig. 50. Sem título (18).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 17.01.1995.

Mesmo quando o debate na primeira página do jornal era sobre escândalos políticos ou sobre as questões econômicas, nas charges esses temas eram abordados em menor quantidade. O debate era narrado a partir da ótica da governabilidade com destaque ao personalismo político, ou seja, na responsabilidade constante do presidente como aquele capaz de construir as condições para exercer suas atribuições e reafirmar seus atributos pessoais e seus projetos políticos.

2.3. Luiz Inácio Lula da Silva



Fig.51
Angeli, 2004.



Fig. 52
Benett, 2010.



Fig. 53
Glauco, 2007.



Fig. 54
Jean, 2009.



Fig. 55
Montanaro, 2010.

Luiz Inácio Lula da Silva, segunda liderança observada neste trabalho, foi o primeiro presidente de origem operária do país. Tem sua trajetória política ligada ao movimento sindical. Líder e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, ficou conhecido pela greve dos metalúrgicos que resultou em sua prisão nos estertores do Regime Militar. Candidatou-se ao governo do Estado de São Paulo, mas foi derrotado por Franco Montoro. Também lutou pelas Diretas Já e foi o deputado constituinte mais votado.

Candidato a presidente da República em cinco pleitos, foi eleito, em 2002, com o discurso de expectativa: “A esperança venceu o medo” e a “Carta ao povo brasileiro”. Nesse documento, assumiu o compromisso de respeito aos contratos e obrigações do país. Em 2006 foi novamente eleito, e o slogan da campanha era “deixa o homem

trabalhar”, em um momento no qual o escândalo do mensalão⁹² ocupava as páginas dos jornais.

O primeiro governo de Lula foi marcado por uma crescente valorização na área social, cultural e educacional, com programas como o “bolsa-família” e a construção de universidades federais, mas também por escândalos de corrupção que envolviam a alta cúpula petista. Ainda assim, foi reeleito em 2006, em um contexto, no chamado primeiro mundo, de crise dos “subprimes”⁹³.

Como estratégia para a saída dessa crise, estimulou o crédito e o consumo. A imagem de Lula na política externa era bastante positiva, assim como o índice de aprovação de seu governo. Apesar do debate em torno de um possível terceiro mandato e da dificuldade de Lula em deixar o poder, temas estes bastante explorados nas charges, foi, nas eleições de 2010, sucedido por Dilma Rousseff, também candidata do PT.

Com possibilidade de vencer as eleições de 2018, pois, segundo pesquisas de intenção de votos estava em 1º lugar na disputa, viu-se envolvido em uma série de denúncias e acusações que ganharam forças sob a maestria do juiz Sérgio Moro, o que desencadeou sua prisão, em 7 de abril de 2018, condenado a 12 anos e um mês pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do “triplex do Guarujá”.

Em oito de novembro de 2019, pouco mais de um ano e meio após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido decretada, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que apenas condenados sem direito a recurso poderiam ser presos. Como resultado, Lula pôde deixar a prisão na Polícia Federal, em Curitiba. Em liberdade, o ex-presidente fez um discurso no qual questionava a atuação de parte do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Justiça e da Receita Federal, assim como do ex-juiz Sérgio Moro, e do ex-coordenador da força tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol.

No início de março de 2021, a defesa de Lula enviou, para o Supremo Tribunal Federal, documento contendo uma série de diálogos entre integrantes da “Lava Jato”, incluindo Deltan Dallagnol, preocupados com a fragilidade da acusação e com seus

⁹²Modo como ficou conhecido o escândalo de pagamentos a deputados para votarem de acordo com propostas do governo.

⁹³ Crise financeira iniciada em julho de 2007, nos EUA, a partir da queda do índice Dow Jones, devido à concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, que repercutiu em todo o mundo.

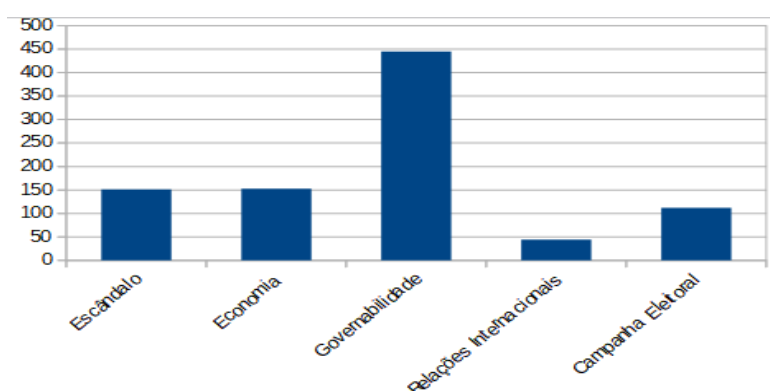
efeitos “públicos”. Em um dos trechos, o próprio Dallagnol indicava a dificuldade de se provar a tese que eles estavam construindo⁹⁴

Em 23 de março de 2021, a segunda turma do Supremo Tribunal Federal declarou, por 3 votos a 2, que o ex-juiz federal Sergio Moro agiu com parcialidade ao condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no caso do Triplex do Guarujá. Dessa forma, as provas colhidas foram anuladas e não podem ser usadas em um novo julgamento.

Apesar de as charges aqui analisadas corresponderem somente àquelas publicadas durante a vigência do mandato do presidente em exercício, identificou-se que Lula, a partir do processo de redemocratização do Brasil, foi a figura política mais caricaturada nas charges publicadas no jornal Folha de S. Paulo, inclusive bastante presente nos mandatos de FHC e Dilma. Entretanto, quando se compara a incidência nos respectivos mandatos dos três presidentes, o número de charges com caricatura ou referência direta ao Lula foi menor que as do FHC e maior que as de Dilma.

Os traços e características físicas de Lula podem ser elementos que contribuíram para o exercício da caricatura. Segundo Angeli⁹⁵, duas bolinhas e a ausência de pescoço era um tipo fácil de ser caricaturado, o que precisava ser pensado era como ornamentar esse tipo.

Gráfico 10: Subtemas governo Luiz Inácio Lula da Silva



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

⁹⁴ Diálogo mostra como MP utilizou denúncia “capenga” para obter condenação de Lula. Disponível em: www.conjur.com.br/2021-mar-02/dialogo-mostra-denuncia-capenga-serviu-condenar-lula Acesso em: 02.03.2021

⁹⁵ Angeli 25 hrs. Angeli Night & Day. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wm62uP2rPfg> Acesso em: 14.11.2018.

As charges, ao longo dos dois mandatos de Lula foram caracterizadas por destacar aquilo que o presidente em exercício gostaria de esconder. As questões em torno da governabilidade foram também as mais presentes, e elementos de uma liderança personalista e autoritária, mesmo que com uma estrutura de denúncia, foram identificados.

Tabela 5 – Quantidade de Charges por subtemas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Subtemas \ Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Escândalo	0	17	78	26	15	5	10	0	151
Economia	52	26	9	10	18	26	11	1	153
Governabilidade	70	77	69	54	31	39	52	53	445
Relações Internacionais	8	5	5	1	9	3	6	7	44
Campanha Eleitoral	0	3	6	50	0	4	16	33	112
Total:	130	128	167	141	73	77	95	94	905

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O ano de 2005 correspondeu àquele com maior número de charges com caricaturas ou referências ao então presidente Lula. Outrossim, quando comparado com os mandatos de FHC e Dilma, Lula foi o único que apresentou a temática escândalo se sobrepondo ao número de charges que abordaram as questões em torno da governabilidade.

Essa sobreposição de temas deveu-se ao fato de, em 2005, o próprio jornal Folha de S. Paulo ter publicado uma entrevista de Renata Lo Prete, editora da sessão Painel do jornal, com o deputado Roberto Jefferson, do PDT, que denunciou o pagamento mensal de 30 mil reais por mês, por parte do tesoureiro do PT a alguns deputados da base aliada, dando início ao chamado escândalo do “mensalão”.

Os dois anos que se seguiram ao escândalo do mensalão, 2007 e 2008 apresentaram um baixo índice de publicações de charges com referências ou caricaturas de Lula. A explicação para esses dados pode ser dada por meio da análise das charges de Angeli e de sua decepção com as práticas políticas de Lula e do PT, fazendo migrar seu olhar e traços mais para as questões em torno das instituições políticas que para a liderança política.

Por outro lado, observa-se, nos anos de 2009 e 2010, um aumento do número de charges, com destaque para as questões em torno da governabilidade e da campanha eleitoral, e uma crescente narrativa de um Lula que desejava o poder, que não queria deixar o governo e que, devido ao índice de aprovação, não conseguia conter o “superego”, sendo, muitas vezes, representado com um sincretismo religioso, como aquele em que se considera um Deus.

2.3.1. Escândalos no governo Lula

Quatro foram os casos de escândalos políticos explorados nas charges durante o governo Lula: (1) Waldomiro Diniz, (2) Correios, (3) Mensalão e (4) Alopados.

O primeiro escândalo referiu-se à denúncia, feita pela revista Época, em 13 de fevereiro de 2004, ligando Waldomiro Diniz, subchefe de assuntos parlamentares da casa civil, considerado um dos mais próximos assessores de José Dirceu, principal Ministro de Lula, à conversa com o empresário Carlinhos Cachoeira⁹⁶, e, que pedia propina para si e para o Partido dos Trabalhadores (PT). Em troca, prometia beneficiar o empresário em uma concorrência.

Ao tematizar esse escândalo, Glauco utilizou novamente a alegoria do timoneiro, com a metáfora do barco para representar o governo que, devido ao envolvimento no caso de corrupção, afunda.



Fig. 56. Sem título (19).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
05.02.2004.



Fig. 57. Cachoeiras.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
19.04.2004.

⁹⁶ Carlos Augusto Ramos, empresário brasileiro preso sob acusações de envolvimento no crime organizado e corrupção.

Transpondo para a imagem política das charges, o barco representa a coisa pública que (Fig. 56), sob o peso de José Dirceu, Ministro da Casa Civil, afunda em águas que mais parecem um mar de lamas. Ou, em queda de uma cachoeira muito íngreme (Fig. 57), tendo o Lula à frente do barco, cuja chave cômica está na relação entre a cachoeira que provoca a queda e o apelido do empresário envolvido no escândalo.

Glauco chama a atenção para os efeitos políticos do escândalo para o PT e para o governo, provavelmente imaginando nesse primeiro momento, que diferentemente dos escândalos da gestão FHC, não acabaria em pizza.

Todavia, dois meses depois, Glauco utilizou a metáfora da pizza para abordar a atuação do governo, liderado por Lula (Fig.58), barrou uma CPI no congresso e conseguiu impedir, naquele momento⁹⁷, uma investigação, protegendo a imagem de José Dirceu. O chargista pontuou ainda (Fig. 59) a escolha do governo por abafar o escândalo, tornando-o prioritário na agenda política, em relação ao programa de governo Fome Zero.



Fig. 58. Disk Pizza.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
07.03.2004.



Fig.59. Pizza Zero.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo,
12.03.2004.

A partir de então, o que se seguiu, na grande mídia, foi uma série de denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, enquanto nas charges o destaque era para as estratégias do governo para afastar qualquer ligação entre o então presidente e os casos de corrupção, o que denotava a busca pela proteção da imagem de Lula.

⁹⁷ O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro iniciou uma investigação sobre a atuação de Waldomiro durante o tempo em que presidiu a Loterj. A Assembleia Legislativa do Rio abriu uma CPI e a Polícia Federal abriu um inquérito para apurar crime eleitoral e relação com os chefes do jogo do bicho. Em 2012, a polícia do Rio de Janeiro condenou Waldomiro por fraude e corrupção.



Fig. 60. O homem na bolha.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 15.06.2004.



Fig. 61. O homem-bolha.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 23.07.2004.

Essa estratégia permaneceu por todo o mandato e foi questionada nas charges. Para Angeli, a problematização de suas charges, nesse período, era (Fig. 62) o crescente distanciamento de Lula da sua origem política, ao se envolver em casos de corrupção.



Fig. 62. Sem título (20).
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 31.05.2005.

O “Mensalão” ganhou visibilidade na grande mídia em junho de 2005, quando Roberto Jefferson (PTB), ao ser apontado como chefe do esquema de corrupção do correio, declarou que o PT pagava uma mesada para os parlamentares que votavam a favor do governo na Câmara. O escândalo do mensalão foi, dentre todos os escândalos tematizados nas charges, entre 1995 e 2016, o que mais teve caricaturas ou referências ao presidente em exercício.

O “arsenal” de Glauco, para abordar o caso Mensalão, não foi novo, e suas estratégias adotadas eram comuns às utilizadas para parodiar os escândalos durante o governo de FHC.

O contraste com a representação de um Lula diminuído frente ao seu adversário, o timoneiro de um barco desgovernado e a metáfora da pizza como desfecho do escândalo estiveram presentes.



Fig. 63. Mensalão.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 09.06.2005.



Fig. 64. CPI.
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 05.10.2005.



Fig. 65. Sem título (21).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 16.10.2005.

Mais uma vez, o mote da exploração dos escândalos nas charges correspondeu à ação dos assessores e da equipe política em busca de uma certa blindagem à imagem do presidente e à manutenção de uma narrativa sobre o desconhecimento de Lula quanto aos casos de corrupção.

2.3.2. A pauta econômica no governo Lula por meio das Charges

Nas eleições de 2002, a conjuntura econômica era de forte desvalorização da moeda brasileira, que chegou, no período, a corresponder a U\$:4,00, atrelado ao risco Brasil, que superava os 2.000 pontos⁹⁸. Essa desvalorização levou ao forte aumento, no mercado financeiro internacional, dos juros acessíveis ao país. O Brasil, nesse

⁹⁸Fonte do risco Brasil.

período, era o segundo maior devedor do Fundo Monetário Internacional (FMI), atrás apenas da Turquia.

Como estratégia econômica, Lula, em seu governo, optou por uma política de continuidade em relação às estratégias econômicas de FHC, manteve os acordos e preferiu a conciliação.

As relações entre Lula e o FMI foram bastante tematizadas por Glauco, que utilizou o que Gombrich (1999) chamou de “contraste”, representando Lula em um tamanho bastante inferior ao FMI, levando o olhar do leitor para a ausência de autonomia do presidente e a um desejo/necessidade dele por obediência.

Não foi só sob a óptica da política econômica, mas também na temática das relações internacionais que Glauco explorou o debate em torno do FMI. Por exemplo, em um diálogo com Fidel Castro, para chamar a atenção do distanciamento de Lula com relação à trajetória política quando, na condição de oposição, os discursos da esquerda clamavam “Fora FMI”.



Fig.66. Sem título (22).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 10.09.2003.



Fig.67. Sem título (23).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 22.09.2003.



Fig.68. Sem título (24).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 17.12.2003.

Como efeito dos acordos com FMI, o Brasil comprometeu-se em aumentar o superávit primário para 4,25% do PIB, o que correspondia, de acordo com Gonçalves (2005) a um corte de 14 bilhões de reais do orçamento.



Fig. 69. Sem título (25).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 06.02.2003.

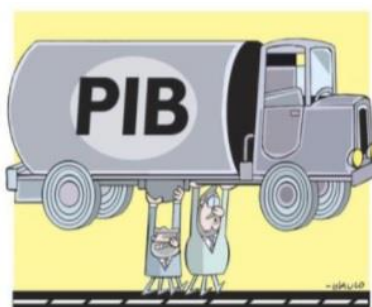


Fig. 70. Sem título (26).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 12.01.2003.

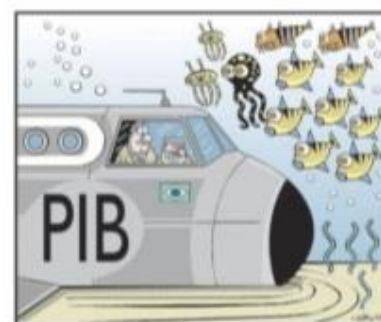


Fig. 71. Sem título (27).
Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 15.06.2003.

Outra questão bastante presente na temática econômica correspondeu ao valor do Produto Interno Bruto do país, o PIB. Ao representá-lo como um avião em plena queda (Fig. 69), ou como um caminhão (Fig. 70) que precisa ser carregado para poder andar, Glaucio, mais uma vez utiliza a alegoria do timoneiro e chama a atenção, não só para a incapacidade do governo na promoção de um desenvolvimento econômico, mas também para os efeitos que os acordos com o FMI desencadearam na economia brasileira.

Os chargistas também exploraram elementos que podem ser identificados com o que o Gombricht (1999) chamou de “animais” do arsenal do cartunista, não para caricaturar o presidente, mas para abordar as questões econômicas que ele deveria abordar. Como exemplo, a questão dos juros e a da inflação, que foram transformadas em grandes animais pré-históricos.

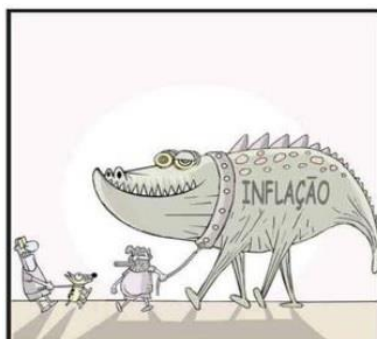


Fig. 72. Sem título (28).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 01.03.2003.



Fig. 73. Juros.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 20.06.2003.

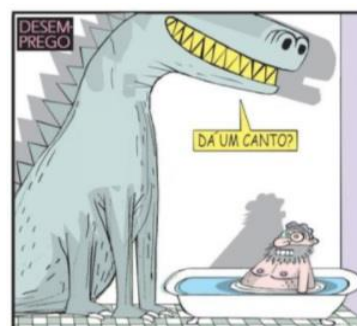


Fig. 74. Desemprego.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 28.07.2003.

Os efeitos do contraste representando o tamanho dos problemas a serem enfrentados, a grandiosidade dos animais destacando a dificuldade em solucionar as demandas apresentadas e a metáfora do timoneiro, para representar, na caricatura

do presidente, o desgoverno de suas ações frente às demandas econômicas, aludem à incapacidade de Lula para resolução das situações de âmbito econômico, ao mesmo tempo em que depositam na figura do presidente o enfrentamento direto dessas questões.

2.3.3. Reeleição de Lula

A pauta da reeleição de Lula começou em 2005. Abusando do desejo do então presidente em manter-se no poder, Jean (Fig. 75) utilizou a aproximação com o Natal e o tradicional envio de cartas com pedidos para o “Papai Noel” em estrutura de história em quadrinhos, com a chave cômica da surpresa, no desfecho da carta, que era um “santinho” eleitoral.

Bastante tematizados em 2006, e com estruturas já exploradas nas charges de FHC, foram o uso da máquina do estado para fazer campanha e o programa de governo Bolsa Família como estratégia eleitoral, além das dúvidas identitárias entre o candidato e o presidente em exercício (Fig. 76) os principais recursos utilizados para as incoerências em torno da temática da reeleição.



Fig. 75. Sem título (29).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 22.12.2005.



Fig. 76. Lula.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 18.01.2006.

Outras estruturas viriam a se repetir na campanha da reeleição de Dilma, em 2014, como a aproximação e a semelhança entre os candidatos em disputas e a análise dos debates entre candidatos, transmitidos nas emissoras de televisão. Quando representados sob a ótica dos chargistas, transformou-se em uma luta de boxe e em brigas de velho oeste. Ou, ainda, com a representação das pesquisas de

intenção de votos e a estrutura da corrida de cavalos, bem comum na forma como a mídia aborda a temática da campanha eleitoral.



Fig. 77. Sem título (30).

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 14.04.2006.



Fig. 78. Conversa com o presidente.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 16.01.2006.

A campanha eleitoral de 2006 apresentou uma série nova frente às campanhas de 1998 e 2014, ao problematizar não só a questão da corrupção atravessando a disputa eleitoral (Fig. 77), mas a decepção de Angeli com a candidatura de Lula e com o Partido dos Trabalhadores (Fig.78), reflexo do escândalo do mensalão e do histórico posicionamento do partido frente às questões éticas na política.

2.3.4. Governabilidade no governo Lula

Os cinco blocos descritos na análise das charges de FHC, em torno da temática da governabilidade, também puderam ser identificados durante o primeiro e o segundo mandato do governo Lula.

Na construção da Persona Política de Lula há, a partir dos traços, uma disputa entre a imagem e os discursos do líder político antes de assumir a presidência, em contraposição às suas atitudes no exercício do mais alto grau de poder em uma República.



Fig. 79. Sem título (31).

Fonte: Glauco, Folha de S. Paulo, 23.05.2003.

Foram temas para os chargistas o distanciamento dos ideais da esquerda, uma memória de luta política fragilizada, uma crise de identidade “impregnada” pelo poder, além da aproximação de Lula com o governo de FHC devido aos investimentos, no ano de 2004, em privatizações. Ou ainda, nesse perder-se de si mesmo e em atitudes que, na leitura dos chargistas, apresentam um viés autoritário, Lula foi representado como Stálin.



Fig. 80. Gabinete do Presidente.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 05.06.2003.



Fig. 81. No país das maravilhas.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 22.03.2003.

As caricaturas de Lula, que compuseram o segundo bloco analítico definido como Liderança, tiveram mais uma vez, em sua estrutura gráfica, referências ao timoneiro de Platão. Entretanto, o lugar que o timoneiro ocupou foi se alterando ao longo do governo.

No primeiro ano, diferentemente das caricaturas de FHC, Lula não era o piloto desgovernado em meio à tempestade, mas aquele que conduzia o seu veículo com clareza sobre o seu destino e pronto para enfrentar os desafios do caminho. Houve

um olhar resolutivo sobre Lula, que objetivava direcionar os projetos de seu governo com segurança em suas ações, principalmente nas charges sobre a condução da Reforma ou Contrarreforma da Previdência e da Reforma Tributária de Lula, em 2003. Contudo, as charges que se seguiram à aprovação da Reforma, salientaram a fragilidade de Lula e uma sinalização do jogo político que foi necessário ser feito para a aprovação dela.



Fig. 82. Reforma tributária.

Fonte: Glauco, Folha de S. Paulo, 04.09.2003.



Fig. 83. Reformas.

Fonte: Glauco, Folha de S. Paulo, 21.04.2003.

O olhar ativo sobre a condução da máquina do Estado ocorreu ao lado de um viés autoritário. Lula, nos anos subsequentes, quando a imagem do timoneiro esteve relacionada à questão em torno da governabilidade, foi caricaturado como motorista de um trator ou de um caminhão-tanque em direção ao povo e aos parlamentares contrários às suas propostas de governo.

Ainda, em torno da questão da liderança, os chargistas chamaram a atenção para os projetos de governo: Fome Zero, Bolsa Família e Luz Para Todos.

Quando Glauco opta pela narrativa da escolha do uso de uma kombi para levar alimento à população, chama a atenção, de um lado, para o despreparo do PT em administrar a máquina pública, e de outro lado, para um populismo na forma de atender às demandas da população.

E, de forma mais enfática que quando comparada às charges de FHC, o desejo de Lula em se manter no poder, em não deixar a faixa presidencial. Ao lado de uma atuação, na campanha eleitoral de 2010, para além do “padrinho político” e sim, como aquele que continuaria governando por meio de sua candidata, foram características que marcaram o bloco sobre a liderança de Lula.



Fig. 84. O caminho de volta.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 29.12.2010.

As charges de Angeli sintetizam essa representação, pois, utilizando elementos do grotesco, reforçam a ideia de permanência política em 2010 e de valorização da percepção de si.

Na charge “O caminho de volta” (Fig. 84), o autor faz uma paródia do conto “João e Maria”, dos irmãos Grimm, que iam jogando migalhas de pão para que pudessem encontrar o caminho de volta; porém quando resolvem voltar; percebem que as migalhas tinham sido comidas pelos pássaros e que estavam perdidos na floresta. Assim como no conto, os pássaros comem as migalhas, o que para Angeli poderia ser um indicativo de que, apesar do desejo de se manter no poder, o caminho não seria fácil.

Identificam-se como principais características das charges de Lula, além da exacerbação de autoidolatria e valorização de suas capacidades como governante, um Lula que se afasta da origem sindicalista e torna-se uma figura egocêntrica e com viés autoritário.

Inseridas no debate da Governabilidade estão as questões em torno das Alianças Políticas, e é válido ressaltar que os governos de Lula e Dilma estabeleceram a maior coalizão parlamentar da história do país, chegando a governar com dez partidos⁹⁹. O resultado foi, de um lado, o aumento do número de ministérios (de 24, no governo de FHC, para 35 no governo Lula e para 39 no governo Dilma) e, de outro, maior espaço frente à presidência de comissões no parlamento.

⁹⁹ Lula = PT; PL; PCdoB; PSB; PTB; PDT; PPS; PV; PMDB; PPPR e PRB (PPS e PV saíram com o Mensalão e PV retornou entre 2007 e 2009) Dilma = PT; PMDB; PCdoB; PSB; PRB; PDT; PTN; PSC; PR; PTC; PP; PROS; PSD e PTB (PTN, PSC e PTC saíram entre 2010 e 2011. PP entrou em 2012, PSB saiu em 2013, PROS, PSD e PTB entraram em 2014)

Quando as charges abordaram as questões em torno das Alianças Políticas, tiveram José Sarney como personagem principal, atrelado, a partir de 2004, ao aumento do espaço dado aos membros do PMDB, colocando Lula como refém desse partido, que, em conjunto com às questões em torno da corrupção, teve sua imagem cada vez mais diminuída frente ao seu papel de liderança.

Apesar de estar presente nas charges durante o governo FHC, foi entre 2004 e 2010 que José Sarney ganhou destaque e foi caricaturado ocupando o espaço do presidente.

Assim como ACM durante o governo FHC, José Sarney ocupou a cena política no governo Lula e foi representado como liderança política cuja influência ora determinava algumas ações políticas do presidente, ora misturava-se com o governante na divisão do espaço do poder.

José Sarney nasceu em 1930, no Maranhão, e construiu sua trajetória política mantendo-se ao lado daqueles que estavam no poder. Em 1954, foi eleito como suplente de deputado federal, ligado aos privilegiados do Estado Novo. Em 1959, rompeu com o PDS e ingressou na União Democrática Nacional (UDN), vinculado ao Jânio Quadros.

Apoiou o movimento de 1964, que deu origem ao Regime Militar e, com amparo de Castelo Branco, tornou-se governador do Maranhão. Em 1970, como senador, apoiou a proposta de distensão política do governo Geisel, mas com uma proposta vinculada ao desenvolvimento econômico. Foi nomeado por Figueiredo para percorrer o nordeste brasileiro e pesquisar sobre a demanda da população no processo de reforma eleitoral. No processo de redemocratização esteve ao lado de Tancredo Neves e, devido ao falecimento dele, assumiu a presidência da República pelo PMDB, com desafios políticos e econômicos.

Apenas durante o governo de Fernando Collor, Sarney distanciou-se daquele que ocupava o cargo de presidente do país, atuando inclusive na articulação do impeachment. Já nas eleições de 1994 e 1997, Sarney colocou-se favorável à candidatura de FHC e, em 2002 e 2006, ao mandato de Lula.

Como presidente do Senado, buscou uma congregação de forças em torno do significado político de seu nome e de sua trajetória. O apoio ao mandato de Lula estava ligado à manutenção da presidência do Senado para o PMDB, seguido da garantia da eleição de um candidato petista para a presidência da Câmara. O resultado foi a crescente influência do PMDB no governo.



Fig. 85. Arquitetura e política.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 23.08.2005.



Fig. 86. Sem título (32).

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 06.06.2003.

Essa influência foi bastante explorada e caracterizada por dois pontos principais: o primeiro deles problematiza o distanciamento do governo petista de sua base aliada para a efetivação do jogo político de troca de favores e aumento do espaço dado ao PMDB, e o segundo é marcado pela diminuição da força política de Lula como liderança política.

Poucas foram as charges que abordaram a questão da *oposição* ao governo Lula. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terras e a chamada ala radical do PT foram caricaturados como forças oposicionistas. É válido lembrar que eles foram representados como oposição, contudo correspondiam à base política de Lula. Foi exatamente o debate em torno da base de Lula ter sido o principal elemento de oposição e pressão na exigência com relação à Reforma Agrária o foco dos traços dos chargistas.

Fig. 87. Sem título (33).



Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 18.09.2003.

Fig. 88. Radicais.



Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 01.05.2003.

A partir de 2003, parlamentares que, mais tarde, inconformados com os casos de corrupção envolvendo o PT, se tornaram ex-membros do partido, foram caricaturados no exercício do papel de oposição e representados no desejo de Lula em exterminá-los.

Oposição e Aliança Política passaram a ser exploradas por Angeli como parte de uma mesma série. O chargista fez uso das características do grotesco, chamou a atenção para o significado dos novos aliados que foram metamorfoseados como uma gosma disforme em direção ao Palácio do Planalto, como monstros prontos para devorar Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu, como erva daninha, na paródia do filme Jardineiro Fiel. Diferentes formas do grotesco foram usadas para representar os principais atores políticos antagônicos ao governo Lula.



Fig. 89. A gosma assassina.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 16.02.2004.



Fig. 90. O jardineiro fiel.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 12.09.2005.

Por fim, o Simbolismo Religioso Cristão esteve presente nas representações gráficas de Lula, desde sua aliança com o mercado metamorfoseado de Diabo, passando por uma imagem profética que levaria o povo a um mundo de marmitas, ou sendo exorcizado pelos tucanos, que não o queriam na presidência, até, na relação de percepção de si, como o próprio Deus.



Fig. 91. Pacto com o mercado.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 04.04.2006.



Fig. 92. O amanhecer dos deuses.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 27.06.2006.

A representação da liderança de Lula deu-se no distanciamento de sua identidade política, com alianças que o tornaram refém de suas escolhas, muitas vezes compactuando com o diabo, impregnado por práticas políticas e em prol da manutenção do poder.

Ao observar as charges em diálogo com a leitura de Gombrich (1999), pode-se dizer que Angeli explorou as “metáforas naturais” a partir da dualidade entre o sagrado e o profano, ora representando Lula como o próprio diabo, ora em diálogo com o mercado metamorfoseado em diabo. No fim do segundo mandato, ao chamar a atenção para o alter ego de Lula, o chargista representa-o como Deus.

Autoritarismo, desejo de poder e características do grotesco foram os principais recursos utilizados em torno das questões da governabilidade.

2.3.5. Relações Internacionais no governo Luiz Inácio Lula da Silva

O distanciamento de Lula de sua origem política e a aproximação com as práticas políticas de FHC foram, mais uma vez, destacados no âmbito das Relações Internacionais, atrelados a uma narrativa sobre inutilidade política e diplomática das viagens de Lula. A relação com os EUA, o MERCOSUL e as viagens também foram tematizadas nas charges com caricaturas ou referência direta ao presidente.



Fig. 93. Sem título (34).

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 12.04.2003.



Fig. 94. As viagens de Lula.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 12.07.2003.

As relações entre Brasil e Argentina, com Lula e Kirchner, foi bastante distinta, se comparada à relação de FHC e Menem, uma vez que, de acordo com Florêncio (2015), foram marcadas por uma confluência de políticas intervencionistas. Entretanto, nas charges o que aparece é a imposição de barreiras, agora por parte da Argentina.



Fig.95. Sem título (34).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 15.07.2004.



Fig. 96. Encontros inesquecíveis.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 16.01.2008.

Já, a relação entre Brasil e EUA é representada como cada vez mais amigável, colocando-se novamente em pauta o distanciamento da origem política de Lula e de seu discurso antes de assumir o poder.

Nessa mesma linha, são caricaturadas as relações políticas entre Lula e Fidel Castro (Fig. 96). Na paródia do encontro entre os dois governantes, Fidel, enfermo e de cama, pergunta: “Me conta, como anda a ‘direita’ brasileira?”. Lula, sorridente, responde: “Está ótima, casei-me com ela.”, demonstrando a mudança na diretriz política do governante brasileiro.

A partir da identificação dos principais temas, observa-se, na representação de Lula nas charges, três grandes blocos, cujo fio condutor correspondeu às questões em torno da governabilidade, a partir do distanciamento de Lula de seus ideais, trajetória e base política.

O primeiro bloco, caracterizado pelas viagens do presidente e uma aproximação com o estilo de governo de Fernando Henrique Cardoso; o segundo, pelo viés autoritário e pelo desejo de censurar a oposição e as charges; e, o terceiro, pelo desejo de poder e pela dificuldade de finalizar o segundo mandato.

Em 2003, por exemplo, as viagens de Lula foram abordadas em questões que dialogavam com temas como a oposição ao governo, as relações econômicas e as dificuldades e demandas em torno da realização de reformas.

2.4. Dilma Vana Rousseff



Fig. 97
Angeli, 2013.



Fig. 98
Benett, 2011.



Fig. 99
Jean, 2011.



Fig. 100
Montanaro, 2011.

Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, eleita em 2010 e reeleita em 2014, nunca tinha concorrido a uma eleição e era, em geral, desconhecida do povo brasileiro. Foi durante o governo do ex-presidente Lula, como ministra de Minas e Energia e ministra da Casa Civil do Planejamento, e depois da saída de Dirceu do

governo, que passou a aparecer publicamente vinculada ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)¹⁰⁰.

Foi no contexto da ditadura civil-militar que, aos 16 anos, Dilma passou a se interessar pela política. Resistiu contra o autoritarismo do Estado, foi presa e torturada. Ao lado de Leonel Brizola, nos anos 1970 fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, em 2001, passou a integrar o PT.

Em 2011, assumiu a presidência do país, com a ajuda do apadrinhamento político de Lula. Em seu primeiro governo, demitiu ministros envolvidos em corrupção, o que lhe garantiu, no início do seu mandato, um alto índice de aprovação. A partir de 2013, com as manifestações de junho¹⁰¹, sua aceitação popular começou a mudar. Nesse contexto, a partir de delações premiadas de empreiteiros, políticos e executivos da Petrobras, deflagrou-se um esquema de pagamentos de propinas para financiar as campanhas políticas da petista. Apesar de Dilma e o partido negarem as acusações e de não haver nenhuma investigação diretamente relacionada a ela, seu governo foi desestabilizado, e a disputa da eleição em 2014 bastante acirrada.

A pequena diferença entre os números de votos¹⁰², no segundo turno da eleição de 2014, entre Dilma (PT) e Aécio Neves (PSDB), já indicava certa dificuldade no âmbito da governabilidade.

A ascensão dos grupos conservadores, a intensificação do uso das redes sociais para mobilização nacional e a proliferação de um discurso de ódio e medo foram de suma importância para que o movimento favorável ao impeachment ganhasse forças.

As consequências para o governo Dilma, em linhas gerais, corresponderam ao desmembramento de sua base aliada, incluindo o PSB e o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB hoje apenas MDB), seguido, de um lado, por uma série de derrotas no Congresso, frente à agenda do governo “orquestrado” pelo então

¹⁰⁰ Programa do Governo Federal brasileiro lançado em 2007, com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do país por meio de investimento e planejamento, para os quatro anos seguintes, na área de infraestrutura.

¹⁰¹ Série de manifestações populares que ocorreram em junho de 2013 em várias regiões do país. Originárias de um movimento de redução do preço da passagem de ônibus, em São Paulo, foram aos poucos ganhando novas pautas e transformando-se, naquele momento, na maior série de manifestações populares desde o impeachment de Collor.

¹⁰² Dilma venceu com 51,64% dos votos (54.501.118), e Aécio teve 48,36% (51.041.155 votos). Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html> Acesso em: 12.11.2019

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha¹⁰³, e de outro lado pelo fortalecimento de Temer como aquele capaz de “resolver” os problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil.

Mais de trinta pedidos de impeachment foram feitos. Eduardo Cunha aprovou o pedido de impeachment formulado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior, no mesmo dia em que Sibá Machado¹⁰⁴ anunciou voto favorável à cassação de Cunha¹⁰⁵ no Conselho de Ética da Câmara.

A votação do pedido de impeachment por atos ilícitos na gestão orçamentária, marcada por falas e atuações de deputados federais favoráveis e contrários, foi transmitida ao vivo, durante horas, pela emissora Rede Globo de televisão. O resultado da votação, levado ao Senado, foi aprovado sob a presidência de Renan Calheiros, após a relatoria de Antônio Anastasia (PSDB) e defesa do Procurador-Geral da República José Eduardo Cardozo, seguido dos discursos acalorados dos senadores. Dilma foi condenada à perda de seu mandato sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade fiscal.¹⁰⁶

¹⁰³ Eduardo Cunha (PMDB – RJ), formado em economia, atuou na campanha para governadores de Eliseu Resende (PDS) em MG e de Moreira Franco (PMDB) no Rio de Janeiro. Em 1989, filiou-se ao PRN e atuou como tesoureiro na campanha eleitoral à presidência da República de Fernando Collor de Melo. No governo de Collor, presidiu a Telerj. Durante o governo Collor, seu nome foi vinculado ao escândalo do PC Farias. Exonerado do cargo, atuou como profissional liberal e, na Rádio Gospel, em 1998, lançou-se candidato a Deputado Estadual pelo Partido Progressista (PP) e obteve a suplência. Em 1999, durante a gestão do governador Anthony Garotinho, foi presidente da Companhia Estadual de Habitação (Cenab). Em 2002, com grande visibilidade no rádio e com o apoio de Garotinho, candidatou-se a Deputado Federal. Foi eleito e migrou para o PMDB. Foi reeleito em 2006, 2010 e 2014. Durante a campanha eleitoral de 2010, Cunha fez campanha entre os evangélicos em prol da candidatura de Dilma Rousseff; entretanto, durante o governo Dilma e da consequente diminuição do número de ministérios para o PMDB, passou a liderar o bloco de oito partidos que pressionavam o governo em troca de cargos. Eleito presidente da Câmara dos Deputados, em 2015, aprovou o Impeachment.

¹⁰⁴ Sebastião Machado Oliveira construiu sua carreira política no estado do Acre. Filiado ao PT desde 1986, foi responsável pela construção do partido na região. Eleito Deputado Estadual em 1998, no ano seguinte foi nomeado Secretário de Extensão Rural e Garantia de Produção e, em 2002, como suplente da Senadora Marina Silva, que, ao ser nomeada Ministra do Meio Ambiente, fez com que ele exercesse o mandato. Em 2010 e 2014 foi eleito Deputado Federal. Já em 2018, concorreu às eleições para Deputado Federal, mas não foi eleito.

¹⁰⁵ Eduardo Cunha (PMDB) sofreu um processo de cassação após acusação de omissão na declaração de contas na Suíça e participação em Trust. O processo durou 11 meses, o mais longo processo da Câmara. Foram 450 votos favoráveis para a perda do mandato e 10 votos contrários. Em março de 2020, durante a pandemia do novo coronavírus, o ex-deputado obteve prisão domiciliar, concedida pela juíza federal Gabriela Hardt, sob a justificativa de se encaixar nos requisitos da Resolução 62/2020 do Conselho Nacional de justiça, posto que Cunha é idoso e estava preso preventivamente há mais de 90 dias por crimes praticados sem o uso da violência ou ameaças, e porque apresentava problemas de saúde.

¹⁰⁶ Essa tese considera o impeachment de Dilma Rousseff como um golpe parlamentar que teve em Temer o principal articulador do processo ao lado da mídia.

Como já apresentado, Dilma Rousseff foi a liderança política menos caricaturada. Como hipóteses para justificar esse dado é possível identificar, em um primeiro momento, dois elementos: (a) questões de gênero, porque Dilma foi a primeira uma mulher a ocupar o mais alto cargo de uma República e porque poucas foram as mulheres caricaturadas como protagonistas nas charges publicadas no jornal Folha de S. Paulo; (b) o elemento novidade, uma vez que seus traços e características eram desconhecidos do grande público – esse desconhecimento se manteve mesmo com a campanha eleitoral, posto que ela foi resultado de uma eleição marcada pela presença do ex-presidente Lula, seu “padrinho político”. Assim, esses seriam os elementos responsáveis pela escolha dos artistas ao produzirem pouca expressão gráfica referente a ela, nos dois primeiros anos de seu mandato.

Frente a isso, a questão que surge é: há dificuldade em representar a mulher em um contexto de desenho gráfico de humor? Contrariando essa posição, Jean Galvão¹⁰⁷ afirma que não havia dificuldade em caricaturar Dilma por ela ser mulher, até porque, para ele, a caricatura na charge é quase icônica, diferente da caricatura clássica, que se atém aos detalhes visuais.

Mesmo com um crescente número de charges com caricaturas ou referências a Dilma, entre 2013 e 2016, devido, em grande medida, às dinâmicas conjunturais, à campanha eleitoral e ao desgaste de seu governo, a produção de desenhos gráficos referentes a ela se manteve baixa, em comparação com a referente aos dois outros presidentes.

Quando questionados sobre esse fato, os chargistas¹⁰⁸ que publicaram suas charges nesse período, responderam que esse índice foi reflexo de uma intenção dos artistas que, em um contexto de grandes ataques midiáticos à Dilma, não produziram charges que poderiam colaborar com a dinâmica de ataques, por parte de um grupo, e optaram, assim, a se dedicar a outros personagens do jogo político, como os parlamentares e ministros.

Laerte, por exemplo, afirma que, devido à agressividade geral e massacrante que a Dilma sofreu, preferiu optar por não se juntar a essa tendência. Inclusive porque não concordava com a natureza desse massacre. Segundo ela, “[...] *tratava-se de um movimento aliado ao golpe que se produziu em 2016 e que já era visível desde*

¹⁰⁷ Entrevista realizada em 05.12.2018. São Paulo – SP.

¹⁰⁸ Entrevistas realizadas em maio de 2018 com Laerte, Jean Galvão e Bennet.

2015¹⁰⁹”. Laerte não se considera “dilmista”, mas afirma que o espaço para criticar o seu governo deveria ser ocupado pela necessidade de denunciar a armação do golpe. E acrescenta que o fato de não se considerar uma boa caricaturista a faz, em geral, evitar entrar nessa área, pois fica sempre insatisfeita com os resultados. Na maioria de seus desenhos, não representa pessoas conhecidas, ainda que se refiram a situações e instituições que são do conhecimento do leitor.

Por outro lado, Benett, aquele que mais caricaturou Dilma, e afirma¹¹⁰ que isso ocorreu por dois motivos principais. O primeiro deles, o fato de que ela era a pessoa que ocupava o mais alto grau da República, e presidentes, geralmente, são os primeiros a virarem personagens das charges, salvo aqueles, vale dizer, que têm uma eminência parda em sua órbita, como PC Farias com o Collor ou o Cunha em relação ao Temer. O segundo motivo advém do resultado do que o chargista avaliou como complexidade da situação da então presidente Dilma, que era labiríntica desde o primeiro mandato. Havia, portanto, mesmo em um contexto de relativa estabilidade na política e na economia, duas sombras que conspiravam contra ela nos bastidores, a do vice Michel Temer e a de seu antecessor, Lula, que, por aqueles tempos, tinha uma opinião dúbia a respeito da presidente, complementa Benett.

Dilma, na avaliação do chargista¹¹¹, debatia-se para impor-se como uma pessoa diferente do seu “padrinho político” ou de seu vice Michel Temer. Ela conseguiu se tornar independente do Lula e foi se afastando de Temer, até que o segundo, incitado por outras forças políticas, começou a conspirar no poder.

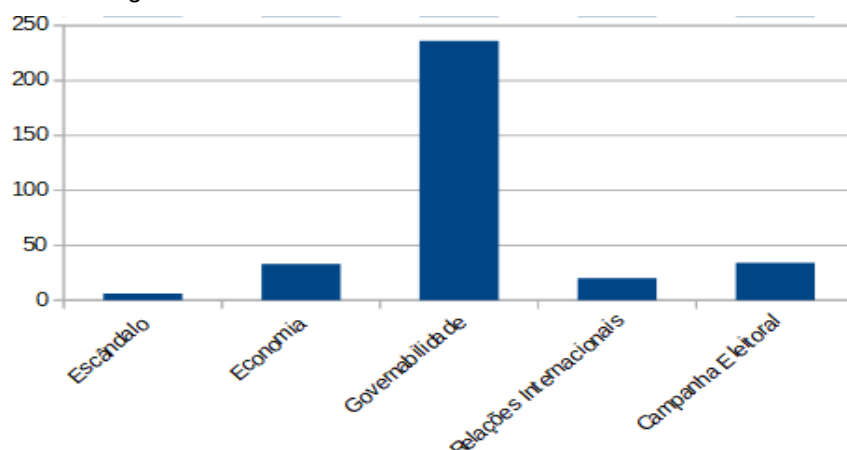
Benett considera-se fascinado por Dilma, não como ator político, mas como um ser humano carregado de fragilidades e defeitos em um lugar de poder no qual deveria parecer forte e inabalável. “Queriam que ela sorrisse quando ela não queria sorrir.”¹¹² Esses elementos, atrelados à força proveniente da sua personalidade e da sua história, fizeram com que ela fosse uma personagem muito interessante e, por isso, objeto de seus traços.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 21.05.2018. São Paulo – SP.

¹¹⁰ Entrevista realizada em 16.05.2018. Curitiba – PR.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Idem*.

Gráfico 11: Subtemas governo Dilma Rousseff

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Tabela 6 – Quantidade de Charges por subtemas durante o governo Dilma Rousseff

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total:
Escândalo	3	0	0	4	0	0	7
Economia	8	3	7	2	10	3	33
Governabilidade	33	23	37	36	76	32	236
Relações Internacionais	9	2	8	1	0	0	20
Campanha Eleitoral	0	3	6	25	0	0	34
Total:	53	31	58	68	86	34	330

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

No governo Dilma Rousseff, apesar da agenda da mídia, tanto escrita quanto nos telejornais, ter tido uma posição política contrária ao governo, ao Partido dos Trabalhadores e a todas as medidas propostas por ela, destacando-se as grandes repercussões dadas das manifestações contra o governo realizadas a partir de 2015, por parte da Globo, que na cobertura das manifestações conclamava a população a aderir à grande imprensa, quanto às questões relacionadas à corrupção, poucas foram as charges que relacionaram sua imagem a esse tema.

Os chargistas dedicaram seus traços às questões em torno da governabilidade, das formas e estratégias escolhidas para articular-se politicamente e das decisões e escolhas que a governante precisava tomar em torno de suas competências.

2.4.1. Escândalo no governo Dilma Rousseff

Três foram os escândalos presentes durante o governo Dilma Rousseff. O primeiro deles, em 2011, conhecido como “Faxina de Dilma”, frente às acusações de corrupção por enriquecimento ilícito por parte de seis de seus ministros¹¹³.

Rousseff reagiu de forma enérgica, e a narrativa a apontou como grande responsável pela “faxina ética” contra a corrupção, e recebeu uma aprovação de 59% da população no fim de seu mandato, maior inclusive que o de seu padrinho político, que finalizou seu primeiro mandato com 52% de aprovação.

No entanto, o principal escândalo do governo Dilma Rousseff correspondeu à chamada “Operação Lava Jato”, que começou a investigar um esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e políticos. Dentro da operação apareceram supostas irregularidades na compra pela Petrobras da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006, época em que Dilma Rousseff era ministra de Minas e Energia do governo Lula e presidente do Conselho Administrativo da empresa.

O primeiro desdobramento político desse escândalo foi o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Foram criadas duas CPIs (uma mista e uma só do Senado). Depois de dois meses de investigação, o relatório do deputado Marco Maia (PT-RS) foi aprovado, e cinquenta e duas pessoas foram indiciadas, entre elas Paulo Roberto Costa¹¹⁴ e Alberto Youssef¹¹⁵, ao lado do reconhecimento de um prejuízo de quinhentos e sessenta e um milhões de dólares pela compra da refinaria (na época equivalente a um bilhão e novecentos milhões de reais). Costa e Youssef tiveram suas penas reduzidas frente ao acordo de delação premiada.

Os escândalos e as questões em torno da corrupção tiveram destaque na imprensa, inclusive nas páginas do jornal Folha de S. Paulo; entretanto, nas charges desse mesmo jornal, apesar de presentes, foram poucas aquelas que direcionaram o

¹¹³ Antonio Palocci (Casa Civil), Alfredo Nascimento (Transportes), Nelson Jobin (Defesa), Wagner Rossi (Agricultura), Orlando Silva (Esportes) e Carlos Lupo (Trabalho).

¹¹⁴ Funcionário de carreira da Petrobrás, concursado em 1977, diretor da Gaspetro no governo de FHC e de abastecimento no governo Lula, na delação afirmou ter usado o cargo para consolidar um esquema de corrupção entre estatal, empreiteiros e políticos.

¹¹⁵ Empresário e doleiro, já tinha tido seu nome vinculado ao escândalo do Banestado e foi condenado no caso da Lava Jato. Atualmente está em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica.

tema à figura de Dilma. Foi o primeiro momento, desde o começo desta análise, que as charges com temática política não centralizaram as atenções na figura do/a presidente/a em exercício, colocando os parlamentares e as instituições políticas como figuras centrais quando o assunto era corrupção. Tal fato contrariava, nesse primeiro momento, a lógica personalista da representação política brasileira.

Isso não quer dizer que não existiram charges representando Dilma Rousseff em situações que aludem ao imaginário do escândalo de corrupção; o que se indica, apenas, é que a incidência foi baixa, quando comparada a todos os ataques que ela sofreu da mídia.

A narrativa do escândalo da Petrobrás responsabilizou Dilma Rousseff devido à compra da refinaria de Pasadena, nos EUA. Na época, a ex-presidente era chefe do Conselho de Administração da Petrobras e votou favorável à compra, que foi realizada em dois momentos: 2006 e 2012. Para Rousseff, a compra se deu a partir de um resumo tecnicamente falho, que omitia cláusulas das quais, se ela tivesse conhecimento, não aprovaria a decisão.

Essa narrativa se repetiu nas charges, principalmente de Bennet e Jean. Os traços de Bennet cobriram Dilma Rousseff de óleo, aproximando-a da petrolífera e indicando uma responsabilização no caso da compra da refinaria de Pasadena, e de seu consequente envolvimento com a sujeira da corrupção. A imagem oficial de Rousseff, manchada de petróleo, reforça o abalo na reputação da então presidente após a visibilidade do escândalo.

Fig. 101. Sem título (36).



Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo, 21.04.2014.

Fig. 102. Chocolate amargo.



Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo, 27.03.2014.

Fig. 103. Óleo sobre tela.



Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo, 07.04.2014.

Já Jean, utilizando também a alegoria do timoneiro, caricaturou Dilma Rousseff dirigindo o carro oficial, em uma rua coberta por pequenas torres de refino de petróleo. O resultado foi o pneu furado por essas pequenas torres. Mais do que responsabilizar Dilma Rousseff, a charge ressaltava os efeitos do escândalo na paralisação de seu governo e as dificuldades para manter-se no poder frente aos impactos do escândalo em sua imagem de liderança.



Fig. 104. Sem título (37).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 02.01.2015.

Identificam-se diferenças e semelhanças na forma de representar os escândalos no governo Dilma, em comparação com as charges do governo FHC e Lula. Como diferenças, além da baixa quantidade, Angeli, por exemplo, não explorou as questões em torno do escândalo no governo Dilma, assim como não houve identificação da presidenta da República utilizando a máquina do Estado para evitar a investigação ou a tentativa de blindá-la das responsabilidades. Por outro lado, o uso da alegoria do timoneiro repete-se nos traços de diferentes chargistas.

Essas questões podem estar relacionadas com os próprios desdobramentos do escândalo e com a forma de articulação política de Dilma, podendo ser destacada

como a única presidente do Brasil que não reproduziu o personalismo político ao lado de seu modo de agir sério, rigoroso e pouco maleável para articular conciliações no jogo político, características essas que influenciaram seu isolamento político.

2.4.2. A pauta econômica no governo Dilma por meio das Charges.

Durante o governo de Dilma Rousseff, de acordo com Cervo e Lessa (2014), ocorreu a queda do percentual da indústria no PIB, a reprimarização da economia, a queda das exportações, do crescimento econômico e da confiança no país, tanto do empresariado nacional quanto do estrangeiro.

Essas características foram exploradas nas charges publicadas durante o governo Dilma, com destaque para a alta inflação, a queda da bolsa de valores, e principalmente o índice do PIB e a consequente crise econômica.

Para representar a inflação, Benett escolheu um grande dragão verde e utilizou o que Gombrich (1999) chama de bestiário político, e colocou em cena a tentativa de Rousseff e de seu governo para disfarçar os índices da inflação.

A escolha desse bestiário político ressaltou a ineficiência do governo, não só para conter a inflação que, no ano de 2011, alcançou, de acordo com o jornal O Globo¹¹⁶, um índice de 6,5%, mas também para mascarar os dados econômicos. Ora a inflação/dragão aparece como uma vendedora de maquiagem, chamando a atenção para o desejo de “maquiar” seu crescimento, ora, em uma tentativa inútil de esconder-se, a inflação/dragão coloca parte de seu corpo embaixo da rampa do Palácio do Planalto, mas seu imenso rabo fica visivelmente exposto, sendo notado inclusive por Dilma Rousseff.

Pode-se concluir que, além da denúncia com relação à transparência sobre os dados econômicos do país, Jean Galvão chama atenção para, no caso da inflação, ser inútil alterar esses dados, pois eles são rapidamente sentidos pela sociedade.

¹¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com.br/economia/noticia/2012/01/inflacao-fecha-2011-em-650-no-teto-da-meta-do-bc.html>. Acesso em: 18.03.2021.



Fig. 105. Sobre inflação e maquiagem.
Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo,
25.04.2011.

Fig. 106. Sem título (38).
Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo,
27.04.2011.

Mas foi o baixo PIB que, nos traços dos chargistas, definiu os desafios econômicos do primeiro governo Dilma Rousseff. Nas séries do PIB, Guido Mantega foi, ao lado de Rousseff, o principal personagem político caricaturado pelos chargistas.

Mantega¹¹⁷ foi Ministro da Fazenda durante o primeiro governo Dilma Rousseff e, no início do governo, definiu um desenvolvimento econômico sustentável para o país, estabelecendo uma estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 5% para 2011 e 5,9% de crescimento médio até o fim do governo Rousseff.

Quando caricaturado, era a baixa estatura, a careca e um nariz arrebitado e pontudo, assim como as orelhas, os elementos que se repetiam nos traços dos artistas. O papel de Mantega era sempre apresentar os dados referentes aos índices do PIB.

Jean, principal chargista a abordar essa temática, utilizou o contraste como importante recurso para evidenciar o não crescimento econômico do país. O jogo com

¹¹⁷ A trajetória política de Mantega é anterior ao governo Dilma. Filiou-se ao PT em 1980 e, ao lado de uma carreira acadêmica, foi uma figura importante na Coordenação Econômica do Partido dos Trabalhadores. Peça chave na campanha de Luíza Erundina, para a prefeitura de São Paulo, foi chefe de gabinete na Secretaria Municipal de Planejamento de SP e diretor do Orçamento. Essa experiência o aproximou da figura de Lula, passando a ser seu assessor econômico e um dos coordenadores do programa econômico do PT. Com a eleição de Lula, em 2003, assumiu o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (responsável pelo gerenciamento dos gastos públicos, execução do orçamento e elaboração do Plano Plurianual de Planejamento). Mantega deixou o ministério para assumir a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), após desgaste do então presidente do BNDES, Carlos Lessa que teve conflitos com Antônio Pallochi (Ministro da Fazenda), Luís Fernando Furlan (titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Henrique Meirelles (Presidente do Banco Central). Sua atuação no BNDES resultou em uma aproximação com o setor industrial, o que facilitou sua indicação para o ministério da Fazenda, após os episódios políticos em torno de Pallochi. Na Fazenda, Mantega contribuiu para o crescimento de importantes índices na economia brasileira e, com a eleição de Dilma, manteve-se no cargo.

a escala grande e pequeno, nesse caso, não fazia alusão à relação entre dominantes e dominados, mas ao embate entre expectativa e realidade.

Fig. 107. Sem título (39).



Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 29.06.2012.

O elemento cômico da charge está na dificuldade de Mantega em responder às pressões de Dilma Rousseff com um crescimento econômico, ao mesmo tempo em que ela, como liderança, apesar de suas expressões inconformadas, não age, não tem nenhuma iniciativa, já que depositou todas as suas “moedas” em Mantega, visando alterar a situação que estava em decadência.

No âmbito das questões econômicas, características como a incapacidade de inverter a lógica de crise, expressos em uma inércia, Dilma não é representada em sua vontade de agir e liberdade de ação política, mas em seu contrário, na paralisia, na letargia e na incerteza.

2.4.3. Reeleição de Dilma Rousseff

A campanha eleitoral de 2014, para presidente da República, foi disputada em primeiro turno por onze candidatos¹¹⁸ e marcada pelo debate em torno de três candidatos que recebiam maior intenção de votos: Aécio Neves¹¹⁹, Dilma Rousseff e

¹¹⁸ Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Jorge (PV), Everaldo Dias (PSC), José Maria Eymael (PSDC), José Levy Fidelix (PRTB), José Maria de Almeida (PSTU), Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB), Mauro Iasi (PCB), Rui Pimenta (PCO).

¹¹⁹ Senador por Minas Gerais, formado em economia pela PUC-MG. Entrou para a vida política em 1981, para trabalhar na campanha de seu avô Tancredo Neves, para governador e, mais tarde, para Presidência da República. Filiou-se ao PSDB em 1989, participou da assembleia constituinte e apresentou emendas ao texto como a que instituiu o direito ao voto para os jovens entre 16 e 18 anos. Foi eleito governador de Minas Gerais

Marina Silva¹²⁰. Foram esses mesmos três candidatos o alvo dos traços dos chargistas.

Nos anos de 2013 e 2014 foram publicadas, na página A2 do jornal Folha de S. Paulo, setenta e cinco charges com o tema Campanha Eleitoral, das quais trinta e uma apresentavam caricaturas de Dilma Rousseff ou referência direta a ela como candidata à reeleição.

A imagem do ex-presidente Lula voltou a ser vinculada à de Dilma Rousseff. Bennett e Jean resgataram o debate em torno do apadrinhamento político de Lula e de sua influência para a possibilidade de vitória na reeleição de Rousseff e continuidade de seu governo, de um lado como o candidato desejado pelos eleitores, e de outro lado, como o próprio candidato.



Fig. 108. Sem título (40).
Fonte: BENNETT, Folha de S. Paulo,
02.12.2013.



Fig. 109. Sem título (41).
Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo,
20.04.2014.

Jean tematizou a campanha eleitoral de Dilma Rousseff a partir do uso de programas de governo, ao representá-la em busca de uma legitimidade na ascensão

em primeiro turno, em 2002, e reeleito em 2006. Em 2010 voltou para o congresso como Senador. Sua campanha foi marcada por promessas de mudanças radicais na condução do governo. Como prioridade, colocou o controle de gastos em investimentos e infraestrutura, reforma política e tributária, além da independência dos poderes.

¹²⁰ Marina Silva Iniciou a vida política ao lado de Chico Mendes. Fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre. Filiou-se ao PT, em 1986, e foi candidata a Deputada Federal, sem sucesso. Em 1988 foi eleita vereadora em Rio Branco e, dois anos depois, Deputada Estadual pelo Acre. Em 1994 e 2002 foi eleita e reeleita senadora. Em 2003 foi nomeada ministra do Meio Ambiente, na gestão do ex-presidente Lula, cargo que ocupou até 2008. No ano seguinte, mudou de partido e, filiando-se ao Partido Verde (PV), em 2011, tinha como objetivo criar um partido, o Rede Sustentabilidade. Entretanto, por não ter alcançado o número de assinaturas necessárias pela Justiça Eleitoral, esse partido não foi aprovado para as eleições de 2014, o que a fez migrar para o PSB e iniciar a campanha como vice de Eduardo Campos (morto em queda de avião particular). Com a morte de Campos, tornou-se a candidata oficial do PSB e comprometeu-se com a coligação e as diretrizes do partido, assim como com as alianças estabelecidas por Campos. Seu programa era comprometido com a democracia e a sustentabilidade.

das aspirações do povo, como o programa Mais Médicos¹²¹ e a Copa do Mundo de 2014, com o objetivo de angariar votos.



Fig. 110. Mais médicos.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 12.09.2013.



Fig. 111. Estratégias.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 12.05.2014.

A analogia mais usada para descrever a cobertura feita pela mídia da campanha eleitoral corresponde à da “corrida de cavalos”. Esse tipo de cobertura se dá em diálogo com as pesquisas de intenção de votos e com a ordem dos candidatos na pesquisa. Apresentada como uma “corrida de cavalos”, pode influenciar as prioridades da mídia.

As atenções ficam voltadas para o andamento da corrida, quem está na frente, quem ameaça a liderança, quem foi ultrapassado, quem está ganhando posições, até a linha de chegada, em que os competidores dão seu máximo para alcançar a reta final.

A charge de Jean (Fig. 112) salienta esse tipo de cobertura ao caricaturar os dados gráficos de uma pesquisa como uma corrida e a linha de chegada correspondendo ao Palácio do Planalto. Entretanto, apesar de Dilma Rousseff aparecer na frente, é o candidato Aécio, na terceira posição, o personagem principal da charge.

Com um semblante expressando muito esforço e força, ele puxa o índice de intenções de votos na perspectiva de se aproximar de Dilma Rousseff e Marina Silva.

¹²¹ Programa de Governo lançado em julho de 2013 com o objetivo de suprir a carência de médicos em regiões periféricas do país. Com o não preenchimento de todas as vagas, houve um incentivo à vinda de médicos estrangeiros para atuarem nessas regiões.



Fig. 112. Sem título (42).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 26.09.2014.

Ainda a partir dos traços de Jean, a relação de Dilma Rousseff com sua adversária política, a candidata Marina Silva, foi caricaturada e pode ser identificada certa ambiguidade na proposta do artista: de um lado, um posicionamento favorável a Marina Silva, uma vez que ela usa panfletos de Dilma Rousseff para projetar seu próprio nome, e de outro lado, uma estratégia que se repetiu nas charges com Dilma Rousseff e Aécio Neves, colocando-os como candidatos iguais politicamente, reafirmando um olhar antipolítico¹²², no qual todos os candidatos assumem um discurso homogêneo e há um sentimento de que nenhuma candidatura pode resolver as demandas de seu tempo.

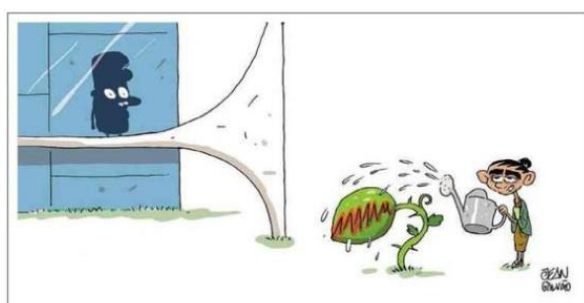


Fig. 113. Sem título(43).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 20.08.2013.

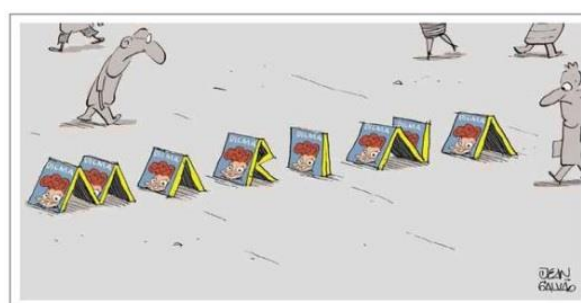


Fig. 114. Sem título(44).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 29.09.2014.

¹²² A partir de 2013 um discurso de antipolítica e antipartidos ganhou a mídia e as narrativas sobre política: a construção de um perfil distante do político tradicional e contra o sistema, trajando um perfil mais empresarial, estabelecendo uma oposição entre Estado, definido como corrupto, ineficiente e clientelista e uma sociedade que se entende como vítima, mas carregada de virtudes, como a honestidade, a participação e a eficácia.

Apesar de a polarização entre PT e PSDB ser presente, desde o processo de redemocratização até as eleições de 2018¹²³ Jean, mais uma vez, aproxima os dois candidatos, demonstrando, assim como fez o político pernambucano Holanda Cavalcanti, ao se referir ironicamente às agremiações políticas do Segundo Reinado¹²⁴, com a fala: “Nada se assemelha mais a um ‘saquarema’ do que um ‘luzia’ no poder”, como os interesses, projetos políticos e forma de fazer política dos dois candidatos seriam similares quando eles, em caso de vitória nas eleições, assumissem o poder.



Fig. 115. Selfie.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 01.01.2014.



Fig. 116. Sem título (45).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 24.10.2014.

O debate político/eleitoral realizado pelas emissoras de televisão é presente no ritual da campanha eleitoral e supõe cinco características: (1) um confronto, (2) em tempo igual e adequado, (3) entre opositores de mesmo nível, (4) com temática predefinida e declarada, (5) para conquistar a audiência. Nele, os candidatos, na presença de um mediador, podem expor suas propostas e projetos políticos, aproximar-se do público eleitor e, ainda, atacar seu opositor.

Durante as eleições presidenciais de 2014 foram realizados nove debates políticos eleitorais televisionados, cinco no primeiro turno e quatro no segundo turno das eleições¹²⁵. Esses debates foram caricaturados nas charges, e na interpretação dos chargistas houve o predomínio de um tom agressivo, caracterizado mais por uma

¹²³ Eleição de Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal PSL. Durante o mandato, em 19 de novembro de 2019, o presidente deixou o PSL e segue sem partido político.

¹²⁴ A vida política nacional, nesse período, foi marcada pela atuação de dois partidos políticos: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Os dois partidos representavam a classe dominante, defendiam a monarquia e a manutenção da mão de obra escrava.

¹²⁵ Em 14.10.2014, pela TV Bandeirantes, mediado pelo jornalista Ricardo Boechat; em 16.10.2014, pelo SBT, Folha de S. Paulo/ UOL e Jovem Pan, mediado pelo jornalista Carlos Nascimento; em 19.10.2014, pela Rede Record e portal R7, mediado pelos jornalistas Celso Freitas e Adriana Araújo; e, em 24.10.2014, pela Rede Globo/ Portal G1 e mediado pelo jornalista Willian Bonner.

luta de boxe ou uma luta livre que por um debate político. Os dois candidatos digladiam-se na busca pelo voto do eleitor indeciso.



Fig. 117. A luta.

Fonte: BENET, Folha de S. Paulo, 26.10.2014.



Fig. 118. Indeciso.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 17.10.2014.

As charges de Dilma Rousseff colocaram em pauta uma ausência de identidade para a candidata, que ora era representada na sombra de Lula, ora na semelhança com seus adversários políticos.

2.4.4. Governabilidade no governo Dilma Rousseff

Assim como nas séries em torno da governabilidade de FHC e Lula, as charges de Dilma Rousseff foram organizadas em cinco blocos: Persona Política, Liderança, Aliados, Oposição e Religiosidade.

A construção da Persona Política de Dilma Rousseff foi marcada pela presença do apadrinhamento político – não existe uma Dilma Rousseff, mas a presença de Lula. Essa referência ocorreu em diferentes momentos do governo Dilma Rousseff, seja como fantasma que assombra o Palácio da Alvorada, com o desejo de manter-se no poder, seja como aquele que coordena as decisões de Rousseff.

Angeli (fig. 119), para chamar a atenção da influência do ex-presidente Lula no governo Dilma Rousseff, escolhe tons sombrios e utiliza uma escala que engrandece o “padrinho político” que, atrelado ao título “Eminência parda”¹²⁶, direciona o olhar do

¹²⁶ Sua Eminência corresponde ao tratamento dado para referenciar um cardeal da Igreja Católica Romana, e “Eminência parda” refere-se ao frade capuccino François Leclerc du Tremblay, o braço direito do cardeal Richelieu, que ficou famoso por suas vestimentas bege, chamadas, na época, de pardas. Apesar de nunca ter tido o título de cardeal, foi assim denominado devido à influência que exercia sobre seu cardeal. Mould, Michael

leitor para essa liderança que apesar de naquele momento não ocupar nenhum cargo público, é aquele que detém o poder e age por trás da autoridade. Os traços de Lula sugerem o movimento de um titereiro que manipula Dilma como uma marionete.

Na mesma óptica, cinco anos depois (fig. 120) ao elaborar uma linha de mandatos presidenciais Bennet, coloca a caricatura de Dilma Rousseff em 2010, entretanto reproduz o nome de Lula indicando a continuidade – influência e semelhança, não só para questionar a nomeação de Lula, no dia anterior da publicação da charge, como Ministro da Casa Civil, mas principalmente para indicar a presença do político por todo o governo Dilma.



Fig.119. Eminência parda.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 29.05.2011.



Fig.120. Alternância de poder.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 17.03.2016.

Dilma Rousseff não teve sua imagem construída na oposição entre o antes e o depois de tornar-se presidente, pelo contrário, sua imagem foi vinculada à memória da ditadura e ao projeto da comissão da verdade.

O bloco da liderança foi marcado pela dificuldade de diálogo entre Dilma Rousseff, partido e aliados e pela demissão de ministros envolvidos na corrupção. Nesse ponto, Rousseff é representada, na forma como lida com a corrupção, como aquela que faz a faxina e a limpeza, fortalecendo o discurso da grande mídia.



Fig.121. A diarista.

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 13.08.2011.



Fig.122. Sem título (46).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 14.08.2011.

Ainda sobre a questão da liderança, há, nas charges com Dilma Rousseff, um destaque para o isolamento político da presidenta, tanto em seu próprio partido como na relação com seus aliados. No primeiro ano de governo, ao representar esse isolamento Angeli coloca-a como aquela que vai para a batalha e resiste.

Angeli utiliza elementos do grotesco, tanto para representar Dilma Rousseff, quanto para representar seus aliados. Entre todas as temáticas, é na série sobre governabilidade que se pode perceber um predomínio das charges de Angeli sobre Dilma Rousseff, como Bárbara, em um cenário devastado, e como a Medusa, nas “águas que banham” Brasília.

Medusa, na mitologia grega, simbolicamente, era uma mulher trágica e monstruosa, incapaz de amar e ser amada. Única mortal entre as irmãs Górgonas, foi transformada em monstro por Athenas, seus cachos viraram serpentes e seus olhos petrificavam todos aqueles que se aproximavam dela. Estaria Angeli reafirmando o isolamento de Dilma ou anunciando seu destino no mito de Perseu, quando ela tem a sua cabeça degolada?



Fig. 123. Dilma, a bárbara.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 15.06.2012.



Fig. 124. Mitologia brasileira.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 14.06.2013.

Dilma Rousseff sofreu o impeachment, em 2016, e a narrativa presente nas charges foi marcada pela ideia de golpe, ou seja, articulado pelo desejo de poder do vice-presidente Michel Temer e do então presidente do Senado, Eduardo Cunha.

Jean Galvão salienta (Fig. 126) as intenções políticas de Eduardo Cunha, pois o impedimento do exercício de poder não se limitaria a Dilma, mas se estenderia, também, a Temer¹²⁷.

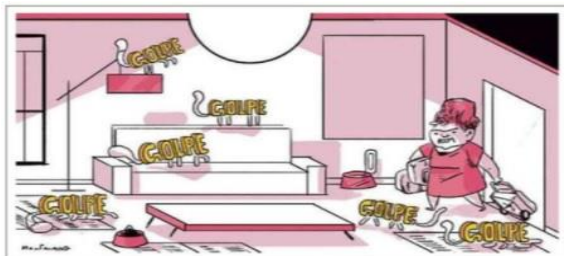


Fig. 125. Sem título (47).

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 27.08.2016.



Fig. 126. Linha sucessória.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 01.05.2016.

O isolamento político da presidenta foi um elemento bastante presente e no olhar das charges, chamando a atenção para a ideia de que todos deixaram Dilma Rousseff, inclusive o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que foi representado como uma característica que influenciou o resultado do impeachment.



Fig. 127. Sem título (48).

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 07.03.2015.

Montanaro (Fig. 127), para salientar a situação política de Dilma Rousseff, utilizou como referência o filme *Náufrago*, do diretor Robert Zemeckis¹²⁸. Parodiando

¹²⁷ Eduardo Cunha foi preso em outubro de 2016 e condenado, no âmbito da Operação Lava jato, pelo juiz Sérgio Moro, a 15 anos e 4 meses de reclusão pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

¹²⁸ O filme narra a história de um dedicado funcionário executivo da empresa FedEx, Chuck Noland que viaja a trabalho

a personagem principal, interpretada por Tom Hanks, o chargista apresenta Rousseff isolada e sem esperanças de saída para essa situação. Assim, cria para si mesma um “amigo imaginário” como seu único meio de socialização.

O isolamento político foi marcado também pela relação de Dilma Rousseff com os aliados. O PMDB, que já vinha ganhando espaço durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se, aos poucos, mais influente e, nos traços dos chargistas, os que deveriam ser aliados passaram a atuar cada vez mais como oposição na articulação da saída da presidenta do poder.



Fig. 128. Sem título (49).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 03.04.2016.



Fig. 129. Sem título (50).

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 02.04.2016.

Nesse sentido, Aliados e Oposição fundiram-se em um mesmo ator político, e a relação com o PMDB, já abordada por Angeli nas charges sobre Lula, foi ganhando cada vez mais destaque.

Com traços do grotesco, a oposição, composta pelos aliados, dominaram Dilma Rousseff, entrando em sua vida privada e deixando-a acuada, sozinha e com medo, invadindo suas noites de sono e trazendo-lhe pesadelos.

para a Malásia. Durante a viagem, uma tempestade provoca um acidente aéreo. Como o único sobrevivente do acidente, Chuck vai parar em uma ilha deserta. Após algumas tentativas frustradas de socorro, aprende a viver sozinho na ilha e transforma uma bola de voleibol em seu “amigo”, nomeando-a de Wilson. É exatamente essa relação com Wilson que Montanaro explora.



Fig. 130. Aliados não dormem.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 24.09.2013.



Fig. 131. Na cama com Dilma.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 26.11.2012.

O simbolismo religioso cristão, apesar de em menor quantidade, também, foi utilizado nas charges da liderança política de Dilma Rousseff. Todavia, é possível apontar diferenças no modo como essa representação foi feita. Fernando Henrique Cardoso fora caricaturado com a onipresença de Deus, e Luiz Inácio Lula da Silva, além de Deus, fora representado ora relacionando-se com o Diabo, ora como o próprio Diabo, Dilma ocupou o espaço da fragilidade, como vítima da traição ou da própria sociedade.



Fig. 132. A última ceia.
Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 17.04.2016.



Fig. 133. Caça às bruxas.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 16.04.2015.

João Montanaro fez uma paródia da obra “A última ceia” de Leonardo da Vinci¹²⁹. A pintura representa o momento bíblico em que Cristo compartilha sua última refeição com os discípulos e afirma “Um de vós me há de trair”. Os discípulos perguntam “Sou eu, senhor?”. Na charge, Dilma é caricaturada no papel de Cristo, e há uma repetição de sua atitude pacífica, assim como os aliados, representados no papel dos apóstolos, aparecem agitados, com gestos dramáticos e expressões inquietas. A diferença, o

¹²⁹ Pintura sobre a parede, no refeitório do Convento de Santa Maria Delle Grazie, Milão, Itália, realizada entre 1494 e 1497, é uma das obras mais conhecidas do artista e uma das mais estudadas e copiadas.

principal elemento da charge, corresponde à fala de Dilma “Esta noite, com sorte, um de vocês não vai me trair”. Apesar da chave cômica da inversão, o destaque está no isolamento e no papel político dos aliados como oposição.

Angeli, ao colocar Dilma na fogueira, permite ao leitor da charge lembrar um passado medieval, quando pessoas consideradas hereges eram queimadas vivas. Nesse caso, a denúncia não está na figura política da presidente, mas no modo como a sociedade e as forças políticas estavam lidando com ela.

2.4.5. Relações Internacionais no governo Dilma Rousseff

A pauta das Relações Internacionais, nas charges, durante o governo de Dilma Rousseff, distanciou-se das questões em torno do Mercosul, pois a relação entre Dilma e Barack Obama, presidente dos EUA, no ano de 2013, caracterizou as relações internacionais do governo Dilma. Todos os chargistas que publicaram seus desenhos gráficos, no período, caricaturaram a divergência entre os dois em diálogos sobre as denúncias de espionagem.

No primeiro ano de seu mandato, em meio a uma grande expectativa em tornar o Brasil o maior produtor de petróleo, devido à exploração do pré-sal, Dilma recebeu a visita de Barack Obama. A pauta desse encontro foi o setor energético. Os EUA desejavam aumentar as compras do petróleo brasileiro e, consequentemente, diminuir sua dependência dos produtores do Oriente Médio, além de realizar parcerias no setor de biocombustíveis. Apesar de bastante diplomático, o encontro entre os dois governantes não resultou em acordos bilaterais no setor energético, devido, principalmente, de um lado, às dificuldades técnicas em explorar o pré-sal, o que impediu a rápida expansão da produção e, de outro lado, o desenvolvimento, nos EUA, de tecnologia para extração de energia de gás de xisto e a consequente diminuição da dependência com relação ao Oriente Médio.

No ano seguinte, Dilma foi ao encontro de Obama, também com a pauta de bioenergia, mas foi no âmbito da educação e pesquisa que o encontro rapidamente desencadeou resultados positivos para o projeto da presidente brasileira que, com o

programa Ciências sem Fronteiras, tinha como objetivo incentivar o acesso de estudantes brasileiros a universidades norte-americanas¹³⁰.

Contudo, foi em 2013, em decorrência da divulgação¹³¹, por parte de Edward Snowden¹³², de documentos que afirmavam que Dilma e seu governo tinham sido espionados pela Agência de Segurança Nacional americana, NSA, que a relação entre o Brasil e os EUA ganharam destaque nas charges.

Nas charges, a NSA foi personificada na caricatura de Barack Obama, então presidente dos EUA, e podem ser divididas em dois momentos: o primeiro com Obama no centro das ações de espionagem, que, apesar da caricatura de métodos nada discretos, não era percebido por Dilma. O segundo, com a retaliação de Dilma e de seu governo frente à espionagem.

A avaliação do governo brasileiro, transmitida pelo então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, foi que “Se confirmados os fatos, isto revelará uma violação inaceitável e inadmissível da nossa soberania”.¹³³



Fig. 134. Sem título (51).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 03.09.2013.

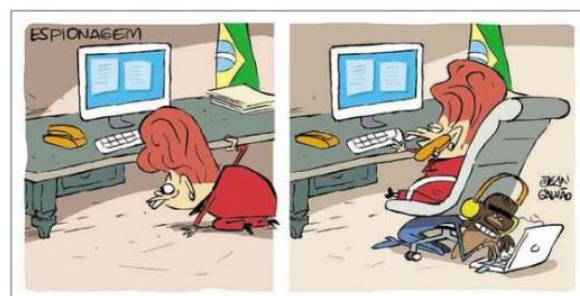


Fig.135. Espionagem.

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 06.09.2013.

As charges são estruturadas a partir de duas ações realizadas por dois personagens: Dilma e Obama, procurar e esconder. Enquanto Obama está se

¹³⁰ Das 78 mil bolsas de estudo concedidas pelo programa Ciências sem Fronteiras, 22 mil foram em universidades dos EUA.

¹³¹ O programa, “O Fantástico”, da TV Globo, realizou, no dia 1 de setembro de 2013, uma reportagem na qual o jornalista britânico do The Guardian, Glenn Greenwald, apresentou um documento entregue a ele por Edward Snowden, comprovando o interesse da NSA em “melhorar a compreensão dos métodos de comunicação e dos interlocutores da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e seus principais assessores”. Para Glenn, os documentos comprovam que a espionagem já foi feita, pois os documentos demonstram que os agentes estão comemorando o seu sucesso, e não planejando-a. Nesses documentos há indicação de que o ex-presidente do México, Enrique Peña Nieto, também foi alvo de espionagem.

¹³² Analista de sistemas, ex-administrador de sistemas da CIA e ex-contratado da NSA, ficou conhecido por tornar públicos detalhes de vários programas que constituem o sistema de vigilância global da NSA americana.

¹³³ Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-quer-explica%C3%A7%C3%A3o-sobre-espionagem-a-dilma-ainda-nesta-semana/a-17061367> Acesso em: 18.03.2021

escondendo ou enganando Dilma, ela, com um semblante desconfiado, apesar de uma intensa busca, nas charges, continua sendo enganada. Ressalta-se a superioridade de Obama com relação a Dilma.



Fig. 136. Dilma vai à ONU contraespionagem.
Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 09.08.2013.



Fig. 137. Sem título (52).
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 26.09.2013.

Na 8ª reunião do G-20, em São Petersburgo, Dilma e Obama encontraram-se pela primeira vez, após a denúncia de espionagem. Nesse evento, Dilma afirmou que Obama reiterou que assumiria a responsabilidade direta da apuração das denúncias, assim como ofereceria as medidas que o Brasil considerasse adequadas.

As charges (Fig. 136 e 137), ao parodiarem os discursos de Dilma no G-20, direcionaram a leitura para suas falas em retaliação a Barack Obama; contudo, para a ótica do humor, a espionagem continuaria a acontecer, posto que o próprio ramo de oliveira, que está presente no símbolo da ONU e na cultura grega e cristã, e que representa paz e harmonia, estaria de olho em Dilma.

As trajetórias de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram apresentadas, quase diariamente, nas charges publicadas na página A2 do jornal Folha de S. Paulo, o que colaborou para a construção e desconstrução da credibilidade de suas imagens públicas e estilos de liderança política, podendo ser um importante elemento para a percepção dos conflitos em torno das narrativas de uma época.

Os artistas, ao representarem as lideranças políticas, a partir dos desenhos gráficos de humor questionaram as práticas equivocadas e ambíguas, pela hipérbole da política e, também, em face das decisões tomadas pelas lideranças políticas em determinados contextos. Questionaram, tanto a liderança, quanto momentos críticos da conjuntura política do país.

3. A LIDERANÇA POLÍTICA NAS CHARGES

Em conjunto com a análise da agenda de temas presentes nas charges publicadas no jornal Folha de S. Paulo entre 1995 e 2006, considera-se importante observar a forma como esses temas apareceram em referência às lideranças políticas. Cabe, portanto, estudar o enquadramento com o intuito de compreender com quais características de lideranças políticas os presidentes do Brasil foram representados nas charges.

De acordo com Hackett (1993), o conteúdo produzido pelos veículos de comunicação desempenha relevante papel político e ideológico, para além do âmbito da imparcialidade ou objetividade, na medida em que são produzidos com base em uma matriz ideológica limitada. A estrutura dessa matriz seria fundamentada por um conjunto de regras e conceitos utilizados pelos jornalistas, de forma consciente ou inconsciente, mas isenta de uma ação deliberada com objetivo de iludir ou manipular o leitor. Essas regras e conceitos, que podem ser percebidos na forma como os jornalistas produzem o noticiário, são denominados enquadramentos.

A partir das proposições de Hackett (1993), Tankard (2001) afirma que o conceito de enquadramento pode servir como um importante instrumento para analisar o papel da mídia na construção do que Gramsci (2007) chamou de hegemonia, ou seja, na direção intelectual e moral na sociedade civil.

Para Goffman (1986), o enquadramento é definido como o princípio de organização que governa os eventos sociais e o envolvimento dos indivíduos nesses eventos, ou seja, a forma como a percepção sobre tais eventos se dá é resultado dos enquadramentos, e são eles que permitem identificar o que ocorreu em determinada situação. Assim, enquadramentos, para o autor, são marcos interpretativos construídos socialmente que fazem com que as pessoas percebam um sentido dos eventos e das situações sociais.

Tood Gitlin (1980), ao estudar a cobertura da mídia estadunidense sobre o movimento contrário à guerra do Vietnã, demonstrou que o enquadramento dado pela mídia teve importante impacto no Student for a Democratic Society (SDS), principal organização contrária à guerra, pois utilizou elementos como a polarização, a ênfase em disputas internas, a marginalização, entre outros, atuando, tanto para conter as mensagens do movimento, quanto para converter seus líderes em celebridades.

Foi no estudo de Gitlin (1980) que o conceito de enquadramento foi sistematizado. Para o autor, os enquadramentos da mídia podem ser definidos como padrões repetidos na organização dos discursos verbais e visuais (interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão), por meio dos quais é possível construir uma interpretação dos fatos.

Gamson (1996) liderou um grupo de pesquisadores na análise do discurso da mídia em diferentes assuntos (políticas públicas, movimentos sociais e meio ambiente), e uma de suas conclusões pode ser sintetizada na ideia de que os temas em torno da política carregam um discurso que sofre alterações ao longo do tempo e que apresenta interpretações sobre os acontecimentos. Para esse grupo, o enquadramento é entendido como uma ideia central organizadora que imputa aos fatos significados específicos e que aparece em constantes disputas, para que prevaleça. A metodologia proposta por esses pesquisadores, denominada “signature matrix”, serviu como base para pesquisas com o objetivo de identificar como ocorre o enquadramento da mídia quando o assunto é política.

Ao sintetizar os estudos sobre o enquadramento, Entman (1994) definiu-o como a capacidade de “selecionar” alguns aspectos de uma realidade tornando-os mais “salientes”, com o intuito de imprimir uma definição, recomendação, interpretação ou avaliação do episódio narrado.

No Brasil, os estudos que buscaram estabelecer relações entre mídia e política utilizaram o conceito de enquadramento, como a análise, desenvolvida por Albuquerque (1994) sobre a cobertura do programa jornalístico da Rede Globo, o Jornal Nacional, durante a campanha eleitoral à presidência da República. Nesse estudo, o autor identificou que o tempo dedicado aos principais candidatos, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foram distintos, assim como o enquadramento apresentou traços de união e consenso em torno do candidato do PSDB e de conflitos e discórdias na apresentação do candidato do PT.

A eleição de 1998 também foi estudada na perspectiva do conceito de enquadramento. Miguel (1999), no texto “Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo”, afirma que a mídia organizou um panorama propício para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, sobretudo quando a pauta era a crise econômica que afetava o país, visto que reverberou a narrativa construída pela campanha eleitoral que colocava as questões econômicas que o Brasil atravessava como consequência da crise russa e o candidato à reeleição como o único dotado de experiência para

resolver a crise. Essa ressonância permite afirmar, não só a intrínseca relação entre mídia na política, como também a importância da análise do enquadramento.

A partir de 2002, os resultados eleitorais não acompanharam o tradicional enquadramento da mídia com um discurso antipetista. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito presidente da República em 2002 e em 2006, e Dilma Rousseff, também pelo Partido dos Trabalhadores, foi eleita em 2010 e em 2014.

Para Azevedo (2017), a tensão entre a estrutura ideológica da grande imprensa liberal, defensora da não intervenção do Estado na economia, e o projeto petista socialista e nacional desenvolvimentista atenuou-se quando o Partido dos Trabalhadores, com a Carta aos Brasileiros, adotou um discurso e uma prática social democratas. Além disso, explorou questões em torno das desigualdade sociais, das políticas de redistribuição de renda e apresentou soluções dentro da ordem capitalista e, por isso, venceu a eleição de 2002.

Essa trégua, segundo o autor, foi interrompida devido ao escândalo do “mensalão” e a saída de Antônio Palocci do Ministério da Fazenda, com a desqualificação da imagem ética do partido e a construção de uma forte narrativa em torno do antipetismo, com o pacote interpretativo da corrupção. Apesar das vitórias petistas nas eleições de 2006, 2010 e 2014, Azevedo (2017) afirma que a imprensa manteve um enquadramento negativo para o PT.

Além de identificar as estruturas interpretativas da mídia que prioriza um candidato e pretere outro, Nelson e Willey (2001) afirmam que há diferentes tipos de enquadramento e que, apesar da linha que separa esses tipos ser bastante tênue, é necessário distinguir o que se entende por “news frames” (enquadramento noticioso) e o que se entende por “issue frames” (enquadramento temático). O primeiro, de acordo com os autores, seria o relato imposto na forma de organizar as notícias em busca de audiência, no qual estaria englobado o enquadramento de conflitos. Já o enquadramento temático seria a descrição que busca moldar a forma como o público recebe a notícia, identifica a origem dos problemas e o critério que deve ser avaliado.

Porto (2001) resgata uma série de pesquisas (Patterson, 1993; Robinson e Sheehan, 1983; Hallin, 1994) que apresentam os enquadramentos utilizados na produção de notícias como o “enquadramento corrida de cavalo”, com o qual os jornalistas apresentam a eleição destacando o desempenho dos candidatos nas pesquisas de intenção de voto e nas estratégias tomadas para a manutenção da primeira posição ou para alcançar melhor desempenho.

Para exemplificar pesquisas em períodos não eleitorais, o autor cita a pesquisa de Lawrence (2000), que identifica o “enquadramento do jogo”. Nesse enquadramento, a mídia compreende a política como um jogo de forças, e as notícias são pautadas nas estratégias em torno das ações e intenções dos políticos/jogadores.

Com o intuito de melhor distinguir as fronteiras entre os tipos de enquadramento, Porto (2002) delimita dois tipos de enquadramentos: o “noticioso” e o “interpretativo”. Diferentemente de Nelson e Willey, Porto (2002) engloba no enquadramento noticioso o enquadramento temático. Assim, o enquadramento noticioso, definido como os padrões, seleção e ênfases utilizados pelos jornalistas para organizar e apresentar a notícia, seria o “ângulo da notícia” que, como resultado, teria uma ênfase seletiva, que influencia a forma como se percebe determinada realidade.

Nesta categoria estão, por exemplo, ‘o enquadramento de interesse humano’, que focaliza a cobertura de indivíduos, ou o ‘enquadramento episódico’, com sua ênfase em eventos. No plano da cobertura de eleições, por exemplo, estariam nesta categoria o ‘enquadramento corrida de cavalos’ e o ‘enquadramento temático’, ressaltando, respectivamente, o desempenho dos candidatos nas pesquisas e suas propostas programáticas (PORTO, 2002: 16).

Já o interpretativo, de acordo com Porto (2002) seria uma avaliação particular de temas ou eventos políticos, definindo problemas e avaliações sobre causas, responsabilidades, problemas e soluções. Além disso, seria realizada por diferentes fontes que não necessariamente os jornalistas, como os representantes do governo e movimentos sociais, incluindo-se até mesmo influenciadores digitais.

Os estudos sobre enquadramento seguem uma linha de análise da grande imprensa e de textos jornalísticos, ignorando outras linguagens. Para contribuir com um tópico pouco explorado nessa literatura, buscou-se identificar o enquadramento das lideranças políticas nas charges durante os mandatos dos três presidentes da República eleitos e reeleitos.

Apesar de Porto (2002) afirmar que uma diferença entre os dois tipos de enquadramento se refere à fonte (noticiosos criados por jornalistas e interpretativos criados por atores sociais), esta tese inclui os chargistas que publicaram no jornal Folha de S. Paulo no enquadramento interpretativo, posto que as charges traduzem conceitos e símbolos abreviados do discurso político para situações metafóricas.

(GOMBRICH, 1999).

Ainda que alguns chargistas, ao caricaturarem as campanhas eleitorais, tenham utilizado enquadramentos noticiosos, como a corrida de cavalo, ao analisar as características de liderança que emergem das charges, buscaram identificar os enquadramentos interpretativos em torno dos temas da política de forma específica.

3.1. Enquadramento das Lideranças Políticas nas Charges

A análise do lugar que os chargistas deram para os presidentes da República nos desenhos gráficos de humor, durante seus respectivos mandatos, permite perceber a centralidade do olhar para aqueles que ocuparam o poder e as características de lideranças políticas exploradas nas charges.

Cinco foram os tipos de enquadramento da liderança identificados nas charges e que perpassam os diferentes assuntos em torno da temática da política: Liderança Resoluta; Liderança Desgovernada; Liderança Personalista; Liderança Corrompida; e Liderança Marionete.

Tabela 7: Enquadramento dos presidentes da República

	Resoluta	Desgovernada	Personalista	Corrompida	Marionete	Outros	Total
FHC	301	717	297	221	313	29	1878
LULA	82	300	333	140	43	7	905
DILMA	54	181	9	11	64	6	324
Total	437	1198	639	372	420	42	3107

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Há nas charges predomínio do enquadramento Liderança Desgovernada (38,6%), o que caracteriza a caricatura política publicada no jornal Folha de S. Paulo como aquela que desconstrói a imagem da liderança política, demonstra a fragilidade das ações do governante, ilumina o que os políticos desejam esconder e inverte aquilo que querem demonstrar.

A partir dessa breve revisão bibliográfica sobre o enquadramento, o terceiro

capítulo está organizado em outras duas partes: a primeira, com a caracterização dos enquadramentos propostos, e a segunda com os tipos de lideranças que emergiram das charges para cada um dos presidentes caricaturados e que foram objetos desta pesquisa.

3.1.1. Liderança Resoluta



Fig. 138. Habemus Pac.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 09.05.2007.

O enquadramento Liderança Resoluta corresponde à representação da liderança no exercício das ações que inscrevem um modo de agir, pensar e organizar as relações de poder direcionadas ao projeto político escolhido pelo governante. Essas ações estão vinculadas às características de virtù, mediedade, disposição e carisma. Para descrever esse enquadramento, recorreu-se aos conceitos de Maquiavel, Aristóteles e Weber.

Nicolau Maquiavel, na obra “O Príncipe”, ao romper com a visão política de uma época, propõe um outro olhar para a compreensão do Estado e da atuação do governante. Inaugura o pensamento político moderno, no contexto da Renascença. Influenciado pelos acontecimentos de seu tempo, retira a determinação religiosa da política e coloca na ação do governante o controle dos rumos do Estado.

O autor debruça-se sobre os elementos que capacitam ao governante um Estado forte e aponta dois conceitos chave como características intrínsecas para o exercício de um governante no poder – virtù e fortuna.

A virtù compreende, em quaisquer qualidades necessárias ao governante, quaisquer elementos adquiridos como necessários pelo príncipe e para o príncipe se manter no poder e atuar politicamente, no jogo constante de relações de força que englobam o fazer política.

Para conceituar o termo fortuna, Maquiavel debate em oposição à visão predominante da Igreja Católica de seu tempo, coloca em xeque a crença na fatalidade e impossibilidade dos homens alterarem o curso de seu destino e retoma aqueles que referenciam a Fortuna como uma deusa dotada de todos os potenciais desejados pelos homens (honra, riqueza e poder). Para adquirir esses bens, deveriam seduzi-la, mostrando-se virtuosos. Para Maquiavel, a fortuna pode ser compreendida como o acaso, as circunstâncias e a ruptura com o destino terreno e imutável imposto pelos ideais do cristianismo.

Melo (2012), ao questionar quais qualidades, peculiaridades e condutas deveriam compor a faculdade de um político, resgatou o pensamento de Aristóteles e o de Max Weber sobre as virtudes dos políticos e as características de dominação.

Na interpretação da obra “Tratado da Virtude Moral; Éthica Nicomachea”, de Aristóteles, na qual há uma reflexão em torno das virtudes necessárias ao político e da concepção de política voltada para a felicidade do grupo, Melo (2012) afirma que a liderança está atrelada ao modo de agir. O autor resgata duas principais virtudes, a saber: mediedade e disposição. A primeira seria, de maneira simplificada, o meio, o entre, o equilíbrio entre a falta e o excesso.

[...] as ações podem, naturalmente, ser corrompidas pela falta e pelo excesso, assim como a saúde com exercícios físicos e alimentação. A temperança, a coragem e outras virtudes encontram-se no “ponto certo”, e esse ponto é definido pela ação, pelas circunstâncias; observável pelos resultados. É fácil desviar-se do alvo, o difícil é acertar o ponto certo. E o ponto certo, não está necessariamente no meio. Descobrir o “ponto” não é algo prosaico, requer virtude, a virtude da “mediedade”; a virtude da liderança (MELO, 2012, p.24).

Já a disposição, relacionada à escolha, à vontade de agir, seria uma ousadia ao risco livre de alterar seus próprios valores. O autor completa: não quer dizer que a ela corresponda a necessidade da inovação constante, porque se assim fosse se tornaria hábito. A liberdade da ação é a principal característica da disposição.

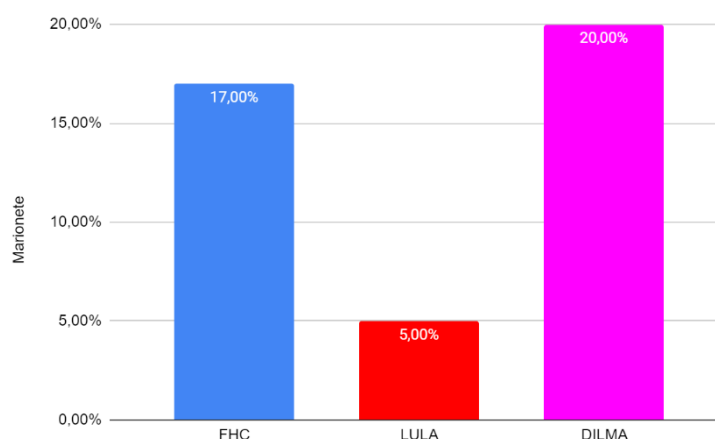
No debate de Weber (2009) sobre poder e dominação, o poder é definido como a capacidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra

resistências, e a dominação, como a capacidade de gerar obediência (WEBER, 2009, p. 33). Três são os tipos de dominação pontuados por Weber: racional, tradicional e carismática. Melo (2012) salienta que outro importante atributo para definir a liderança política é o carisma.

A dominação carismática é baseada na devoção daqueles que obedecem, e a valorização dos atributos pessoais do líder corresponde “[...] ao poder heróico e ao caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta revelada ou criada” (WEBER, 2009, p. 141). São atributos pessoais as virtudes que permitem o exercício da dominação, e o líder é venerado, é representado atrelado ao ideal que carrega em si.

Assim, a Liderança Resoluta compreende a representação da valorização da confiança dos atributos da personalidade política, da segurança em suas ações e escolhas e na liberdade de agir.

Gráfico 12: Liderança Resoluta



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

O número de charges publicadas com caricaturas ou referências diretas a cada um dos governantes indicou que esse tipo de enquadramento foi maior na forma de representar Dilma Rousseff (20%), apesar da proximidade com os números referentes a Fernando Henrique Cardoso (17%).

O enquadramento de liderança resoluta foi bastante explorado nas charges em torno da governabilidade e das relações internacionais, e raramente nas charges em torno da economia. As lideranças foram caricaturadas no Palácio do Planalto, na relação com os ministros e parlamentares, em discursos ou em conferências

internacionais, defendendo pontos de vista de forma confiante e determinada na imposição de suas decisões e ações.

3.1.2. Liderança Desgovernada

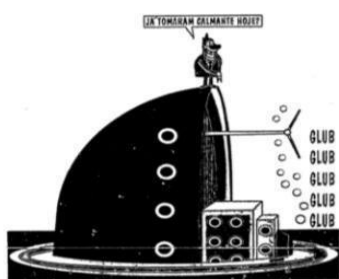


Fig. 139. Já tomaram calmantes hoje?

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 27.10.2008.



Fig. 140. Marolinha.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 27.10.2008.

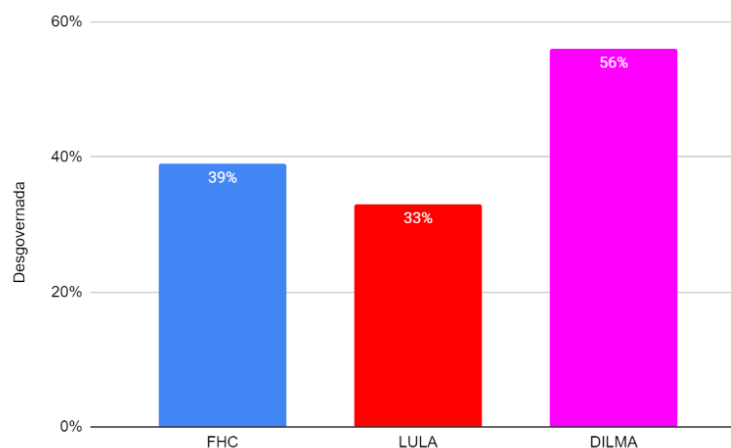


Fig. 141. Sem título (53).

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 18.08.2014.

O enquadramento Liderança Desgovernada corresponde à ideia da liderança como a responsável pela condução da máquina do Estado, por meio de traços que destacaram a incapacidade de agir na direção das soluções dos conflitos, a letargia, a desorganização, a infantilização das atitudes dos governantes, a incerteza e a dificuldade de escolha. Essas características definem o contrário dos adjetivos que compõem a definição de uma liderança resoluta.

Esse tipo de enquadramento foi identificado em 36.4% das charges, e o governante mais enquadrado com essas características foi Dilma Rousseff.

Gráfico 13: Liderança Desgovernada

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A principal estrutura gráfica para representar a “liderança desgovernada” foi a alegoria do timoneiro, com o navio/pólis parodiado em diferentes formatos de meios de transportes, como automóveis, caminhões, trens, ônibus, barcos, canoas, e até mesmo foguetes, percorrendo diferentes caminhos, na direção do que poderia ser compreendido como um avanço, mas que na maioria das charges eram conduzidos no sentido de uma catástrofe. Questões do âmbito econômico também foram caricaturadas como meios de transportes.

A alegoria do navio para representar o lugar onde se realiza a política não é nova. Cornelli (2014) retoma, na tradição literária, a comparação da cidade com o navio, de Arquíloco à interpretação de Heráclito, e afirma que são nas elegias de Teógnis, escritas no século VI a.C, que se pode perceber a imagem mais próxima à de Platão, mais que isso, afirma haver poucas dúvidas sobre a inspiração que Teógnis causou nesse filósofo clássico.

Na obra de Platão, nos livros VI e VII da República, quatro imagens aparecem como centrais: Sol, Linha, Caverna e Navio. Foram utilizadas como argumentos para justificar o governo dos filósofos, pois eles dedicam suas vidas para o que é, e com isso são capazes de alcançar a verdade, compondo uma alma ética, ordenada e consciente do que é belo, bom e justo, qualidades necessárias para a construção de uma pólis justa.

De acordo com Keyt (2006), poucos foram os intérpretes de Platão, na filosofia ou na ciência política, que dedicaram devida atenção à alegoria, principalmente quando comparada ao lugar central que a imagem ocupa nos escritos do filósofo.

No livro VI da República é apresentado o diálogo entre Sócrates e Adimanto, e é nele que Sócrates inicia a descrição do navio¹³⁴ pela figura do armador, que era aquele a quem pertenceria a embarcação, mas não a carga que transportava. Era da responsabilidade do armador a contratação da tripulação, do capitão aos marinheiros. Era também ele que exerceria as funções de comandante/capitão, timoneiro e navegador do navio.

O armador é descrito por Sócrates como alguém maior e mais forte que os outros tripulantes do navio, dono de uma audição que não percebia os sons com clareza e com uma visão restrita a pequenas distâncias, assim como seus conhecimentos sobre navegação foram descritos como limitados.

Sócrates continua a descrição e afirma que nesse mesmo navio os marinheiros lutam entre si para assumir o comando, mas que eles, assim como o armador, nunca tinham aprendido algo sobre navegação.

Aristóteles interpreta, na Retórica (II 4 1406 b – 34 – 6), que na República Platão desenha a imagem do povo como a de um armador. Já Centrone (2011, livro V, n. 12) associa a imagem do armador àquela dos políticos atenienses da época.

A imagem do armador associada à ideia de cidadão que, mesmo maior e mais forte que todos, é limitado, em suas competências, para o governo do navio - cidade – pólis, quando descrita por Sócrates representa a realidade política de Atenas e, portanto, o contrário da utopia, já que é o retrato da história da pólis.

É essa limitação o ponto teórico da imagem, pois os marinheiros que se movimentam para assumir o governo em lugar do dono e tornar-se capitães não têm conhecimento para tal exercício. Esse tema chave na reflexão de Platão, com uma perspectiva oligárquica, valoriza os guardiões filósofos para governar o navio.

A proposta de Platão com essa alegoria é que, com atores políticos como aqueles descritos na imagem do navio, é impossível para os filósofos ocuparem o lugar que lhes compete. A imagem do navio revela a necessidade da formação de um líder distinto dos outros cidadãos, pois foi educado na arte da navegação.

Além disso, com a alegoria do navio Platão faz um convite para uma política voltada para a educação e argumentação, ao lado da necessidade de confiar a pólis aos filósofos, posto que eles é que são capazes de encontrar uma travessia segura.

¹³⁴ O navio descrito por Platão pode ser aproximado a um veleiro comercial, bastante comum na Antiguidade Clássica, para realização do comércio no Mediterrâneo.

Quando parodiada nas charges, a alegoria do timoneiro carrega consigo a caricatura do armador Presidente da República, eleito pelo povo a partir do voto direto, desgovernado e com dificuldade para atravessar os sinuosos caminhos que o esperam.

Nas charges não há um intuito de valorização ou a busca, pelo convencimento, de que a liderança política seja confiada aos filósofos dotados da sabedoria, tão valorizada por Platão; mas, ao destacarem a incapacidade de conduzir o Estado, pode ser lido, também pelo povo, como inábil e não dotada da sabedoria para o governo do país/navio.

A liderança, responsável pela gestão da máquina do Estado, aparece como aquela que conduz o veículo, seja um barco, um caminhão, um avião ou um trator, e os caminhos que percorre se mostram bastante sinuosos, tempestuosos ou inexistentes, em referência ao jogo político e aos desafios em relação às ações e decisões que o governante precisaria realizar. A representação da liderança sob o viés da imagem do timoneiro acaba por reforçar a narrativa da personalização da política, mesmo que marcado por sua incapacidade política de liderar.

3.1.3. Liderança Personalista



Fig. 142. Uso da Máquina.

Fonte: Angeli, Folha de S. Paulo, 27.02.1998.



Fig. 143. Sem título (54)

Fonte: Angeli, Folha de S. Paulo, 11.04.2005.

O personalismo é um dos traços marcantes da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda (2003), em “Raízes do Brasil”, problematiza o legado

personalista da experiência colonial como um obstáculo a ser vencido para a concretização da democracia política no país.

Para falar do personalismo, é importante retomar a questão do patriarcalismo, considerado o grande fator colonizador, pois foi por meio da família, gerida por um patriarca, detentor de uma extensa propriedade de terras, que com uma variedade de funções sociais, econômicas e políticas, conseguiu força e poder.

No Brasil, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2003), desde sempre predominou o tipo primitivo da família patriarcal e, por isso, não foi fácil para os detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente familiar, compreender distinções fundamentais entre o público e o privado.

O conceito de patrimonialismo foi concebido por Max Weber (2009), em uma relação direta com a ideia de dominação. Weber compreende a dominação como uma ação que se manifesta e funciona na forma de governo, ou seja, o regime de governo precisa dominar, e isso ocorre atrelado à sua aceitação como válido entre aqueles que dominam e à interiorização da obediência entre aqueles que são dominados. Quando a dominação é exercida sem distinções entre o público e o privado, é denominada patrimonialismo, e o Estado deixa de ser regido por uma racionalidade e pode ser definido como ineficiente.

No Brasil, essa incapacidade de distinguir o público do privado favoreceu o desenvolvimento de relações interpessoais, em que as relações criadas na vida doméstica forneceram o modelo da composição social do Brasil, definido por Sérgio Buarque de Holanda (2003) como o “homem cordial”.

O adjetivo não tem aqui a acepção de boas maneiras, civilidade, consciência cidadã e a percepção de que vivemos em sociedade e que nossas atitudes refletem no cotidiano e na vida do outro, pois assume a conotação de expressões legítimas de fundo emotivo.

Ao definir o “homem cordial”, o autor afirma que a vida em sociedade se apresenta como uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo.

O brasileiro busca um convívio mais familiar, busca estabelecer uma intimidade. Esse modo cordial aparece, por exemplo, na linguagem, na aplicação do diminutivo “inha” ou na relação entre as pessoas que se dá pelo primeiro nome, que aparece para nos familiarizar com as pessoas ou objetos e ao mesmo tempo lhes dar relevo, tornando-os mais acessíveis ao sentido e próximos ao coração.

É difícil perceber na sociedade brasileira uma forma de convívio ditado por uma ética que não seja de fundo emotivo. Essa aproximação aparece na relação entre o comerciante e o freguês, entre o fiel e os santos e entre o governante e os governados. Nesse sentido, não se encontra no Brasil o estabelecimento de uma elaboração política fora do âmbito emotivo, e quase nunca no âmbito da razão.

Esse encurtamento das distâncias sociais por meio de uma informalidade no convívio vai ter um fundo emotivo que permeia relações que seriam impessoais, e o resultado dessa aproximação seria uma falsa ideia de respeito à igualdade.

O homem cordial pode ser um carrasco que, para defender sua família, é capaz de matar centenas de pessoas.

Definir o brasileiro como o “homem cordial” foi identificar a ausência de uma transgressão da ordem familiar para a formação do Estado impessoal, no qual a lei geral suplanta a ordem particular.

Seria, portanto, uma cultura da personalidade que atribui um valor ao indivíduo, e não à organização espontânea formada pela sociedade.

Antônio Candido (2004), no ensaio “Dialética da Malandragem”, reflete sobre a sociedade brasileira a partir do diálogo com a literatura de Manoel Antônio de Almeida, “Memórias de um Sargento de Milícias”, de 1854. A personagem, Leonardo, simboliza um grupo social específico, os homens livres, que não são nem escravizados, nem dotados de poder econômico e político, portanto vivia, na sociedade carioca do início do século XX, nos limites da ordem e da desordem, e as relações afetivas passam a ser seu elemento de barganha, reflexo da constante apropriação da coisa pública.

A percepção de que o patrimonialismo resiste na estrutura política brasileira, apesar das transformações históricas, é presente na obra *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, de Raimundo Faoro (2001).

Diferentemente de Sérgio Buarque de Holanda (2003), que utilizou o conceito de patrimonialismo na definição do “homem cordial”, ou seja, na composição do caráter do brasileiro, e que percebeu nele o principal elemento do insucesso do Estado de Direito do Brasil, Faoro (2001) estendeu o conceito para as estruturas de poder impostas pela elite política do país.

Essa elite patrimonialista foi estruturada na grande propriedade de terras, na mão de obra escravizada e na concentração política e econômica, em que o exercício da administração pública seguia a mesma lógica da casa, ou seja, o Estado se constituía como uma extensão da casa e da família. O resultado pode ser definido

como um Estado composto por uma elite patrimonialista.

Para Faoro (2001), o patrimonialismo pode ser definido como um “capitalismo orientado”, ou seja, a elite política é responsável pela condução, gestão e supervisão da coisa pública, como se os indivíduos tivessem nascido privados e passassem a ser públicos posteriormente. Desse modo, não ocorre uma racionalização do Estado, mas sim a construção de uma elite que atua sobre a sociedade, a partir de seus interesses particulares.

O autor salienta que essa elite patrimonialista não pode ser confundida com uma aristocracia, pois não é uma classe definida por títulos e detentora de privilégios institucionalizados; pelo contrário, sua composição perpassa diferentes origens e funções, e o efeito dessa indefinição corresponde a práticas autoritárias apoiadas na imagem do “pai do povo”, colocando para a população a espera política de salvação.

A compreensão do predomínio dos interesses privados na preservação de uma elite patrimonialista no Brasil se faz presente também na escrita de Roberto DaMata (1979), no livro “Carnavais, malandros e heróis”. Nesse livro, a partir da análise antropológica do uso comum da frase “Você sabe com quem está falando?”, por parte de uma parcela significativa da sociedade brasileira, o autor identifica a existência, no Brasil, daqueles que podem ser definidos como “indivíduos” que estão sujeitos à lei e aqueles que consideram que a lei não é dotada de significados e, portanto, não lhes diz respeito. Estes, o autor os define como “pessoas”.

A existência de uma diferenciação que demarca indivíduos e pessoas explicita, não só a desigualdade política e social do país, mas principalmente a fragilidade democrática e a manutenção de práticas patrimonialistas.

Vários são os exemplos de práticas patrimonialistas ao longo da formação do Estado brasileiro. Por outro lado, com a redemocratização do país, que teve início em meados da década de 1980, depois da reforma partidária de 1979 e que extinguiu o bipartidarismo (ARENA x MDB) do regime militar, estipulando a criação de novas legendas e a Constituição de 1988, houve uma expectativa do fortalecimento das instituições, da valorização dos ideais republicanos, da garantia dos direitos dos cidadãos e, talvez, esperança de racionalização do Estado.

Entretanto, mesmo sob a chamada “Constituição Cidadã”, alicerçada pelas concepções de cidadania, soberania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e pluralismo político ainda se assiste à reprodução das práticas patrimonialistas.

Lilia Schwarcz (2019), em “Sobre o autoritarismo brasileiro”, chama atenção para duas situações patrimonialistas presentes nas relações parlamentares. A primeira seria a “bancada dos parentes”, isto é, o alto número de parlamentares com vínculos familiares, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado. O resultado é a manutenção das relações privadas no Estado, isto é, o uso da máquina pública para interesses particulares.

A segunda situação pontuada pela autora corresponde ao que ela chama de “atalho no Orçamento”, ou seja, o Orçamento Federal é elaborado em conjunto pelo Palácio do Planalto e pelo Congresso Nacional, para definição do destino do dinheiro público. Entretanto a “Emenda Parlamentar” que compreende pedidos de inclusão de despesas específicas (saúde, educação, transportes, entre outros), não precisa ser aprovada pelo Congresso, mas a liberação dos recursos precisa do aval do governo federal.

Esse “atalho” é, de um lado, usado para as “melhorias” nas regiões onde se encontram os eleitores dos parlamentares, e muitas vezes servem para reforçar os laços políticos entre o político e seus eleitores para a manutenção do poder. Por outro lado, como a liberação das verbas deve ter o aval do governo, elas são usadas, de acordo com Schwarcz (2019), como um instrumento de troca entre o presidente da República e os congressistas: o presidente libera o orçamento e garante que o parlamentar vote favoravelmente à pauta do governo, reproduzindo assim as relações clientelistas e patrimonialistas.

A contaminação de espaços públicos e privados é uma herança pesada de nossa história, mas é também um registro do presente. A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos novos coronéis e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, é bondoso com seus aliados, mas é severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos (SCHWARCZ, 2019: 87).

A representação das lideranças políticas nas charges acompanhou, tanto o retorno à liberdade de expressão nos veículos de comunicação, quanto a criação e o desenvolvimento dos atuais partidos que, ainda em seus nascimentos, tiveram de adaptar-se à nova democracia e às inéditas funções democráticas.

Assim, pode-se dizer que a recente poliarquia brasileira, composta por

elementos das democracias de público e de partidos, apresenta, de acordo com Kinzo (2004), uma estrutura de disputa eleitoral que estimula uma política personalista e dificulta o estabelecimento de laços entre grupos políticos e a sociedade civil, ou seja, ocorre a centralização do poder político em um indivíduo em detrimento da ideologia e da visibilidade dos partidos políticos. Como resultado, a representatividade fica desprovida do seu significado clássico, e o aspecto da personalização pode mascarar a representação política.

Em conjunto com essas características, existe uma cultura política que contribui para a fragilidade histórica entre eleitores e partidos, assim como o voto foi, ao longo da história política do país, baseado em relações pessoais: a relação entre partido e candidato era resultado da troca de favor entre candidato e eleitor.

Há também certa complexidade na estrutura político partidária do país, que apresentou, de 1990 a 2016, estabilidade quanto aos seus padrões, indicando um “sistema de partidos viáveis” (BRAGA, 2010:70). Por outro lado, há um afrouxamento dos laços de identificação partidária, substanciado pelas coalizões flexíveis e, muitas vezes, não pautadas por critérios programáticos ou ideológicos.

As atuais legendas nasceram junto à emergência da democracia de público brasileira, e se conformaram às necessidades do novo regime e de eleitores, que passaram a votar também devido à imagem das lideranças.

As eleições para a presidência da República, que foram disputadas respeitando-se as características democráticas, exemplificam esse caráter personalista.

Fernando Collor de Mello foi eleito em 1989, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), um partido sem expressão política, mas com um discurso anticorrupção. Fernando Henrique Cardoso venceu as disputas eleitorais respaldado pela conjuntura econômica, em um primeiro momento pelo sucesso do Plano Real de 1994, e foi reeleito em 1998 pelo risco da perda da estabilidade econômica. Luiz Inácio Lula da Silva, nas duas campanhas em que foi vitorioso, teve sua imagem colocada à frente do Partido dos Trabalhadores e, pode-se dizer que Dilma Rousseff, também do PT, foi vitoriosa devido ao antecessor e “padrinho político”, Lula.

As lideranças políticas, quando representadas na perspectiva das charges, colocam o político à frente do partido político, não só nas campanhas eleitorais, mas também durante todo o mandato, corroborando a força da imagem da liderança política na mediação entre políticos e eleitores.

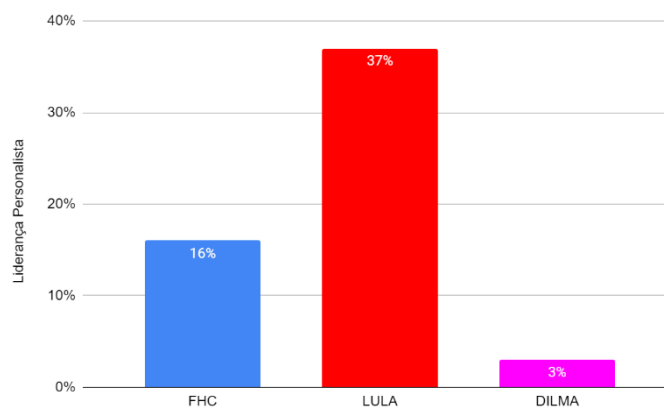
Quando os chargistas colocam a figura da liderança caricaturada acima do partido e de todas as instituições, ou como responsável por todas as ações e decisões que envolvem o país, mesmo que não sejam da competência do governante. Fazem isso também quando retratam um autoritarismo na forma de lidar com a oposição ou que venha a criar uma rede de proteção e privilégios para com aqueles considerados amigos. Quando utilizam a máquina do Estado para aumentar o capital político, por meio de propagandas, da compra de votos de parlamentares, ou ainda na proteção da imagem pública frente aos casos de corrupção, identifica-se a construção de uma representação de liderança personalista.



Fig. 144. Sem título (55)

Fonte: Jean, Folha de S. Paulo, 03.01.2013.

Esse tipo de enquadramento foi identificado em 20,6% das charges, e o governante que mais foi enquadrado com essas características foi Luiz Inácio Lula da Silva (37%).

Gráfico 14: Liderança Personalista

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Foi com o advento do mensalão e, de certa forma, devido a uma crise na representação da liderança que a cultura personalista deixou de ser o mote de ação dos chargistas. A ideia da crítica ao governante diminuiu, apesar da leitura da política a partir de uma herança personalista ter sido reforçada.

3.1.4. Liderança Corrompida

**Fig. 145.** O poder embriaga.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 24.01.1998.

**Fig. 146.** Poder.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 14.05.2004.

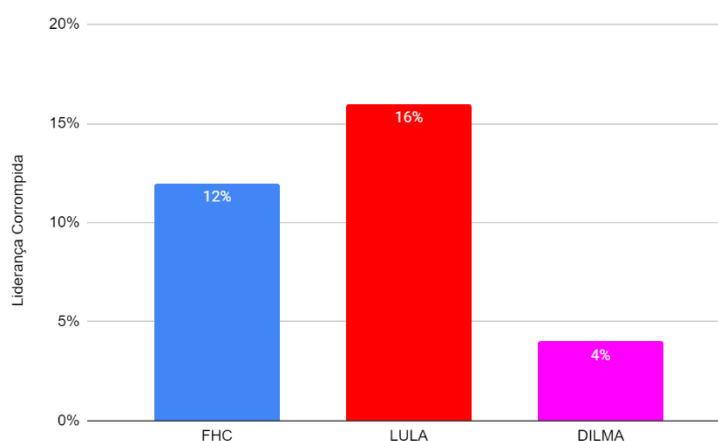
O exercício de poder direciona-se, de acordo com Maquiavel, não para o povo, mas para a manutenção do poder.

O governante não é, pois, simplesmente o mais forte já que este tem condições de conquistar, mas não de se manter no poder, mas, sobretudo o que demonstrar possuir virtù, sendo assim capaz de manter o domínio adquirido e se não o amor pelo menos o respeito dos governados (SADEK, 2004:23).

Os governantes foram caricaturados com atitudes que objetivavam a manutenção do poder, como o distanciamento de suas origens, a contradição de seus ideais e, muitas vezes, da ideologia dos partidos, mas também foram mostrados como tomados pelo desejo de se manterem no poder, daí o enquadramento Liderança Corrompida.

Esse tipo de enquadramento foi identificado em 12% das charges e o governante mais enquadrado com essas características foi Lula.

Gráfico 15: Liderança Corrompida



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Esse enquadramento foi representado com elementos do grotesco, perpassando diferentes temas do âmbito político, como as questões em torno da governabilidade, da economia e das campanhas eleitorais.

Para refletir sobre o grotesco, partiu-se de três autores, em diferentes tempos: Wolfgang Kayser (2013), Baudelaire (2000) e Umberto Eco (2003).

Com uma abordagem clássica, embora antiga, Kayser (2013) pretendeu determinar a gênese do conceito do grotesco a partir de suas várias dimensões. O grotesco, para o autor, deixou de ser uma designação de algo, para tornar-se um termo significativo como uma categoria estética, pois considera que ele é resultado da

tríade: processo criativo, obra e recepção.

O grotesco é uma estrutura. Poderíamos designar a sua natureza como uma expressão, que já se nos insinuou com bastante frequência: o grotesco é o mundo alheado (tornado estranho). Mas isto ainda exige uma explicação. O mundo dos contos de fada, quando visto de fora, poderia ser caracterizado como estranho e exótico. Mas não é um mundo alheado. Para pertencer a ele, é preciso que aquilo que nos era conhecido e familiar se revele, de repente, estranho e sinistro. Foi o nosso mundo que se transformou. O repentino e as surpresas são partes essenciais do grotesco. [...] O horror nos assalta, e com tanta força, porque é precisamente o nosso mundo cuja segurança se nos mostra como aparência. Concomitantemente nós sentimos que não seria possível viver nesse mundo transformado. No caso do grotesco não se trata de medo da morte e sim da angústia de viver (KAYSER, 2013:159).

O conteúdo de horror, desconcerto e angústia são próprios ao grotesco. Seu inventário é repleto de monstruosidades, como: animais fabulosos, que seriam, principalmente serpentes, corujas, sapos, aranhas, animais noturnos e rastejantes, que vivem em espaços não acessíveis ao homem. No reino vegetal, quando explorados e aumentados pelos traços dos artistas, o que ocorre é a visibilidade do que Kayser (2013) chama de mundos orgânicos ocultos, além dos objetos que podem ferir. Além disso, a demência e a loucura, o estranhamento do elemento mecânico que ganha vida e do elemento humano que perde vida.

Bakhtin (2008), apesar da distância temporal, pode complementar a teoria de Kayser (2013), ao valorizar o grotesco como categoria estética. Por outro lado, coloca-o como elemento passível de subverter as hierarquias, as convenções e as verdades socialmente estabelecidas. Valorizando a cultura popular, ele insiste em pensar na ruptura da tradição por meio das expressões do grotesco.

O estranhamento é, para Baudelaire, de acordo com Bakhtin (2008), o principal elemento para compreender o grotesco. Há, para o autor, uma concepção heurística, desde que os indivíduos se afastem da estética do belo, assim como de uma forma de representação que se autodestrói.

Baudelaire, segundo Bakhtin (2008) busca a essência do riso e, de modo geral, do cômico, que faz parte da tradição interpretativa da associação do grotesco ao diabólico, compreendendo-o como aquele capaz de afetar o âmago das práticas e do próprio ser. O autor distingue duas dimensões do cômico: a primeira dimensão corresponde ao “cômico comunicativo”, que não completa a autonomia da arte, mas

têm por trás uma historiografia; já a segunda é aquela que interessa a este debate, pois corresponde ao cômico absoluto, que seria o próprio grotesco, ou seja, o autoderrisório, pois o sujeito que ri, ri antes do mundo e de si mesmo.

Assim, a primeira característica do grotesco está no rebaixamento do ângulo retórico em todas as linguagens, e no âmbito das imagens pode ser visto nas atenuações e deformações às referências às monstruosidades. A figura do burlesco, por exemplo, aparece como expressividade do grotesco.

Eco (2003), em “A História da feiura”, não discute o grotesco propriamente dito, mas menciona algumas tradições de interpretação e sinaliza que, apesar da mistura de territórios, o grotesco pode aparecer como questionador ou afirmador da própria ordem. Mas, diferente da sátira, que geralmente carrega consigo um sistema de valor, o grotesco é aquele que muitas vezes se volta contra si, ou dá pistas para o outro o destruir, ou seja, ele é desinteressado em si mesmo.

O enquadramento Liderança corrompida faz uso dos elementos do grotesco com referências às transformações do exercício do poder. Mesmo quando o artista caricatura a liderança com aspectos do grotesco, o destaque é para os efeitos que o cargo de presidente da República pode exercer na liderança, podendo ou não tornar a liderança grotesca. O horror, o estranhamento, a angústia, a monstruosidade e o rebaixamento dizem respeito à política brasileira.

3.1.5. Liderança Marionete

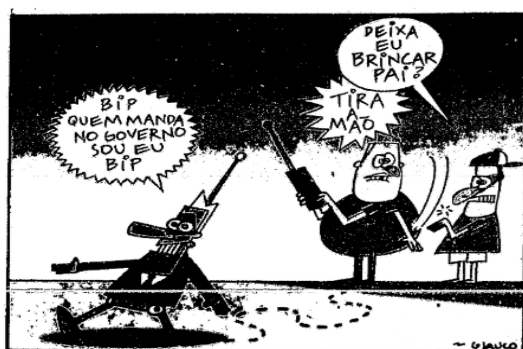


Fig. 147. Sem título (56)

Fonte: Glauco, Folha de S. Paulo, 15.06.1997.



Fig. 148. Governo Dilma.

Fonte: BENETT, Folha de S. Paulo, 11.02.2011.

Marionetes são bonecos que ganham movimentos por meio de cordas manipuladas por uma pessoa oculta chamada de titereiro ou marionetista. A transposição do termo para a historiografia ou ciência política não é nova. A denominação Estado Marionete é usada para designar países com governos dependentes de outras nações e, por isso, sem capacidade decisória no âmbito político, jurídico e econômico.

Como exemplo desse tipo de Estado, a França de Vichy, região criada como resultado da intervenção da Alemanha Nazista à França, em 1942. Denominada “zona livre” ficou sob o comando de Philippe Pétain, como governo nominal da França, e com a assinatura de um armistício com a Alemanha, era um governo francês obedecendo a um governo nazista (PAXTON, 2001).

Outro exemplo de Estado Fantoche, ainda durante a segunda guerra mundial, corresponde a República de Saló, a República Social Italiana, criada em setembro de 1943, quando os Aliados estavam ocupando grande parte do território italiano. A República de Saló, uma tentativa de manter o regime fascista sob a liderança de Mussolini na Itália, mas foi definido como um Estado fantoche da Alemanha (BLINKHORN, 2010).

A ideia de controle de uma nação sobre outra para designar um Estado fantoche pode ser estendida para atores políticos dentro de um mesmo país, quando grupos políticos selecionam um sujeito para ocupar um papel de poder, pois acreditam que esse sujeito seguirá as diretrizes e comandos traçados por eles. Esse sujeito, portanto, pode ser denominado liderança fantoche.

Schwarcz (2021) denomina esse tipo de governante de “bonecos políticos”, e chama a atenção para exemplos na história, em que esses fantoches gostam e se acostumam com o poder, invertendo a posição de coadjuvante para se tornarem protagonistas.

Napoleão Bonaparte deveria ser, no pós-revolução Francesa (1789 – 1799), segundo a autora, um personagem passageiro e simbólico da história da França; entretanto, tornou-se Napoleão I, governou com plebiscitos, redigiu a Constituição e coroou-se imperador, com um projeto de poder distante do que poderia ser definido como um fantoche ou uma liderança marionete.

Assim como D. Pedro I, no Brasil, que, escolhido pelas elites para conduzir o processo de independência, parecia ser o fantoche perfeito, mas, após a Proclamação da Independência, outorgou a Constituição de 1824 e, com o poder moderador,

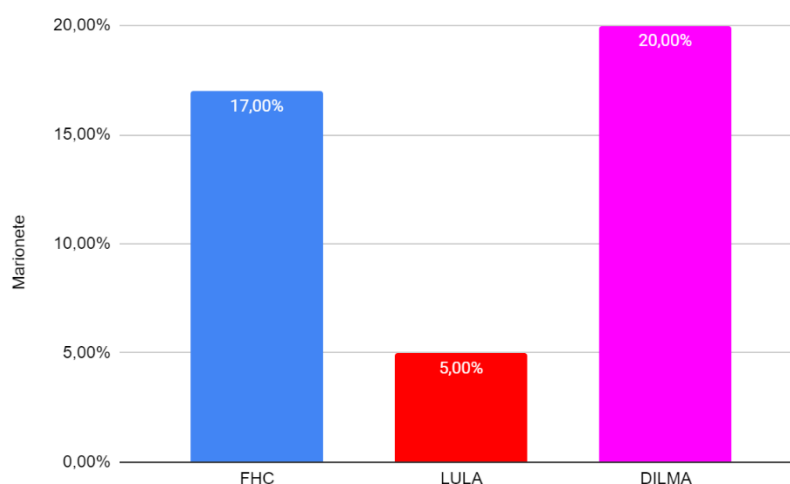
garantiu um poder autoritário e se afastou da possibilidade de ser uma marionete no controle das elites brasileiras.

Nas charges, as lideranças políticas foram enquadradas como marionetes, quando representadas nessas condições de sujeitos selecionados por grupos para alçar o poder e dar sequência aos seus mandos e projetos, mas também quando manipulados na condução das decisões do governo, com seus atos guiados e pressionados por titereiros representados por grupos políticos ou atores políticos específicos. Seria o contrário dos exemplos históricos apresentados por Schwarcz (2021), em que os políticos inverteram a condição de fantoche. Nas charges, quando a liderança é caricaturada como marionete, o destaque está justamente na incapacidade do governante para afirmar o seu projeto de governo, frente à força dos titereiros aliados, opositores ou padrinhos políticos.

O enquadramento Marionete apreende a liderança na incapacidade de decisão e, por isso, ela é manipulada por interesses e forças que se sobrepõem ao seu papel de governante.

Esse tipo de enquadramento foi identificado em 14% das charges, e a governante que mais foi enquadrada com essas características foi Dilma Rousseff.

Gráfico 16: Liderança Marionete



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os titereiros responsáveis pelos movimentos de Fernando Henrique Cardoso variaram entre Sarney, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a oposição.

O FMI também apareceu como titereiro de Lula e, nos dois últimos anos de seu

governo, a aliança com o PMDB é caricaturada querendo ocupar o lugar de titereiro. Esse lugar efetiva-se, no governo de Dilma Rousseff, que tem em Lula e nos aliados as forças políticas que controlavam seus movimentos.

3.2. A representação da Liderança Política nas charges

As trajetórias de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff foram apresentadas nas charges durante todos os mandatos, colaborando com a construção ou desconstrução da credibilidade de suas imagens públicas e de seus estilos de liderança política.

O tópico que segue dedica-se à análise das lideranças que emergiram das charges.

3.2.1. Fernando Henrique Cardoso: Liderança Deslocada



Fig. 149. Sem título (57)

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 24.08.2002.

Acadêmico, sociólogo, experiente politicamente, pois foi o nome do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito, em 1994, como uma liderança de virtù, em um contexto marcado por condições propícias, para o que Girardet (1987) indicou como a construção do imaginário de salvador.

Em 1992, o Brasil, que tinha se redemocratizado e eleito um presidente da República, depois de vinte e um anos de Regime Militar, viveu o primeiro processo de impeachment da história do país e a renúncia de Fernando Collor de Mello.

De acordo com Alves (et al., 2019), naquele ano os discursos de Fernando Henrique Cardoso estavam alinhados com o combate à inflação e com a proposta de conciliação dos grupos políticos na condução da nação. A imagem construída na campanha eleitoral de 1992 era a do grande homem, sereno, competente, honesto, equilibrado e dotado da seriedade que faltava ao país, aquele que tinha estudado, estava preparado e já demonstrava o sucesso de seus feitos com o Plano Real.

As charges, publicadas ao longo do mandato, exploraram o contrário dessas qualidades, colocaram FHC como o avesso do grande homem, como um político desgovernado, que desconhecia a realidade do Brasil e aspirava a uma vida em países do chamado primeiro mundo.

O enquadramento predominante, utilizado pelos chargistas, para representá-lo foi o da Liderança Desgovernada (38,17%), mas os enquadramentos Liderança Marionete (17%), Liderança Resoluta (16%), Liderança Personalista (15,8%) e Liderança Corrompida (12%) também foram bastante explorados.

Tabela 8: Enquadramento de Fernando Henrique Cardoso

	Resoluta	Desgovernada	Personalista	Corrompida	Marionete	Outros	Total
1995	39	144	30	35	48	0	296
1996	28	96	39	50	60	6	279
1997	44	70	39	27	66	10	256
1998	35	69	34	37	27	2	204
1999	46	129	47	41	60	10	333
2000	52	108	54	22	36	1	273
2001	26	66	24	7	13	0	136
2002	31	35	30	2	3	0	101
Total	301	717	297	221	313	29	1878

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Os enquadramentos de Liderança Resoluta, Personalista, Marionete e Corrompida apresentaram índices de incidência muito próximos. A charges com a representação de FHC como uma liderança resoluta o colocavam decidido e seguro dos passos que deveria seguir no embate com Luiz Inácio Lula da Silva e nos resultados favoráveis às privatizações realizadas em seu primeiro mandato (Vale do Rio Doce 1997 e Telebrás 1998), além da expectativa frente à contenção da dívida pública.

A Liderança Personalista foi explorada nas barganhas políticas de FHC, que realizava a troca de cargos públicos com os integrantes do Partido da Frente Liberal (PFL) para conseguir apoio às pautas do seu governo e, principalmente, a compra de votos e o uso da máquina do Estado para aprovação da emenda constitucional, nº 16, de 4 de junho de 1997, a emenda da eleição. Na mistura da política com o futebol, no contexto da Copa do Mundo de 2002, houve a tentativa de valorizar o resultado do pentacampeonato da seleção brasileira como um feito do seu próprio governo. Na mistura entre política e carnaval, a festa popular brasileira foi um instrumento para disfarçar as questões políticas que atravessavam o governo.

Ainda no enquadramento personalista, identificou-se o uso privilegiado do lugar de governante para dificultar os efeitos de investigações de corrupção em seu governo, além da busca por uma aproximação com o povo e com as políticas sociais para aumentar o capital político e manter o poder.

A sujeição de Fernando Henrique à influência política, no primeiro mandato de Antônio Carlos Magalhães e em ambos, aos interesses do Fundo Monetário Internacional, foi parodiada com o enquadramento Liderança Marionete. O governo era guiado por figuras que não tinham competência, dentro da República, para impor os caminhos que o país deveria seguir.

Assim que assumiu o poder, FHC abandonou a figura do sereno intelectual, do sociólogo acadêmico. Esse abandono foi bastante explorado nas charges com o enquadramento Liderança Corrompida. Arelado à negação de tudo o que ele já escrevera, os chargistas destacaram o interesse, a valorização, o deslumbre e o desejo do presidente, não de transformar o Brasil em uma França, mas de viver na França.



Fig. 150. Sem título (58).



Fig. 151. Como uma onda no mar.

Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 06.07.2000. Fonte: GLAUCO, Folha de S. Paulo, 11.06.1996.

Se, no primeiro mandato, os chargistas desenharam o Cardoso como uma liderança resoluta na condução das privatizações e da agenda positiva de aprovação das emendas. No segundo mandato, em contrapartida destacaram os incômodos efeitos da privatização e do aumento da dívida pública, assim como a incapacidade do presidente para alterar os rumos da política econômica, com a alta do dólar.

Nas charges, FHC desconhecia a realidade política, econômica e social do Brasil e desconhecia os caminhos possíveis para alterar os rumos do país. Esse desconhecimento foi se tornando cada vez mais um desinteresse denunciado nas charges como um abandono político por parte do presidente, derrotado pela inércia e

sem forças para conduzir a sucessão de seu governo.

A imagem da liderança de Fernando Henrique Cardoso, desenhada pelos traços dos chargistas, foi a de um líder alheio às competências daquele que ocupava o mais alto cargo em uma República: nem operava a política, nem liderava o país.

O enquadramento mais utilizado pelos chargistas para representar FHC foi a Liderança Desgovernada. A partir desse enquadramento pode-se definir Fernando Henrique Cardoso como uma liderança alheia, incapaz de responder politicamente às demandas econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo Brasil.

Absorto, distraído, alheado, desatento, desinteressado, embaraçado, desligado, inerte, infantilizado, distante, ingênuo, alienado, alucinado, amedrontado, desequilibrado, despropositado, paralisado, desinformado e deslocado foram algumas das características imputadas nas caricaturas de FHC, quando o enquadramento era a Liderança Desgovernada.

3.2.2. Luiz Inácio Lula da Silva: Liderança Cordial



Fig.152. Novo retrato oficial.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 02.11.2006.

Nas charges, Luiz Inácio Lula da Silva foi representado como uma liderança política que, ao ser eleito presidente da República, se deixou dominar pelo poder que o cargo representava e que, por isso, abandonou a origem sindicalista, a ideologia

socialista e as históricas bandeiras de luta do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com Alves (et al., 2019), na campanha presidencial essas mudanças já estavam sinalizadas. O candidato das campanhas de 1989, 1994 e 1998, com vestimentas populares e discursos enfáticos contra os capitalistas, não existia mais. O candidato de 2002 usava terno e gravata, dialogava com a voz calma e tinha ao seu lado, como candidato a vice, o empresário José Alencar. Essas mudanças estavam atreladas às do próprio partido e ao projeto de poder conciliador divulgado na “Carta ao povo brasileiro”.

Outro elemento, presente na campanha eleitoral de 2002, segundo Carreirão (2003), correspondeu à ideia de descontinuidade com relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) que, apesar de conter a inflação, não venceu o desemprego. As questões sociais foram abordadas sob a ótica de um candidato de origem popular que tinha vivenciado os problemas do Brasil e que, ao lado do povo, poderia enfrentá-los.

Essa ruptura com o governo de Fernando Henrique Cardoso não foi percebida nos traços dos chargistas, pelo contrário, muitas foram as caricaturas de Lula com o semblante e as atitudes semelhantes àsquelas praticadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso quando a agenda era economia.

Os enquadramentos predominantes utilizados para representá-lo foram: Liderança Personalista (36,8%); Liderança Desgovernada (33,1%) e Liderança Corrompida (15,4%).

Tabela 9: Enquadramento de Luiz Inácio Lula da Silva

	Resoluta	Desgovernada	Personalista	Corrompida	Marionete	Outros	Total
2003	20	48	32	18	10	2	130
2004	14	58	31	18	5	2	128
2005	15	70	60	19	3	0	167
2006	5	47	65	14	7	3	141
2007	10	22	26	14	1	0	73
2008	4	28	27	14	4	0	77
2009	13	26	29	15	12	0	95
2010	1	1	63	28	1	0	94
Total	82	300	333	140	43	7	905

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O enquadramento Liderança Corrompida, bastante explorado em torno da temática governabilidade, expôs a suscetibilidade de Lula aos efeitos que uma posição de poder poderia gerar. Desconectou-se dos valores que sempre defendera e da empatia com as demandas daqueles que estavam sob o seu governo. Nas charges, a manutenção do poder era atravessada pela contradição entre o sindicalista e o presidente. Seria a antítese das bandeiras defendidas pelo governante em sua trajetória política.

Aristóteles (2007) e Maquiavel (2010) já apontavam os riscos e vícios do poder; a partir do momento em que alguns adquirem o poder, suas características mais vis podem ser reveladas, e eles se autodestroem. Nessa mesma linha, há a famosa frase atribuída a Abraham Lincoln (presidente dos EUA no período 1861 - 1865): “quase todos os homens são capazes de aceitar adversidades, mas se quiser pôr à prova o caráter de um homem, dê-lhe poder”.

Essa ideia de que o poder corrompe os homens é parodiada com características do grotesco, indicando a monstruosidade do poder e o horror que transforma ou desmascara o governante, quando tomado por ele.

O desejo de se manter no poder também apareceu nas caricaturas de Lula aconselhando Deus, metamorfoseado como o próprio Deus e considerando ser capaz, de governar, não só o Brasil, mas também o mundo.

O debate em torno da sucessão presidencial foi destacado nas charges com o enquadramento Liderança Corrompida. Por um lado, a possibilidade de um terceiro mandato, devido ao índice de aprovação de 80% no final do segundo mandato¹³⁵, e por outro lado, Dilma Rousseff era representada como a criatura que emergia das mãos de Lula, seu criador.

¹³⁵ De acordo com a pesquisa Ibope, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em 16.12.2010. A pesquisa foi realizada com 2002 entrevistados de 140 municípios de todas as regiões do Brasil. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 24.04.2021.



Fig. 153. O poder deixa as pessoas feias.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 28.05.2003.



Fig. 154. Gabinete do presidente.

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 06.05.2003.

Os enquadramentos Liderança Desgovernada e Liderança Resoluta, apesar da significativa diferença quantitativa (33.1% e 9,1%, respectivamente), foram utilizados na referência da temática economia e governabilidade, devido aos embates políticos e aos resultados econômicos.

Quando os assuntos eram o baixo índice do Produto Interno Bruto (PIB) e o equilíbrio da inflação, Lula era representado como uma liderança desgovernada, inerte e incapaz de tomar uma decisão para alterar a situação econômica. Já quando a manutenção do valor do dólar estava baixo, ele era caricaturado como uma liderança resoluta, dotada de certeza na forma como conduz a máquina do Estado.

Ademais, os chargistas revezavam seus traços entre o enquadramento desgovernado e o resolutivo, de acordo com as disputas políticas entre o governo e os parlamentares ou movimentos sociais, em torno da aprovação das reformas.



Fig. 155. Sem título (59).

Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 12.01.2006.

É o enquadramento personalista que permite dizer que a liderança que emerge das charges na forma de representar Luiz Inácio Lula da Silva é a cordial, desenhado à frente do seu partido e das instituições, com traços autoritários na forma como lidou com os críticos, no abandono daqueles que poderiam prejudicar sua imagem política e na mobilização política para se blindar das marcas de corrupção.

Não foi só com base no populismo presente entre os governantes da América Latina, com carisma e políticas sociais, como o programa Bolsa Família, responsável pela retirada de parte da população brasileira da extrema pobreza¹³⁶, que o enquadramento que prevaleceu nas charges com caricaturas de Luiz Inácio Lula da Silva refletiu o personalismo. Apesar das charges destacarem o uso do programa para o aumento do capital político, elas também direcionaram o olhar para os limites do Bolsa Família e para a manutenção da pobreza no país como uma estratégia para se manter no poder.

As caricaturas de Lula reforçam a compreensão de Faoro sobre a elite patrimonialista, com um governo que agregava diferentes classes sociais, perpassando o autoritarismo e a imagem do pai do povo.

3.2.3. Dilma Rousseff: Liderança Isolada.



Fig. 156. A pátria educadora.
Fonte: ANGELI, Folha de S. Paulo, 14.04.2015.

¹³⁶ O Índice GINI do Brasil caiu de 58,1 para 51,5 entre 2003 e 2011. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5801> Acesso em: 24.04.2021.

A liderança política de Dilma Rousseff nas charges foi construída com base na sua incapacidade de agir, na sua dificuldade para fazer a sua vontade política ecoar e se transformar em criação política. Ela foi caricaturada em um lugar de refém das vontades e ações de seus aliados, que estavam prontos para tomar o lugar da presidente, assim como da eminência parda de seu antecessor e padrinho político.

Na campanha eleitoral de 2010, a imagem da liderança de Rousseff foi preparada, de acordo com Martins (et al., 2018), com base nas suas capacidades pessoais de gestora, na condição de gênero, como mãe, mulher, cuidadora da nação e como herdeira autorizada de Lula.

Nas charges, durante o mandato, a representação da liderança destacou a dificuldade de Dilma Rousseff na administração desses elementos para manter-se no poder. Os enquadramentos predominantes utilizados para representá-la foram: Liderança Resoluta (15,6%); Liderança Desgovernada (56,7%) e Liderança Marionete (19,7%).

Tabela 10: Enquadramento de Dilma Rousseff

	Resoluta	Desgovernada	Personalista	Corrompida	Marionete	Outros	Total
2011	14	20	0	0	15	1	50
2012	6	13	0	4	7	0	30
2013	10	31	6	0	10	1	58
2014	11	36	3	7	7	2	66
2015	6	61	0	0	19	1	87
2016	5	22	0	0	6	1	34
Total	51	183	9	11	64	6	325

Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

O enquadramento Liderança Resoluta foi utilizado pelos chargistas para destacar as tentativas de Dilma Rousseff de controlar a influência dos aliados em seu governo, acabar com os casos de corrupção, alterar os seus ministros, na relação com o Lupi, e na forma de apresentar-se ao mundo, durante seu primeiro mandato, nos encontros na Europa e na ONU, onde apresentava o Brasil em uma perspectiva positiva, com destaque para a sua presença como primeira presidente mulher do país.



Fig. 157. ONU.

Fonte: Bennet, Folha de S. Paulo, 22.09.2011.

Poucas foram as charges que representaram Dilma Rousseff como uma liderança personalista, mas quando ocorreram foi em relação a sua tentativa de usar programas de governo, como o “Mais médicos”, ou a Olimpíada do Rio de Janeiro, de 2016, para aumentar seu capital político e se reeleger.

O enquadramento Liderança Marionete, contrário de Resoluta, representou Dilma Rousseff, não apenas na incapacidade de impor sua vontade e dar uma identidade ao seu governo, mas também como refém das vontades de seu padrinho político, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos aliados do PMDB.

A “eminência parda”, Luiz Inácio Lula da Silva, que, apesar de não ocupar cargo que lhe garantisse posição de mando no governo Rousseff, influenciou a detentora dessa posição. Representado como conselheiro e como o próprio governante, atuou como titereiro e controlou as ações da presidente.



Fig. 158. Sem título (60).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 06.06.2011.

Os espaços de poder conquistados e a pressão política que os aliados exerceram durante os dois mandatos de Dilma Rousseff foram representados, nas charges, com traços e características que os colocavam como articuladores do poder. Sem demonstrar força ou capacidade política para reagir e manter-se como governante, a presidente foi se isolando politicamente. Nas charges, esse isolamento apareceu como um facilitador para os aliados atingirem seu objetivo.

A influência da mídia e o exercício constante de culpabilizar o Partido dos Trabalhadores de todos os males que afetavam o Brasil, no período, também foram representados como elementos que influenciaram o resultado do processo de impeachment de Dilma Rousseff.



Fig. 159. Sem título (61).

Fonte: JEAN, Folha de S. Paulo, 27.03.2016.



Fig. 160. Sem título (62).

Fonte: MONTANARO, Folha de S. Paulo, 27.02.2016.

Rousseff foi caricaturada, não apenas em sua inação, mas também em ações que, mesmo carregadas de esforço, não alteravam o curso político.

O isolamento de Dilma Rousseff foi o elemento de maior destaque nas charges com o enquadramento liderança desgovernada. A dificuldade da presidente para dialogar com os parlamentares, com a mídia e com seu próprio partido foi explorada nas charges, colocando-a como aquela que optou pelo isolamento e, também, como aquela que, quando sozinha e incapaz de se manter no poder, buscou reaproximação com o Partido dos Trabalhadores e com seu padrinho político, mas se viu mais isolada ainda.

Isolada, Dilma não foi representada como uma liderança que conduzia o Brasil a algum lugar, pelo contrário, não sabia aonde chegar e, acuada e imobilizada, ficou pelo caminho.

As charges políticas do jornal Folha de S. Paulo atuam no sentido de desconstruir uma imagem crível e capaz de conseguir adesão ou manutenção do poder.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo analisar a representação da liderança política nas charges, a partir do estudo de caso do jornal Folha de S. Paulo que, com a fusão da Folha da Manhã e da Folha da Noite, nos anos 1960, fez uso desse recurso gráfico; a partir dos anos 1980, a página A2 do jornal passou a ser, de forma ininterrupta, espaço para a coluna gráfica. O recorte temporal selecionado corresponde aos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) e Dilma Rousseff (2010-2016). O período 1995 a 2016 foi marcado por certa estabilidade democrática, com presidentes eleitos e reeleitos para a continuação de seus mandatos, e pela polarização entre dois partidos: Partido dos Trabalhadores, PT, e Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB.

No contexto da democracia de público, alicerçado pelas tecnologias de comunicação e informação, a forma como a imagem da liderança aparece para o eleitor é um elemento fundamental para a manutenção do poder, e o resultado é a busca por uma visibilidade que garanta ao governante uma construção positiva de sua atuação política.

Na contramão do controle dessa visibilidade, as charges do jornal Folha S. Paulo, entre 1995 e 2016, atuaram conforme afirmações de Lima (1963), escarnecendo, desmascarando e desacreditando as pretensões das lideranças políticas.

A disposição jornalística da Folha de S. Paulo, marcada pelo desejo do pluralismo, corroborou para que ela aparecesse como uma mídia adequada à charge, que nela se realizou como mais um entre os vários gêneros opinativos, e não como mera ilustração das manchetes de capa ou editoriais.

A estrutura das charges cultivou elementos do arsenal do caricaturista do século XIX, apresentados por Gombrich (1999): contraste, bestiário político, figuras de linguagem, caricatura, condensação e metáforas naturais. Com relação às técnicas utilizadas e as teorias sobre o riso, superioridade, alívio ou incongruência. Foram identificados elementos, na forma de enquadrar as lideranças políticas, que dialogavam com a teoria da incongruência, a partir dos traços que expressavam as contradições entre a representação e a realidade das práticas políticas das lideranças.

A temática central das charges publicadas na página A2 foi em torno da política,

com questões em referência ao Estado, porém, diferentemente do que a hipótese supunha, não houve predomínio de charges com caricaturas ou referências aos presidentes em exercício em todos os mandatos, mas apenas no de Fernando Henrique Cardoso.

As lideranças políticas foram caricaturadas em torno de questões como o escândalo político, a economia, a campanha eleitoral, governabilidade e relações internacionais. O estudo pormenorizado da agenda de temas nas charges foi importante para identificar, não só quais temas da mídia foram revistos pelo olhar humorístico, mas também como as mesmas temáticas representaram as diferentes lideranças e como essa representação se deu ao longo do período analisado, devido aos contextos, conjunturas políticas e ator político que ocupava o poder, assim como as principais disputas de poder, no período.

Fernando Henrique Cardoso foi o governante que, durante o seu mandato, mais teve charges com caricaturas ou referências diretas a sua liderança política, seguido de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A análise das características das charges e do perfil dos chargistas permite afirmar dois elementos para essa diferença. O primeiro deles corresponde ao posicionamento político dos chargistas que publicaram seus desenhos gráficos durante os respectivos mandatos, e o segundo, ao debate em torno da crise da liderança política.

Durante o mandato de Cardoso, as charges ficaram sob a autoria, principalmente, de Glauco e Angeli, que se revezavam na publicação diária. Esses dois chargistas construíram suas trajetórias durante o Regime Militar, com atuação no Pasquim e com um posicionamento crítico ao projeto liberal e privatista de Fernando Henrique Cardoso. Apresentaram narrativas de um presidente que poderia ser instruído, mas que não sabia sobre o país e o povo que estava governando.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, os mesmo chargistas demonstraram certa expectativa política com um projeto de governo de origem popular e com valorização das políticas sociais. Essa expectativa não retirou de Glauco e Angeli um olhar crítico à atuação política de Lula, com denúncias constantes sobre o distanciamento de um projeto político vinculado ao pensamento da chamada esquerda e sobre a continuação da política econômica de Fernando Henrique Cardoso.

No entanto, foi o Escândalo do Mensalão que alterou o número de publicações de charges com caricaturas ou referências diretas ao presidente da República. Foi a partir desse escândalo que os chargistas começaram a expressar, em seus traços,

uma decepção com a liderança política, alteraram a linha de personificação da política na figura do presidente em exercício e passaram a direcionar seus olhares para os parlamentares e as instituições. Assim, o destaque deixou de ser apenas a liderança política do presidente da República, centrada no personalismo, atribuindo-se a ele um papel principal na solução dos problemas e no modo de governar.

A diminuição da representação da liderança política e da valorização da personificação da política na figura do presidente em exercício manteve-se durante o governo de Dilma Rousseff, mas a pesquisa demonstrou que os motivos para o baixo índice de charges com caricaturas ou referência a ela se distinguiram daqueles citados quando o presidente caricaturado era Luiz Inácio Lula da Silva.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, com o falecimento de Glauco, houve aumento, não só do número de chargistas que publicaram na página A2, como também regularidade de publicações desses novos nomes.

Jean Galvão, Bennet e João Montanaro, advindos de uma nova geração, manifestaram, dentro do espaço ocupado pelas charges, o pluralismo almejado pelo jornal Folha de S. Paulo, ampliando o foco da política para além da personificação da liderança e, conseqüentemente, refletindo e reafirmando a crise da liderança política.

Os chargistas demoraram para encontrar em Dilma Rousseff os traços que rapidamente poderiam compor sua caricatura. Essa dificuldade foi reflexo da baixa visibilidade de Dilma antes da campanha eleitoral e da forte influência do padrinho político no início de seu primeiro mandato. Como demonstrado no primeiro capítulo, os chargistas, quando questionados sobre a publicação de poucas charges com Rousseff, mesmo em um contexto de fortes ataques midiáticos a ela, não relacionaram essa dificuldade com a questão de gênero ou com dificuldade para caricaturar mulheres, mas a um cuidado com a imagem da presidente e com os riscos de o debate proposto pelas charges serem apropriados por um discurso da direita. Nesse sentido, as charges que tinham a temática da política, durante o governo Rousseff, propuseram charges questionando a atuação política dos parlamentares e o papel desempenhado pela mídia na culpabilização do Partido dos Trabalhadores pelos problemas que o país enfrentava.

Houve equilíbrio entre o número de charges que tematizaram as três lideranças políticas quando o assunto era Campanha Eleitoral e Relações Internacionais. No âmbito das campanhas eleitorais, a estrutura dos desenhos gráficos, na forma de parodiar as estratégias dos políticos, também foram similares.

A campanha para a reeleição de FHC esbarrou na temática da corrupção devido a compra de votos para aprovação da Emenda da reeleição. Outro elemento presente quando o tema era campanha eleitoral e tinha a caricatura de Cardoso, foi a importância política do então presidente na campanha, para prefeitura da cidade de São Paulo, do candidato pelo PSDB, José Serra.

O apadrinhamento político foi bastante explorado nas charges, com representações de Luiz Inácio Lula da Silva, ainda durante seu mandato político, na campanha de 2010, nas quais, mais do que apresentar sua candidatura, os chargistas exploraram o desejo de Lula em continuar no poder. Ademais, o uso da máquina do Estado foi explorado nas charges de Lula e Dilma, com estratégias populistas e uso de projetos sociais como o “Bolsa Família” e o “Minha casa, minha vida”, para angariar votos. Por fim, nas três campanhas de reeleição, questões como a ausência de qualidade do debate político e a aproximação política entre os candidatos caracterizaram a corrida eleitoral nas charges da Folha de S. Paulo.

Apesar de esse equilíbrio se repetir na temática das Relações Internacionais, a forma como os presidentes foram caricaturados foi distinta devido à conjuntura e às disputas políticas do período. Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram caricaturados com destaque quanto a sua relação com o Fundo Monetário Internacional e quanto às viagens que realizaram. O objetivo dessas viagens era construir e fortalecer a imagem do país em um cenário global, mas quando parodiadas foram apresentadas no deslumbre com o primeiro mundo, o desconhecimento da realidade política brasileira por parte de FHC e distanciamento de Lula de sua origem política e dos valores de um projeto político de esquerda. Com relação ao FMI, Cardoso foi caricaturado em uma relação de subserviência aos EUA, e Lula, mais uma vez, na aproximação com o projeto político e econômico do seu antecessor. Já durante o governo de Dilma Rousseff, quando o assunto era Relações Internacionais, as charges destacaram a relação com os EUA, a partir da espionagem por parte do governo de Barack Obama e da tentativa de Dilma de se colocar como resistência a essa espionagem.

Quando o assunto era escândalo político e economia, não houve equilíbrio no número de publicação de charges dos três governantes. Como apresentado no segundo capítulo, as charges com caricaturas ou referências diretas a Luiz Inácio Lula representaram um percentual de 17%. Em termos proporcionais, correspondeu a cerca de três vezes mais que as charges sobre FHC e oito vezes mais que as charges

sobre Dilma, quando o tema era escândalo político. Quando o assunto era economia, apesar do desequilíbrio essa diferença não foi tão grande: Lula manteve os 17%, FHC foi representado em 9% e Dilma, em 10% das charges. Esse alto número com caricaturas ou referências diretas a Lula esteve relacionada à decepção política de Angeli com a prática política do Partido dos Trabalhadores e do próprio presidente, ao lado da aproximação constante entre Lula e FHC.

Quatro foram os escândalos explorados nas charges durante os governos de Fernando Henrique Cardoso: “Caso Sivam”; “Pasta Rosa”; “Precatórios” e “Emenda da reeleição”. Mesmo número de escândalos foi explorado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva: “Waldomiro Diniz”, “Correios”, “Mensalão” e “Aloprados”. E três foram os escândalos caricaturados no governo Dilma Rousseff: “Faxina de Dilma”, “Operação Lava Jato” e seu desdobramento no “Escândalo da Petrobrás”.

Tanto nas charges de Fernando Henrique Cardoso quanto nas de Luiz Inácio Lula da Silva, o objetivo dos chargistas, quando o tema era escândalos políticos, correspondeu à denúncia de dois elementos principais: (1) o envolvimento dos presidentes nos escândalos e (2) a constante ação dos presidentes, dos assessores e da equipe política em busca de uma certa blindagem à imagem do governante e à manutenção de uma narrativa sobre o desconhecimento frente aos casos de corrupção.

Angeli não parodiou os escândalos políticos do governo Rousseff. Jean, Bennet e Montanaro, quando o fizeram, não relacionaram a figura da presidente ao uso da máquina do Estado para evitar a investigação ou blindá-la das responsabilidades políticas.

Mesmo que o objetivo dos chargistas fosse desconstruir a imagem dos presidentes da República, o escândalo do mensalão expôs o descrédito dos chargistas com Luiz Inácio Lula da Silva, com o Partido dos Trabalhadores, com a liderança política e com a própria política.

A forma como as lideranças políticas foram caricaturadas quando o tema era a questão econômica foi muito similar nos três governos, com o uso da alegoria do timoneiro para demonstrar a dificuldade de realizar uma política econômica estável e a representação dos governantes como incapazes de alterar a dinâmica de crise da economia brasileira.

As questões em torno da governabilidade, na qual se refletiu a construção de condições para o exercício do governo, as políticas públicas, a relação com a oposição

e às coligações foram predominantes nos três governos. Em termos de proporção, o número de charges de Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff foi similar, frente a um menor número de referências a Luiz Inácio Lula da Silva. Como descrito no segundo capítulo, o subtema governabilidade foi dividido em cinco blocos: Persona Política, Liderança, Alianças Políticas, Oposição e Sincretismo.

As personas de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram construídas a partir da imagem de presidentes que se distanciaram do seu passado. O primeiro abandonara o acadêmico e sociólogo, e o segundo, o sindicalismo e a luta dos trabalhadores. Características como a de um político impregnado pelo poder, metamorfoseado em seu principal adversário político e representado por um autoritarismo compuseram a construção da persona de Lula. Já, na persona de Dilma Rousseff não era possível contradizer sua trajetória política de luta contra a ditadura militar, pelo contrário, sua imagem foi caricaturada na construção da memória de resistência e combate ao governo militar. No entanto foi a sombra, o destaque, para a construção de sua persona, a presidente que não ocupava o lugar de liderança política, posto que estava sempre à sombra de seu padrinho político.

Nos três governos as características das Alianças Políticas e da Oposição foram distintas. Nas representações gráficas de Fernando Henrique Cardoso, apesar da forte influência de Antônio Carlos Magalhães, a aliança política e a oposição ocuparam espaços distintos, e coube a Lula a principal figura de oposição a Cardoso. Nas caricaturas de Luiz Inácio Lula da Silva, aliança e oposição começaram a tornar difícil a delimitação de suas fronteiras, pois as figuras oposicionistas tinham origem na base política ou dentro do próprio partido de Lula, ao lado do grande número de coalizão de partidos e ministérios que foram ganhando cada vez mais espaço político. Aliados políticos tornaram-se as principais forças de oposição e os principais interessados em derrubar o governo Dilma Rousseff, que foi representada cada vez mais isolada, politicamente.

Em diálogo com as metáforas naturais apontadas por Gombrich, foi identificada uma série de charges marcadas pelo sincretismo, nas quais Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva foram caricaturados ironizando o desejo de poder a partir de posturas e afirmações que os colocavam como divinos e superiores. Já Dilma Rousseff foi caricaturada ocupando o lugar de figuras religiosas que foram condenadas e traídas injustamente.

A pesquisa demonstrou que o lugar que os chargistas dedicaram às três

lideranças políticas foi o mesmo quando o assunto era Economia e Campanha Eleitoral. No entanto, quando os temas foram Relações Internacionais, Escândalo Político e Governabilidade, essa aproximação ocorreu na representação de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva e nas estratégias que utilizaram para se manter no poder. Todavia, essa semelhança não pode ser identificada quando esses temas são abordados na representação de Dilma Rousseff, o que reforça a compreensão da liderança política a partir da linha integradora (JÌMENEZ, 2008), destacando os elementos conjunturais e a trajetória da liderança.

A conjuntura política e os desafios impostos para Dilma se manter no poder, foram de um lado, devido as suas características pessoais de falta de diálogo, e por outro lado, e principalmente, porque os chargistas, antes de denunciar as contradições dentro seu governo, buscaram denunciar a estrutura de perseguição e o golpe que vinha sendo articulado pelos aliados políticos e a imprensa.

Esse lugar dedicado às caricaturas das lideranças políticas permitiu identificar quais tipos de lideranças emergem das charges. Como apontado no terceiro capítulo, os enquadramentos observados foram: Resoluta, Desgovernado, Personalista, Corrompido e Marionete.

As características de liderança política desgovernada foram predominantes na forma de caricaturar Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff. Já as referências de uma liderança personalista foram atribuídas a Luiz Inácio Lula da Silva.

Dentre as características de uma liderança desgovernada, quatro foram destacadas na forma de representar Cardoso, a saber: (1) o desconhecimento da realidade política brasileira; (2) o desconhecimento das questões políticas que atravessaram seu governo; (3) a falta de identificação com o povo brasileiro; e, (4) a valorização e o desejo de morar em países do chamado primeiro mundo. Essas características foram responsáveis pela composição de uma paródia de Fernando Henrique Cardoso como um governante deslocado do lugar de liderança política.

Dilma Rousseff também foi enquadrada como uma liderança desgovernada, mas as características destacadas desse tipo ideal diferiam daquelas identificadas em Cardoso: (1) incapacidade de diálogo e (2) isolamento político. Apesar de, no primeiro mandato, Rousseff ter sido caricaturada como uma liderança resoluta, disposta a acabar com a corrupção e trazer para a política brasileira uma certa racionalidade, o destaque das características da liderança de Dilma eram a antítese do tipo ideal da liderança política idealizada por Weber, ou dos valores como virtù, mediedade e

disposição. Isenta desses atributos, Rousseff foi representada como uma governante incapaz de liderar e, mais do que isso, isolada politicamente, inclusive dentro de seu próprio partido.

Foi sutil a diferença entre o número de charges que enquadraram Luiz Inácio Lula da Silva como uma Liderança Desgovernada e como uma Liderança Personalista. Quando o tema era economia, Lula era representado como desgovernado. Quando o tema era governabilidade e escândalos políticos, era representado como Personalista. Nas caricaturas de Luiz Inácio Lula da Silva há uma liderança política que deseja o poder e que, para manter-se nele, é representado como aquele que se aproxima do eleitorado, atua com um viés autoritário, faz uso constante da máquina do Estado, seja para fins eleitorais, seja para proteger sua imagem dos escândalos de corrupção. Foram os elementos de uma liderança personalista que permitiram definir a liderança de Lula nas charges como uma liderança cordial.

Mais uma vez a hipótese da pesquisa foi parcialmente comprovada, uma vez que as características de uma cultura política marcada pelo personalismo perpassou a forma de representar a liderança política nas charges; porém, foi predominante apenas nas charges de Luiz Inácio Lula da Silva, o que permite afirmar que as charges refletem a conjuntura política e as características da trajetória do governante, mas não atuam como um espaço para reforçar uma cultura centrada no personalismo, apesar de, mesmo que com posturas críticas ao governante, ele aparece com um papel de destaque na solução dos problemas e no modo de governar.

O espaço atribuído às charges, no jornal Folha de S. Paulo, entre 1995 e 2016, foi utilizado como uma coluna gráfica que não precisa dialogar com a capa, o editorial ou qualquer espaço do jornal. Uma coluna marcada pela denúncia dos debates políticos do período, destacando, não só o que os governantes queriam esconder, mas também os limites, as dificuldades e os interesses de cada um deles.

As charges expressaram a antítese das qualidades que um líder deveria possuir, demonstrando o que a liderança pretendia esconder, desconstruindo as narrativas e expondo as incoerências entre os valores defendidos pelos governantes em suas trajetórias e sua atuação política durante os mandatos.

Quando os chargistas deslocam o foco de seus traços dos presidente em exercício para destacar os parlamentares, as instituições que compõem a estrutura política do Estado e a mídia, eles reforçam e refletem menos a crise da liderança política e destacam os outros personagens do jogo político.

Mesmo que os chargistas tenham utilizado alegorias, metáforas e linguagens comuns ao longo do tempo e no diálogo sobre um mesmo tema entre diferentes lideranças, o lugar ocupado pelo governante na charge é resultado da conjuntura política e do jogo de relações de força que estiverem em voga.

O estudo da liderança política por meio da sua representação humorística reafirma a compreensão das charges como um documento histórico, por meio do qual é possível identificar os acontecimentos políticos, sociais e culturais, assim como compreender as disputas de poder do período observado. A análise demonstrou uma ampliação do debate em torno da representação da liderança política para além do âmbito institucional, compreendendo-a na relação entre humor e política.

Essa relação é entendida como um incentivo à reflexão, aquele que Pirandello (1996) chamou de “sentimento do contrário”. Ainda que, por vezes, nos traços dos chargistas tenha existido o risco de produzir leituras em consonância com as referências presentes na sociedade e na imprensa, as charges conseguiram, na escolha do exercício humorístico de levantar problemas, provocar sorrisos desconfortáveis.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, V. **O riso e o risível na história do pensamento**. Rio de Janeiro: Zahar, FGV, 1999.

ALBUQUERQUE, A. A campanha presidencial no 'Jornal Nacional': observações preliminares. **Comunicação e Política**, Vol 1, n.1, pp. 23 – 40.

ALVES, M. MARTINS, J. M. L, MARTINHO, S. G. Liderança política midiática: notas sobre o caso brasileiro. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 21. N. 28, jan/jun. 2019.

ARISTÓTELES. **Poética**. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **A Grande Imprensa e o PT (1989 – 2014)**. São Paulo: EDUFSCAR, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Annablume, Hucitec, 2008.

BAUDELAIRE, Charles. Sobre la esencia de la risa y, em general, sobre lo cómico em las artes plásticas. In: JAVIER DEL PRADO, ANTONIO MILLAN ALBA S. L. U. **Poesía completa: Escritos autobiográficos. Los paraísos artificiales. Crítica artística, literaria y musical**. Trad. Madrid: Espasa Libros, 2000.

BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº4. Brasília, julho – dezembro, pp. 43 -73. 2010.

BELLUZZO, Ana Maria. Desenho, letra e humor: tópicos de um percurso. In: **Traço, Humor & Cia**. Curadoria Denise Mattar. São Paulo: Fundação Álvares Penteado, 2003.

BERGSON, Henry, **O riso: ensaio sobre a significação do cômico**. Trad. Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BLINKHORN, M. **Mussolini e a Itália Fascista**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BURKE, P., **Testemunha ocular**. Trad. Vera M. X. dos Santos. Bauru - SP: EDUSC, 2004.

CANDIDO, A. Dialética da Malandragem. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Ed.). **O discurso e a cidade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas Cidades,

2004.

CENTRONE, B. **Platone. República**. Trad. De F. Sartori, intr. de M. Vegetti, notas de B. Centrone. Bari: Laterza. 2011.

CHAIA, M.; TÓTORA, S. Liderança Política: Virtù e Parresía. **Contemporânea: revista de sociologia da UFSCAR**. São Carlos, v. 6, n. 2, p. 394 – 412, jul/dez. 2016.

CHAIA, V. A Câmara municipal e a imprensa (1989 – 1996). **Observatório da Imprensa** (São Paulo), v. 17, p. 1-15, 2000.

_____. Lideranças Políticas: entre o nascimento e a fabricação. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v. 5, n.14, p.87-89, jun.- set. 2012.

CHAIA, V; TEIXEIRA, M. A. C. Democracia e Escândalos Políticos. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.1, p. 62 – 75, 2001.

CONDREN, C. Verbete “Satire” In: **Encyclopedia of Humor Studies**. (org). Salvatore Attardo). Los Angeles: Sage Publications, 2015.

CORNELLI, Gabriele. Platão contra a corrente. A imagem do navio na República. **Studia Philologica Valentina** Vol. 16, n.s. 13. 2014, p. 5-30.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

DAMATA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DUPRAT, Annie. O olhar de um monarquista da Revolução: Jacques-Marie Boyer de Nimes. In: **Anais história da Revolução Francesa**. 2004.

ECO, Umberto. **História da Feiura**. trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ENTMAN, Robert. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. In M. Levy and Gurevitch, eds, **Defining Media Studies**. New York: Oxford University Press, 1994.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo. 2001.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura**: a imagem gráfica do humor. Ed. Porto Alegre: Artes e ofícios, 1999.

FREUD, S. (1905) **Obras completas**, volume 7 - o chiste e suas relações com o inconsciente. Trad. Fernando Costa Matos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRYE, Northop. **Anatomia da Crítica**: quatro ensaios. Trad. Marcus De Martini. S. Paulo: É Realizações, 2014.

GAMSON, W. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, 95, pp. 1-37, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GITLIN, T. **The Whole World is Watching**. Berkeley: University of California Press. 1980.

GOFFMAN, E. **Stigma**: notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall, 1963.

_____. **Frame Analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GOMBRICHT, E. H. **Meditações sobre um cavaleiro de pau**. São Paulo: Ed. Edusp. 1999.

_____. **Os Usos das imagens**: estudos sobre a função social da Arte e da Comunicação Visual. Trad. Ana Carolina Azevedo e Alexandre Salvaterra. Porto Alegre, Bookman, 2012.

_____. **Arte e Ilusão**: um estudo da representação pictórica. S. Paulo, Martins Fontes, 1986.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho com colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007, v. 3.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"**. Lisboa: Vega, 1993, p. 101-130.

HANSEN, João Adolfo. Anatomia da sátira. In: VIEIRA, Brunno; THAMOS, Márcio. **Permanência Clássica**. S. Paulo, Escrituras/Edit. Unesp, 2011

HOBBS, T. **O Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Sobre a Natureza Humana**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

HUTCHEON, L. **Uma teoria da paródia**, Lisboa, Edições 70, 1996.

JIMÉNEZ DÍAZ, José Francisco. Enfoque sociológico para el estudio del liderazgo político. **Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**, nº 9, 2008, p.189-203.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade de julgar**. Trad. Fernando Costa Mattos. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Vozes e Editora Universitária São Francisco, 2017.

KAYSER, Wolfgang. **O Grotesco**: configuração na pintura e na literatura. Trad. J. Guinsburg. S. Paulo: Perspectiva, 2013.

KEYT, D. Plato and the Ship of State. In SANTAS, Gerasimos (org.) **The Blackwell guide to Plato's Republic**. Malden: Blackwell, 2006.

Kim K, McCombs M. News Story Descriptions and the Public's Opinions of Political Candidates. **Journalism & Mass Communication Quarterly**. 2007; 84(2): 299-314. doi:[10.1177/107769900708400207](https://doi.org/10.1177/107769900708400207).

KINZO, M. D. G. Partidos, Eleições, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989 – 2002). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

KRIS, E.; GOMBRICH, E. **Os princípios da caricatura**. In: KRIS, E. **Psicanálise da Arte**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. 1º volume. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

_____. **História da caricatura no Brasil**. 2º volume. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LAWRENCE, Regina. Game-framing the issues: tracking the strategy frame in public policy news. **Political Communication**, Vol. 17, pp. 93- 114, 2000.

LIPPMANN, W. **Public Opinion**. Nova Iorque: Free Press, 1922.

LUCAS, Fernando de; CUEVA, Murilo de la. Comunicación política y liderazgo: la dimensión estético-expresiva de la política postmoderna. **Saberes – Revista de estudios jurídicos, económicos y sociales**. Vol 1, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Penguin Classics)

MARANHÃO, Cristina. **Imagens da guerra**. Brasil, Palestina e Portugal. São Paulo:

PUC-SP, 2013.

MARANHÃO et al. O Brasil da Telenovela e do jogo político. In: SEGURADO, R.; ESTRAMNHO, R. e CHAIA, V. (orgs.). Política e Lideranças: teorias e práticas. São Paulo, PUC-SP, 2018.

MARTINS, A. I. C. A seriedade do Humor ao longo dos séculos: uma retórica do poder político ou de um contra-poder? **Ágora. Estudos Clássicos em debate**: 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321037735013> Acesso em 8 de maio de 2018.

MARTINS, J. M. L; ALTMANN, C. Os usos do gênero na campanha presidencial de 2014: mulheres na propaganda eleitoral brasileira. **Teoria e Pesquisa** (online), v.27, p. 48 -70, 2018. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/648> Acesso em: 10.05.2021.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 10, n.29, p.5-34, outubro, 1995.

MARX, KARL. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas de Nélío Schneider; prólogo de Herbert Marcuse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quaterly**, v. 36, n. 2, p. 176-182, Summer, 1972.

MELO, C. Notas e reflexões sobre Liderança Política: contribuição para delimitação de um campo de estudo. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v.5, n.14, p. 11-30, jun-set. 2012.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Cartas Persas**. Trad: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Ed. Paulicéia, 1991.

_____, **O espírito das leis**. Trad. Cristiane Murachco. São Paulo: Martins fontes, 2000.

MIGUEL, L. F. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados**, vol. 42, n. 2, pp. 253-276, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de S. Paulo (1921 – 1981)**. São Paulo: Impres, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

_____. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

NAZARETH, Otavio. **Sapos, cobras e lagartos**: a charge política de Glauco. São Paulo: Ed. Olhares, 2014.

NELSON, Thomas e WILLEY, Elaine. Issue frames that strike a value balance: a political psychology perspective. In: S. Reese, O. Gandy, Jr. e A. Grant, eds., **Framing Public Life**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001, p. 245-266.

NOGUEIRA, Andrea de Araújo. O humor paulista: a cidade de Belmonte. In: **Traço, Humor & Cia**. Curadoria Denise Mattar. São Paulo: Fundação Alvares Penteado, 2003.

NOGUEIRA, Andréa de Araújo; CAGNIN, Antônio Luiz. **Humor e populismo**: o desafio diário nas charges de Nelo Lurenzon (1948-1960). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

ORTEGA, Félix. **La política mediatizada**. Madrid: Alianza Editorial, 2011.

PAXTON, R. O. **Anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PENTEADO, C. L. de C.; GUERBALI, J. G. As manifestações do impeachment no Twitter: uma análise sobre as manifestações de 2015. **Ponto e Vírgula. Revista de Ciências Sociais**, n. 19, 2016.

PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Experimento, 1996

PORTO, Mauro P. Enquadramento da Mídia e Política. In: Rubin, A. A. **Comunicação e Política**: conceitos e abordagens. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

_____. Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 12, n. 4, pp. 17-25. 2001.

_____. **Mass media and politics in democratic Brazil**. Paper delivered at the Conference “Fifteen Years of Democracy in Brazil,” Institute of Latin American Studies, University of London, Londres. 2001.

_____. **Media Framing and Citizen Competence**: Television and Audiences' Interpretations of Politics in Brazil. Tese de doutorado. University of California, San Diego, 2001.

PLATÃO. **República**. Tradução de Enrico Corvisieri. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. Rio de Janeiro, **Topoi**, v.10, n.19, jul-dez, pp.7-16, 2009.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: Encontro Anual da Compós, XXVI, 2017. Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, 2017a.

Disponível em:

http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_XH5ITTDY1PYGE7PDUQ_JM_26_5374_18_02_2017_12_53_33.pdf Acesso em: 19.02.2021.

REJAI, Mostafa; PHILLIPS, Kay. **Leaders and leadership**. An appraisal of theory and research. Westport: Preager Publishers, 1997.

RUBIM, A.A. C. **Comunicação e Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SADEK, M. T. **Judiciário**: mudanças e reformas. Estudos Avançados, 18(51), 2004, 79-101. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10001>. Acesso em: 20.04.2021

SALIBA, E. T. **As raízes do riso**: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. História Cultural do Humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. In: **Revista História**. São Paulo, USP, n.17, a01017, 2017.

_____. Humor e Tolerância, Intolerância ao Humor In: COSTA, Cristina (org.). **Comunicação e Liberdade de Expressão**: Atualidades. São Paulo: ECA-USP, 2016. p. 36-51. Disponível em: http://www.palavraaberta.org.br/docs/Livro_Liberdade-de-expressao-atualidades.pdf Acesso em: 02.03.2021.

_____. **Crocodilos, Satíricos e Humoristas involuntários**: ensaios de história cultural do humor. São Paulo: Intermeios, USP – Programa de Pós-graduação em História Social, 2018. (Coleção Entr(H)istória)

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. Fique de olho nos governos fantoches. **Nexo Jornal**, 2021. Disponível em: <http://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Fique-de-olho-nos-governos-fantoches>. Acesso em: 21.05.2021.

TANKARD, J., SEVERIN, W. **Communications Theories** - origins, methods, and uses in the mass media. Boston: Adisson Wesley, 2001.

TEDESCO, J. C. Issue and strategy agenda setting in the 2004 presidential election: Exploring the candidate–journalist relationship. **Journalism Studies**, v. 6, n. 2, p. 187- 201, 2005.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. **Escândalo Político**: poder e visibilidade na Era da Mídia. São Paulo: Vozes, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**: Leis e Costumes. Vol. II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. 1 Trad: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora UNB, 2009.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. vol. 1 e vol 2. São Paulo: Ática, 2004.

WU, H. Denis; GUO, Lei. Beyond Salience transmission: Linking agenda networks between media and voters. **Communication Research**. p. 1–24. Mar. 2017.